

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 02/2026
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL

Presidente:	- <i>Luís Augusto de Melo Guimarães</i>
1.ª Secretária:	- <i>Aida do Amparo Domingues Palas</i>
2.ª Secretária	- <i>Sandra Maria Fernandes Grilo</i>
Hora de Abertura:	- 09.30 Horas
Ata da 1.ª Sessão Ordinária 20 de fevereiro de 2026	- Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Outras presenças:	- A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Vitor Manuel Correia e pelos Senhores Vereadores: - <i>Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Maria Helena Chéu Guedes Vaz Ferreira Rodrigues</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Cristina Maria Ferreira Passas</i> - <i>Luís Filipe Leonor Fernandes Saraiva</i>
Local da Reunião:	Grande Auditório Do Centro Cultural de Mirandela

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Bom dia a todos. Vamos dar início aos trabalhos desta 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *SANDRA GRILO* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Feita a chamada, passo à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Virgínia Maria Chéu Guedes Vaz* é substituída pelo Senhor Deputado *Sérgio Manuel Casado*;

A Senhora Deputada *Rita Bárbara Pires Messias* é substituída pelo Senhor Deputado *Manuel Alcino Gomes*;

A Senhora Deputada *Isabel Maria Branco Barreira* é substituída pelo Senhor Deputado *Alexandre Mendonça Camilo*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído pelo Senhor Secretário *Hélder Armando Ruivo Castelo*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bouça *Duarte José Ruivo* é substituído pelo Senhor Tesoureiro *Ricardo Miguel Bravo Taberneiro*;

A Senhora Deputada *Filipa da Conceição Ferreira Cerqueira* é substituída pela Senhora Deputada *Teresa Maria dos Santos Pires*;

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *Rui Filipe Mónico Jaime* é substituído pelo Senhor Tesoureiro *António André Batista Geraldo*;

O Senhor Deputado *Hernâni Torres Moutinho* é substituído pela Senhora Deputada *Gil Fernando Costa Alves Angélico*.

Registo de Faltas.

Virgínia Maria Chéu Guedes Vaz, Rita Bárbara Pires Messias, Isabel Maria Branco Barreira, Joaquim António Morais Clemente, Duarte José Ruivo, Filipa da Conceição Ferreira Cerqueira, Rui Filipe Mónico Jaime, Hernâni Torres Moutinho, Nuno José Gonçalves Nogueira.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Virgínia Maria Chéu Guedes Vaz*: Sessão de 17 de abril de 2026.
- *Rita Bárbara Pires Messias*: Sessão de 17 de abril de 2026.
- *Isabel Maria Branco Barreira*: Sessão de 17 de abril de 2026.
- *Joaquim António Moraes Clemente*: Sessão de 17 de abril de 2026.
- *Duarte José Ruivo*: Sessão de 17 de abril de 2026.
- *Filipa da Conceição Ferreira Cerqueira*: Sessão de 17 de abril de 2026.
- *Rui Filipe Mónico Jaime*: Sessão de 17 de abril de 2026.
- *Hernâni Torres Moutinho*: Sessão de 17 de abril de 2026.
- *Nuno José Gonçalves Nogueira*: Sessão de 17 de abril de 2026.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas da 1.ª Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2026, dos membros mencionados.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 1.ª Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2026.

----- Efetuada a votação e estando 59 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata 1.ª Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2026.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Antes de iniciarmos propriamente a reunião, eu preciso de vos dar aqui algumas informações, peço a vossa paciência para me ouvirem, vou tentar ser rápido.

As questões prendem-se com o seguinte, uma tem a ver com uma iniciativa da Mesa que já advém desde a última reunião e tem a ver com a sensibilidade que temos percecionado em relação ao público e ao local onde eles devem intervir. Nós não estamos desatentos e vamos ouvindo o que dizem os Senhores Deputados, vamos também ouvindo o que diz algum do nosso público que costuma estar presente e, naturalmente, que entendemos ser uma altura, como, aliás, eu desde o início tenho dito, que isso iria ser retificado, mas em Regimento e vamos, se ninguém se opuser, se nenhum dos Senhores Deputados vir algum tipo de problema em eu estar a ultrapassar o Regimento, porque o Regimento diz que eles devem falar cá de cima, que o diga já, senão eles hoje e a título também ainda experimental, porque estamos a fazer uma série de experiências, já vão falar aqui num sítio mais nobre e mais confortável, como tem sido alegado.

É um problema que está vias de resolução, como outros problemas que vão surgindo e nós estamos atentos e devemos resolvê-los pacificamente. O assunto parcialmente sanado até à nova alteração do Regimento. A Proposta de Alteração do Regimento vai ocorrer na próxima reunião, irá ser debatida também na próxima reunião da Comissão Permanente de Líderes, para ser depois proposta aqui em Plenário. Por isso, eu alerto todos aqueles que entendam que o Regimento pode ter alguma questão sujeita a alteração que me façam chegar essas sugestões, para quando tivermos a reunião da Comissão Permanente de Líderes, além daquilo que os Líderes já constatarem junto das suas Bancadas, vermos aquilo que passa na Comissão Permanente e que posteriormente será aqui proposto.

Outra questão tem a ver com uma iniciativa que, neste caso concreto, não é da Mesa, foi uma iniciativa da Comissão Permanente de Líderes, em que eu há três semanas atrás, na Ordem de Trabalhos, propunha algumas correções. Uma, em relação à forma de nós fazermos a contagem dos votos, para não haver aquelas confusões que têm acontecido ultimamente, temos um mapa diferente, não é perfeito, mas poderá ajudar-nos a fazer a contagem dos votos de uma forma mais célere.

A outra questão tem a ver com uma situação que nós estamos a viver no nosso Plenário e que é muito complicada. As nossas reuniões têm-se estendido por horas e horas, o que se torna cansativo para todos os Deputados Municipais, torna-se cansativo para o nosso público que nos está a ouvir e não é uma metodologia que funcione normalmente em assembleias., por isso, para a reunião da CPL, levei um ponto que era estudar estratégias para tentarmos regularizar, para tentarmos limitar esse tempo, de forma a não estarmos a cansar nem o Plenário, nem o nosso público.

Posso dizer-vos que essa reunião foi muito produtiva, mesmo muito produtiva, todos os elementos presentes estudaram a situação, colaboraram, até que procurámos ali um ponto de consenso, com uma ideia generalizada de podermos pôr à experiência na reunião de hoje. Eu tenho que destacar, de facto, o trabalho de todos, toda a gente colaborou, toda a gente esteve empenhada nisso, inclusivamente, tenho que falar de um trabalho que antecipadamente o Senhor Deputado *Rui Sá* já levou, muito bem feito, que facilitaria a contagem do tempo, é uma plataforma extraordinária que desde a primeira hora todos nós concordámos que seria de utilizar, se isto vier a ser implementado, ou esta, ou outra metodologia e com essa ferramenta auxiliar será tudo mais fácil, tudo muito mais fácil, a colaboração foi extraordinária.

De qualquer modo, eu tenho que clarificar um pouco em que é que consistia essa metodologia, porque nem todos estavam presentes e muitas vezes não há transmissão para as respetivas Bancadas no seu todo. Temos aqui um mapa que é a metodologia que é aplicada em inúmeras assembleias nacionais, é um mapa em que o tempo é distribuído, primeiro é calculado o tempo de reunião, que normalmente varia entre as 5 horas e as 4 horas, conforme temos Orçamento ou Prestação de Contas, 5 horas para esses casos, 4 horas para as mais curtas e em função desse tempo, ele é distribuído proporcionalmente pelo número de Deputados de cada Bancada, o que resulta no seguinte, na nossa realidade, para um Plenário de 5 horas, vejam a quantidade de minutos que cada Bancada teria, completamente ridículo a meu ver, eu particularmente jamais aceitaria isto, porque as pequenas Bancadas iam ficar sem voz e na minha Assembleia, na Assembleia onde eu estiver, as pequenas Bancadas têm que ter voz, naturalmente, tem

que haver um limite de tempo, isso é normal. Quem tem maior representatividade terá direito a mais tempo, quem tem menor representatividade terá direito a menos tempo, mas de forma a não ser cortada a capacidade de vir aqui dizer o que pensa, o seu espírito político e tantas propostas de melhoria para a nossa terra. Jamais aceitaria isto, mas não impediria que este Plenário em Regimento, o aceitasse, mas digo-vos uma coisa, se este Plenário aceitasse uma situação dessas, eu demitir-me-ia imediatamente da Mesa e renunciaria ao meu mandato, não concordo com esta metodologia.

Há uma outra metodologia que tem duas vertentes, eu preparei-me para a reunião de hoje e então, previsivelmente, seriam 300 minutos, em que vemos ali duas variantes, Bancada 60%, Deputados 40%, o que é que isto quer dizer? Há assembleias onde este tempo é distribuído da seguinte forma, cada Bancada numa proporção 40/60, 50/50 ou 60/40, eu optei por 60/40, que é a que parece mais democrática, na primeira variante, quer dizer que 60% dos minutos que se pensa que vai demorar a reunião são distribuídos equitativamente por todas as Bancadas, todas as Bancadas têm, neste caso concreto, o mesmo tempo nesses 60% do tempo. Nos restantes 40%, isto é um modelo do Porto, que eu acho muito interessante, nos restantes 40% do tempo, aí sim, a variante vai jogar conforme o número de Deputados, ora bem, mesmo desta forma, há aqui umas divergências muito grandes de tempo, mas paciência, isto é o máximo que eu consegui, de situações que de facto funcionam bem e que de certo modo são democráticas.

Neste caso concreto de Mirandela, nós teríamos aqui, para a CDU, 22 minutos; a IL, 22 minutos; MOVE 22 minutos, o DT, 24; o CDS, 24; juntas independentes, 26; Chega, 28; PS, 57; PSD, 75.

Nós temos estabelecido em CPL fazer uma experiência piloto, fizemos ajustes, ajustes com que toda a gente concordou, beneficiando as Bancadas mais pequenas e prejudicando as Bancadas maiores, aliás, há aqui uma Bancada mais pequena que até é prejudicada, nós estipulámos para as Bancadas mais pequenas 25 minutos e para as maiores, 70 minutos sensivelmente, mas na realidade para pôr em prática, dentro deste quadro há uma aproximação, uma aproximação para cima das pequenas, com benefício sempre das Bancadas mais pequenas e tirando tempo às Bancadas maiores, realmente é tempo mais do que suficiente para qualquer uma das Bancadas, estamos a falar em mais de uma hora para as duas maiores Bancadas.

O que nós pretendíamos hoje, até porque eu aceitaria plenamente que as Bancadas que não estiveram na reunião da CPL não puderam intervir, como o caso individual do *Luís Esteves*, o caso do AMAR Mirandela e da CDU, é normal que, não tendo estado envolvidas no processo, chegassem hoje aqui e dissessem: “Não, evocando o Regimento, eu quero falar o tempo do Regimento prevê.”, eu compreenderia isso, tal como compreenderia de duas Bancadas que estiveram presentes e que não concordaram em pleno com as questões, foi a Bancada do CDS e do MOVE, também compreenderia que chegassemos aqui e dissessem: “Não, invocando o Regimento, eu quero falar mais tempo.”, haveria aqui algumas turbulências, mas vou mais longe, eu até compreenderia que, individualmente, de cada Bancada, qualquer Senhor Deputado, que o pode fazer, levantasse o dedo, invocando o Regimento, e dissesse: “Não, eu também quero intervir em mais tempo.”, porque o Regimento para mim é sagrado e nós, mesmo a fazer um teste com a colaboração de todos, não podemos fugir a esta obrigação do Regimento. O princípio parece-me positivo, a nossa ideia é melhorar a Assembleia, ninguém tem interesse particular neste tipo de coisas, é só melhorar os nossos procedimentos e os nossos tempos de duração das assembleias, no entanto, com alguma surpresa minha, eu não posso deixar passar isto, ontem recebi, a 18 horas desta reunião, recebi um *e-mail* da Bancada do PSD:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, na sequência do que foi abordado na última reunião da Comissão Permanente de Líderes, cumpre-me informar Vossa Excelência de que o Grupo Municipal do PSD não ratificou a possibilidade de, já na próxima Assembleia Municipal e a título experimental, serem reduzidos os tempos de intervenção dos Grupos Municipais.”

Bem eu no imediato até fiquei preocupado porque pensei, estão a passar por cima do Líder, ou do representante da Bancada, o que é preocupante quando assim é, mas quando cheguei ao fim da leitura e vi que quem me enviou o *e-mail* foi o próprio Deputado Municipal que esteve na reunião da CPL, tenho que confessar, Senhor Deputado *Rui Sá*, o Senhor está-se a anular a si próprio, eu compreenderia que com um simples telefonema, ou com um *e-mail* atempado, dissesse: “Há discordância na Bancada, nós precisamos de resolver isto e eu vou voltar com a palavra atrás.”, tudo bem, eu compreendo, politicamente isto é normal, agora o Senhor não foi leal nem para mim, nem para a Mesa, nem para os colegas de Bancada, porque os colegas das outras Bancadas já tinham feito as suas reuniões de preparação baseados no tempo que está ali, é com certeza nesse tempo que eles prepararam esta reunião e vocês baralharam tudo. A coerência é muito importante e nós temos que assumir porque senão, como dizia o vosso líder histórico, a política é uma chatice.

Eu tinha que dizer isto, eu não quero atingir ninguém, nem quero de forma alguma fazer insinuações, porque não quero que ninguém a seguir àquilo que eu diga, venha aqui querer defender-se a honra, mas esta carta ainda me baralhou mais, já que a comecei a ler, tenho que dizer tudo e diz assim: “O entendimento do Grupo Municipal do PSD é claro, enquanto o Regimento da Assembleia Municipal mantiver a sua redação atual, deve o mesmo ser integralmente cumprido, só após a alteração regimental, aprovada nos termos próprios, poderá ser validada e adotada tal...”, completamente de acordo, mas era com tempo, era lá na reunião da Comissão Permanente, se essa é a ideia, vamos imediatamente tomar uma posição, não é a 18 horas da nossa reunião, mas depois ainda vêm mais coisas que eu também não posso deixar passar, não posso deixar passar porque isto incomoda, eu vivo isto intensamente, estou aqui num espírito de missão a bem da nossa terra e por mais que não acreditem, perdem-se noites de sono com pequenas coisas, a mensagem continua: “Acrece que o Grupo Municipal do PSD manifesta também o seu profundo descontentamento relativamente ao modo como tem decorrido o período de intervenção do público, designadamente pelo facto dessa participação ocorrer sem enquadramento digno no Plenário e sem direito a transmissão, tratando de forma desigual quem legitimamente elege os órgãos municipais e que, portanto, participa na vida democrática”, claro que aqui há discriminação, há discriminação entre os Senhores, entre os Senhores Vereadores, entre o público, existe essa discriminação, existe para o público, que só tem um período no início da reunião e no fim para falar, existe para os Senhores Vereadores, sem autorização do Senhor Presidente nem sequer podem intervir e nós somos aqueles que temos maior liberdade, portanto, não vamos misturar as coisas.

De qualquer modo, de referir que desde a primeira hora, eu nunca o neguei aqui, este era um assunto e vai ser um assunto que vai ter o devido tratamento, porque nós reconhecemos muitas vezes que o Regimento e neste caso, falo por mim próprio, se calhar fui eu que incuti isto no próprio Regimento, não está bem, vamos corrigir, nunca disse não a este tipo de situação, mas isto continua: “Essa solução não nos revê nem do ponto de vista interinstitucional, nem do ponto de vista político. Entendemos que o público deve ser tratado com dignidade, respeito e igualdade e não em termos que o coloquem numa posição secundarizada.”, bem, mas

então agora já não é o Regimento em causa, aliás, é o título da mensagem, o cumprimento do Regimento, aqui já não se cumpre o Regimento, há dois pesos e duas medidas, para cumprir o Regimento temos o que está lá e o que está lá é que o público deve falar lá em cima, mas deixe-me dizer mais uma coisa, respeito pelo público, falta de respeito? Eu respeito muito o nosso público, a Bancada do PSD não respeita mais o público do que eu e as pessoas que me conhecem e que lidam comigo há muito tempo sabem que, às vezes, há divergências, é normal na política, na sociedade e nos nossos empregos, mas houve sempre da minha parte respeito e vai continuar a haver naturalmente.

Depois ainda continua com outra coisa: “Nessa medida, e por mandato do Grupo Municipal do PSD, comunico a Vossa Excelência que o PSD, não se revê na manutenção dessa prática, considerando que a responsabilidade da sua continuação cabe exclusivamente à Mesa da Assembleia.”, não, cabe ao Regimento, a Mesa até está a tentar resolver os problemas, porque a Mesa não faz as regras, nem a Bancada do PSD, nem nenhuma Bancada, este Plenário inteiro é que faz as regras, é aqui, por maioria, é que são aprovadas as nossas regras.

Mas continuamos: “mais se assinala que o Regimento já contém mecanismos suficientes para que Vossa Excelência possa conduzir os trabalhos de forma eficiente e equilibrada, sem necessidade de soluções avulsas ou informais à margem das regras em vigor.”, à margem das regras em vigor? Quantas vezes, neste Plenário foi invocado o Regimento, uma vez, na nossa Sessão do Orçamento do ano passado, pelo Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, que chamou e muito bem, a atenção para o facto de que, no período relacionado com o Orçamento, não são 10 minutos, são 15, no entanto, eu tinha pedido a todos e ninguém se manifestou, para passar para 10 minutos. Portanto, houve aqui um contratempo entre os 10 e os 15 minutos, mas foi a única vez que foi invocado o Regimento. Eu espero bem que todos vós o evoquem sempre que necessário, porque isso ajuda-me, se eu errar, eu vou retificar; pode passar uma ou outra coisa, mas digo-vos com toda a sinceridade, jamais propositadamente eu irei pisar o Regimento, porque volto a dizer, ele é sagrado para mim.

Depois continuamos: “Do mesmo modo, importa referir que a excessiva duração de algumas Sessões da Assembleia Municipal não resulta apenas da gestão dos tempos de intervenção, mas também em muitos casos, da inclusão na Ordem de Trabalhos de assuntos insuficientemente preparados, eficientemente instruídos ou politicamente mal amadurecidos, o que naturalmente arrasta o debate, multiplica pedidos de esclarecimento e compromete a fluidez dos trabalhos.” Primeiro dispararam contra mim, agora estão a disparar contra o Executivo, eu não sou advogado de defesa do Executivo, mas penso que eles até têm sido céleres, as respostas podem não ser as que muitas vezes se esperam, mas há uma coisa que pode acontecer sempre, quando a resposta não chega, ponham por escrito, enderecem-na à Mesa e ela vai ter resposta, nesse sentido, não está tudo perfeito, mas, se há Executivo célere a responder aos pedidos dos Senhores Deputados Municipais, é o de Mirandela, não tem nada a ver com o passado, nada.

E termina assim: “Assim, o Grupo Municipal deixa expressa a sua posição no sentido de que, na próxima Sessão, sejam observadas as regras regimentais em vigor.” Ponto final. Quer isto dizer que aquilo que foi uma boa medida, ou a tentativa de uma boa medida de experimentarmos hoje aqui uma solução para não irmos para a revisão do Regimento sem sabermos se ela funciona ou não, caiu por terra, não cairia, como eu vos digo, se alguns individualmente se recusassem a seguir este plano, ou aqueles que não estiveram presentes, ou aqueles que votaram contra, mas não, é uma Bancada inteira.

Sendo assim, este plano cai por terra, vamos fazer exatamente como fazíamos até haver a alteração do Regimento, mas deixo bem claro, essencialmente para o público que está aqui e que nos está a ouvir, nós vamos encontrar-nos aqui, espero bem que não, na próxima segunda-feira outra vez, porque não vamos ter tempo para resolver este problema e o PSD vai ter que assumir a responsabilidade dos 7 ou 8 mil euros que isto custa, não financeiramente, mas a responsabilidade deste gasto, porque isto poderia ser levado a bom termo e ser resolvido hoje nesta reunião, se passar para segunda-feira, fica de facto na consciência de quem o provocou, 8 mil euros do erário público que davam para ajudar tanta gente de Mirandela vão ser gastos por um capricho.

Muito obrigado pela vossa atenção.

É para defender a honra, evocar o Regimento, ou para alegação à Mesa?

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Presidente, obviamente que é para defesa da honra, minha e da minha Bancada que aqui represento, o Senhor Presidente não tem que usar da palavra da forma como o fez e não dar a oportunidade de poder defender a minha honra e a da Bancada que eu defendo. Isto é regimental.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado é natural que a responsabilidade advenha do interior do Partido, a verdade e eu tenho que reconhecer, eu tenho-o como homem coerente e não foi coerente, não usou de uma prática correta no tempo.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, eu pedi a palavra, o Senhor exerceu o direito que lhe cabe como Presidente da Mesa, fez a sua explanação, explicou aquilo que a Bancada do PSD mandou por escrito ao Senhor Presidente da Assembleia, terá que me dar a oportunidade de da outra face da medalha, tem de me dar a oportunidade da defesa da honra.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado *Rui Sá*, a sua intervenção, neste momento baseia-se em três coisas, defesa da honra, invocação do Regimento, ou pedido de esclarecimento à Mesa, tem três minutos para qualquer uma dessas situações.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sim, quer dizer, o Senhor teve todo o tempo, porque o Senhor não fez a intervenção relativamente ao Regimento, teve todo o tempo para poder ler na íntegra um *e-mail* que a Bancada do PSD enviou, a partir do meu endereço, mas mandatado pela Bancada do PSD e a mim dá-me três minutos para a defesa da honra, é isso?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

É o que está no Regimento, é defesa da honra, são três minutos.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não, a defesa da honra evoca-se nos pontos da Ordem de Trabalhos, é para isso que se faz a defesa da honra. O Senhor interveio fora da Ordem de Trabalhos como interveio fora da Ordem de Trabalhos, eu estou a solicitar a palavra também fora da Ordem de Trabalhos, como é óbvio.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Está enganado. Sabe porque é que eu sou Presidente desta Mesa? Porque o Plenário me elegeu, sabe o que diz o Regimento sobre o procedimento? Leia-o, eu coloco as questões, esclareço, desculpe, foi a minha situação, comuniquei aquilo que me foi comunicado, quer agora pôr-se ao meu nível, neste caso, em termos de tempo, o Senhor tem, segundo o Regimento, três minutos.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) solicitou a palavra para Defesa da Honra:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da Mesa veio aqui tomar uma atitude com o Grupo Municipal do PSD, cuja responsabilidade pela intervenção é obviamente sua, coube-lhe o direito de a fazer, a mim como líder da Bancada Municipal do PSD, tenho a dizer-lhe que participei na reunião da Comissão Permanente de Líderes e sabe qual foi a minha tomada de atitude e qual é a minha opinião relativamente à regulação dos tempos. A nossa reunião de Grupo Municipal de preparação da Assembleia ocorreu quarta-feira e nessa reunião levei aquilo que tinha sido decidido na Comissão Permanente de Líderes, o Grupo Municipal não só não ratificou aquilo que eu levei como tendo sido decidido, como propôs que fosse feito um documento escrito ao Senhor Presidente, esse documento, saindo do meu *e-mail*, não deixa de ter a chancela do Grupo Municipal do PSD e como tal, aquilo que ali está dito o PSD assume-o e reitera-o, não retiramos nada do que foi dito, agora, o papel que o Senhor Presidente aqui veio fazer relativamente à minha pessoa, à organização da Ordem de Trabalhos, ao amadurecimento dos pontos e a muitas outras questões, o PSD tem toda a razão para invocar o Regimento e para apontar o tratamento deficitário dessas matérias e mais Senhor Presidente, já que o Senhor “puxa dos pergaminhos”, ocorreram aqui votações, no âmbito desta Assembleia, que são de legalidade duvidosa e o Senhor sabe-o bem, a Mesa sabe-o bem e nós também o sabemos, portanto, não é só apontar o dedo numa direção. Sempre foi a minha postura e agora a do Grupo Municipal que represento estar aqui institucionalmente para defender os interesses de Mirandela e dos mirandelenses.

Relativamente à alteração feita para a intervenção do público, como o Senhor sabe, não era assim no mandato passado, foi alterado no início deste mandato, com a tutela de Vossa Excelência e passadas duas ou três reuniões já se propõe nova alteração. Eu concordo com a alteração do Regimento e com a regulação do tempo destas assembleias, é inconcebível que estas assembleias demorem 10 ou 12 horas, ou que possam passar para o dia seguinte, mas também é responsabilidade da Mesa receber pontos na Ordem de Trabalhos que são da sua exclusiva competência da Mesa da Assembleia e vêm aqui muitos pontos que não são de competência deliberativa da Assembleia e o Senhor Presidente, invocando o Regimento, não os deveria receber.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Fiquei um pouco preocupado quando o Senhor Deputado disse que ia defender a honra, porque pensei que inadvertidamente tivesse ferido a sua honra, ainda bem que não. São divergências que, naturalmente, quem está presente já percebeu e que sempre existirão, mas que teremos de saber ultrapassar.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Agradeço a possibilidade de me ter dado oportunidade de me pronunciar quanto a este ponto e o que vou dizer é muito simples, independentemente da legalidade, da legitimidade de tudo o que foi dito, há aqui uma coisa que eu tenho que dizer, eu, em meu nome e enquanto representante de um Grupo Municipal nesta reunião e que esperava que todos trabalhássemos em conjunto, já percebi que isso não pode ser assim, já o tinha percebido numa reunião anterior e deixei aqui até esse ponto bem saliente, começo agora a achar que tenho que ter mais cuidado quando vou para estas reuniões, porque efetivamente assumem-se compromissos e não estou a falar de legalidades ou legitimidades, estou a falar de compromissos enquanto pessoas. O compromisso que todos assumimos foi sério, não foi um compromisso de voltar atrás quando nos apetece e sobretudo de não ser cordial com os colegas, que é isso que me choca, não ter tido a cordialidade de ter informado os colegas que estiveram ali presentes e prepararam as suas intervenções em função do tempo que nos foi atribuído e que todos aceitámos, ainda que depois se colocassem questões com as Bancadas.

Foi uma falta de cortesia tal que eu, a partir deste momento, passo a encarar a Assembleia Municipal de outra forma, com mais cuidado, com cautela e com zelo relativamente à minha pessoa, porque pelos vistos, podem dizer-se umas coisas e fazer-se outras e esse não é o meu procedimento.

Para além disso, o tempo só beneficiaria a Bancada do PSD, ninguém esteve ali, tirando casos pontuais, a discutir tempos ao detalhe, tentámos perceber qual seria o melhor funcionamento, face às críticas dos munícipes que dizem que não se cumpre o Regimento e que as assembleias são demasiado longas, mas volto a frisar, o que me choca é a falta de cortesia, estou habituada a ser mais cuidadosa na forma como trato as pessoas.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MOVE) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu só queria vir dizer que, efetivamente, o MOVE Mirandela e o CDS votaram contra esta medida porque, logo na altura, demonstrei que se fosse assim nós por exemplo, teríamos 20 minutos para 10 pontos da Ordem de Trabalhos, mais os Outros Assuntos. Isso significa que, se falássemos em quatro pontos, teríamos 5 minutos para cada um e os restantes sete incluindo os Outros Assuntos, não teríamos sequer tempo para intervir e isto é contra aquilo que diz a lei, porque cada Deputado Municipal pode intervir na discussão de qualquer ponto da Ordem de Trabalhos na Assembleia Municipal. O Regimento da Assembleia Municipal permite que os Deputados Municipais expressem as suas opiniões e proponham discussões sobre assuntos relevantes para a comunidade, isto faz parte do processo democrático e da responsabilidade dos representantes dos cidadãos em relação à administração municipal.

Na altura que intervi quis demonstrar isso, mas não me deixaram acabar a minha intervenção. Não consegui, pelos vistos, mas o que é que aconteceu depois? Aconteceu isto que se está a ver e eu só venho aqui dizer que, quando recebi o *e-mail* do Senhor Presidente da Assembleia a enviar-me a grelha do tempo, fiquei mais sossegado, porque estava muito preocupado, porque ele diz muito bem, “Conforme o solicitado, remeto documento para experiência piloto, apenas para quem quiser aderir, pois o Regimento em vigor é sagrado”, para mim foi suficiente e eu vinha aqui dizer que vou seguir o Regimento e mais nada.

1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *SANDRA GRILO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Meu nome é *Manuel António Teixeira Brízido*, morador em Mirandela, no bairro Tua Sol, no qual prezo muito ali viver.

Senhor Presidente da Mesa, na última Assembleia proferiu palavras relacionadas comigo, às quais não me revejo, quem não sente não é filho de boa gente, eu sou.

Senhor Presidente, quando alguém faz uma intervenção e não está a prejudicar terceiros, o Senhor não deve automaticamente intervir, cabe-lhe dirigir os trabalhos da Assembleia e não censurar, nem criticar, não queira afastar o público desta Assembleia para dizer assuntos relacionados com o concelho e com a cidade de Mirandela.

Senhor Presidente, quando disse que a minha conversa era inócua, não é verdade, já o vou dizer e já vou provar o porquê, no ano de 2025 trouxe muitas matérias aqui para esta Assembleia e para esta Mesa para que fossem debatidas. O que é que isto adianta? Adianta uma mão cheia de nada. Senhor Presidente, conversa inócua poderá ser de quem o Senhor quiser, de mim não.

Vou explicar, escrever no “Mirandela Atenta”, melhor era que fosse “Mirandela Desatenta”, obras da Escola do Fomento, passagem de nível, fundo da Ponta Açude, vindo de lá para cá, avenida Nossa Senhora do Amparo, do outro lado só é limpo quando vem algum político a Mirandela, a estrada por marcar do Aeródromo até à Ponte Vilarinho, do Melo até ao cruzamento, do cruzamento até ao Rego de Vide, ramos que vêm para cima da estrada que prejudicam a condução; valetas por limpar. No cruzamento, abordei o Senhor Presidente que faltava ali uma placa de identificação de onde se encontrava a Longra. Até ao momento, o que é que fez? Não fez nada. Uma mão cheia de nada.

Senhor Presidente, alertei também que era necessário colocar um espelho, como quando se sai do parque de estacionamento do Hospital Terra Quente, quem vem do lado do Liceu e quem está a sair não vê os carros e pode ser ali um bocado fatal.

Senhor Presidente, este Executivo é assim, deviam olhar exatamente para o evento que foi realizado em Vila Flor muito recentemente, tudo ali organizado ao pormenor. No mês em que os expositores ali estiveram, sabe quanto pagaram? Pagaram zero. Em Mirandela há oportunismo e ainda querem que realmente venham pessoas a Mirandela expor os seus produtos, assim não vamos a lado nenhum.

Senhor Presidente, permita-me que agora me dirija ao Senhor Presidente da Câmara de Mirandela. Senhor Presidente, pergunto-lhe qual é o ponto da situação em relação à tirolesa. Vai tirar? Não vai tirar? Ou está à espera que ela crie outra raiz para a transplantar de um lado para o outro, para ela pegar de estaca? Ou então quer guardá-la ali como sendo um lugar para os passarinhos se passearem e se bronzearem?

Senhor Presidente da Câmara, quase me atrevo a convidá-lo, é a palavra mais certa do que desafiá-lo, exatamente em relação à tirolesa é assim, o Senhor sabe que nos deram razão. O Senhor, se for a 24 de julho de 2025, comprometeu-se numa reunião que, se os testes fossem favoráveis a nós, retiraria a tirolesa, porque é que ainda não o fez? Tem medo de quê? De represálias? Tem medo de enfrentar os seus amigos? Pois deve fazê-lo, ou está à espera que sejam tomadas outras medidas?

Senhor Presidente, noutros tempos a culpa era da Senhora ex-Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, quanto à tirolesa. Hoje pergunto-lhe, a culpa é de quem? Não é de ninguém? Ou é sua, ou a culpa morreu solteira? Aceite, são cinco anos, desde o

dia 22 de fevereiro, a sofrer, não queira sofrer o que nós temos sofrido, devia respeitar, devia olhar para 2017 e para o que fizeram por vocês, mas agora apanham-se no “poleiro” e já não ligam às pessoas.

Senhor Presidente da Câmara, deviam e aqui refiro-me à Câmara e às forças de segurança, em relação às trotinetes, as pessoas não usam capacetes, não respeitam regras, não respeitam sinais, um dia, se houver um acidente e alguém for danificado ou até mesmo vier a falecer, a culpa vai ser atribuída a quem? À Câmara? À PSP? Ou a ninguém?

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *SANDRA GRILO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *ANA CRISTINA CUNHA* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Venho, por este meio, expor e solicitar esclarecimentos relativamente às condições existentes para a prática da atividade física e desportiva no nosso concelho, à luz do disposto na Lei n.º 5/2007, que consagra o direito de todos os cidadãos ao acesso ao desporto e impõe ao poder público a promoção de condições adequadas para a sua prática.

Em concreto, coloco as seguintes questões:

Ausência de uma pista de atletismo:

Como todos sabem, sou atleta e gostava imenso de saber por que razão a nossa cidade não tem uma pista de atletismo, à semelhança de algumas cidades bem menores aqui à volta. Como é do conhecimento geral, o concelho não dispõe de uma pista de atletismo adequada, o que limita significativamente a prática desta modalidade, quer em contexto informal, quer em contexto federado ou escolar.

Pergunto, está prevista a construção de uma pista de atletismo no concelho? Caso não esteja, quais são os fundamentos para esta ausência, tendo em conta a obrigação de promoção da atividade física?

Inexistência de um pavilhão multiusos adequado:

Verifica-se igualmente a inexistência ou insuficiência de um pavilhão multiusos que permita a prática regular e diversificada de modalidades desportivas em condições adequadas.

Pergunto, existe planeamento para a construção de um pavilhão multiusos? Que medidas estão a ser tomadas para garantir instalações condignas para clubes, associações e população em geral?

Percurso inseguro da ciclovía:

A ciclovía existente, que pretende ligar Mirandela a Macedo de Cavaleiros, apresenta uma descontinuidade grave, nomeadamente nas zonas de Vilar de Ledra e do Romeu, onde o percurso é interrompido por passagens ferroviárias, obrigando os utilizadores a regressar à estrada. Esta situação cria um risco evidente, dado que embora sejam desvios curtos, apresentam curvas apertadas e de reduzida visibilidade, o que pode gerar potencial conflito com o tráfego automóvel, podendo culminar num acidente grave.

Pergunto, que diligências foram ou estão a ser realizadas junto da Infraestruturas de Portugal para resolver esta descontinuidade? Está prevista a requalificação do traçado da ciclovía, de forma a garantir segurança contínua para ciclistas, atletas de atletismo e peões?

Responsabilidade e planeamento:

Tendo em conta que as autarquias locais desempenham um papel central na concretização das políticas públicas de desporto, questiono, existe uma Carta Desportiva Municipal atualizada? Quais são as prioridades definidas para o desenvolvimento das infraestruturas desportivas no concelho?

Conclusão:

As situações descritas não se prendem apenas com conforto ou conveniência, mas com o cumprimento de um direito fundamental dos cidadãos e com a segurança de quem pratica atividade física, assim, solicito que esta Assembleia esclareça quais as ações concretas previstas, quais os prazos estimados e quais os compromissos assumidos para colmatar estas lacunas.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *SANDRA GRILO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Múncipe *RICARDO DIAS* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Trago à consideração desta Assembleia um parecer técnico relativo a um pedido de licenciamento que nos foi remetido, em particular sobre a forma como esse parecer fundamenta a sua conclusão.

Certa manhã, tal como o Joseph K. no romance de Kafka, também aqui o requerente surge sob suspeita, não apenas pelo que apresenta, mas pelas intenções que lhe são deliberadamente atribuídas e isso deve preocupar-nos, porque ao ler este parecer técnico, encontramos expressões como “violação do princípio de boa-fé”, “simulacro de licenciamento”, ou mesmo a sugestão de uma tentativa de obter uma vantagem fiscal em sede de IMI e nesse momento, deixamos de estar perante uma análise estritamente técnica e passamos para um plano diferente, o da acusação e imputação de intenções.

Handwritten signature and initials.

Um parecer técnico deve avaliar a conformidade de um projeto com os instrumentos de gestão territorial, com a legislação aplicável e com os elementos apresentados, não deve, nem pode, presumir comportamentos ou intenções que não estejam objetivamente demonstrados no processo, mais ainda quando essa leitura assenta em cenários hipotéticos, como a possibilidade de futuras alterações interiores que venham a desvirtuar o uso do edifício. A autarquia deve decidir com base no que lhe é submetido, não com base no que imagina que poderá vir a acontecer, aliás, na própria prática disciplinar da arquitetura, sabemos bem que a leitura de um edifício não se esgota na sua forma. Desde *Louis Sullivan* e o princípio de que “a forma segue a função” até às práticas contemporâneas, sabemos que a relação entre forma e uso não é linear, nem suficiente para fundamentar conclusões desta natureza. É aqui que, na minha opinião, reside o problema central deste parecer, não na conclusão, que pode ser de indeferimento se assim se justificar, mas no caminho que é feito para lá chegar. É também por essa razão que será apresentada uma participação junto da Ordem dos Arquitetos para apreciação desta atuação, por entendermos que extravasa o âmbito técnico que deve caracterizar este tipo de pareceres.

Quando se substitui a análise objetiva por presunções sobre a intenção do requerente, estamos a fragilizar princípios fundamentais como a imparcialidade, a boa-fé administrativa e a confiança dos munícipes. Permitam-me uma breve nota pessoal, enquanto arquiteto, em início de carreira, com experiência em contacto com diferentes municípios, nunca me deparei com pareceres técnicos com este tipo de linguagem e extrapolação, digo-o com particular sentido de responsabilidade, porque escolhi trabalhar neste Município, a minha cidade natal, cujo nome sempre carreguei comigo com orgulho. É precisamente por esse compromisso que não posso deixar de assinalar aquilo que considero ser um desvio ao rigor e à contenção que devem caracterizar a atuação técnica da administração pública.

Podemos e devemos ser exigentes na análise dos processos, podemos indeferir quando há fundamento para tal, mas não devemos fazê-lo imputando intenções, nem transformando pareceres técnicos em juízos de valor, porque quando isso acontece, deixamos de ter uma administração exigente e passamos a ter uma administração que corre o risco de ser entendida como arbitrária.

Com este tipo de abordagem, temo que a Câmara não esteja apenas a avaliar projetos, esteja na prática, a inviabilizar a própria arquitetura, porque com critérios destes, é legítimo perguntar se obras de arquitetos como *Siza Vieira* ou *Souto de Moura* alguma vez passariam neste crivo, quanto mais viriam a ser reconhecidas com um Prémio Pritzker.

Deixo, por isso, um apelo claro, que este tipo de linguagem e abordagem não se torne prática nos nossos serviços, em nome da imparcialidade, do rigor e da confiança que os munícipes devem ter na autarquia.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *SANDRA GRILO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *LUÍSA TORRES* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Hoje, o que me traz aqui tem a ver com uma preocupação em expor, mais uma vez, uma situação de elevada relevância para todos nós no concelho de Mirandela, relativamente à Ponte Engenheiro Machado Vaz, correntemente conhecida como a Ponte Nova de Mirandela. Trata-se de uma estrutura esbelta, dimensionada e construída no ano de 1974, num contexto em que as exigências de circulação eram substancialmente inferiores às atuais, os materiais utilizados, nomeadamente o aço e o betão, apresentavam, na altura, classes de resistência abaixo dos padrões atualmente exigidos. De acordo com as avaliações técnicas realizadas, a ponte foi classificada com grau de risco 4, próximo do nível máximo de perigosidade, apesar desta classificação, até à presente data não foram realizadas obras de reforço estrutural. Note-se que tivemos um inverno com períodos de tempo adverso e cheias bastante gravosas, não só no concelho, mas também por todo o país. Este é portanto, um assunto que efetivamente me preocupa enquanto técnica, que vai monitorizando a situação praticamente diariamente, dado que passo no local com bastante regularidade.

A infraestrutura encontra-se em avançado estado de degradação, representando um risco para a segurança, sendo que as intervenções necessárias são aguardadas há cerca de cinco anos. Nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, na sua redação atual, é da responsabilidade das entidades competentes garantir a segurança, conservação e manutenção das estruturas e infraestruturas, prevenindo situações que coloquem em risco a segurança pública.

Adicionalmente, de acordo com o Decreto-Lei n.º 31/2009 e demais legislação aplicável, as obras públicas devem cumprir requisitos técnicos de segurança estrutural adequados às condições da sua utilização. Importa ainda referir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que o disposto no Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes, bem como os princípios estabelecidos nos Eurocódigos estruturais, nomeadamente no Eurocódigo 1 e no Eurocódigo 3, que impõem a verificação das condições de segurança, durabilidade e resistência das estruturas em serviço.

Face ao exposto e considerando o dever das entidades públicas de salvaguardar a segurança de pessoas e bens, dever esse também consagrado na Constituição da República Portuguesa, solicita-se, com caráter de urgência, de saber de Vossa Excelência:

Se existem ou não novas reavaliações técnicas da estrutura da ponte após as últimas cheias verificadas este inverno;

Se estão previstas novas medidas de mitigação do risco;

Se já existe uma calendarização para a execução das obras de reabilitação e reforço estrutural da referida ponte.

Farei chegar um documento ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a fim de obter estas respostas, dado que faz parte do dever cívico estar prevenido e informado sobre este tipo de situações.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Handwritten signature and initials.

Dizer ao Senhor *Manuel Brízido* que a tirolesa está inoperante, não tendo causado qualquer tipo de preocupação recente, uma vez que não está a funcionar. Como já foi dito e reiterado, iremos tomar todas as medidas preconizadas no relatório técnico, nomeadamente as questões relacionadas com a mitigação do risco e também do ruído. Aquilo que está em curso é precisamente essa avaliação. Para já, não há motivo para queixa, uma vez que o equipamento se encontra inoperante por razões técnicas e de segurança, como já foi reiteradamente referido, logo que seja possível, será tomada uma decisão final, em prol da segurança dos utilizadores e de toda a comunidade, assegurando condições técnicas adequadas.

Importa também reiterar que a maior parte dos problemas associados a este equipamento não se prende diretamente com o ruído em si, mas sim com o ruído produzido fora do horário normal de funcionamento, esse é de facto o aspeto mais sensível.

Acreditamos que ainda poderá haver entendimento entre as partes, sendo que, conforme previsto no relatório, existem medidas que podem ser implementadas para mitigar estes impactos, as quais serão consideradas, tendo em conta uma relação custo-benefício. Recordo ainda que esta Assembleia aprovou uma Moção no sentido de tudo ser feito para que a tirolesa possa continuar a funcionar sem prejuízo para ninguém e é nesse pressuposto que continuaremos a trabalhar, garantir a segurança de todos e procurar soluções que satisfaçam a comunidade.

Relativamente à questão das trotinetes, trata-se de um assunto acompanhado ao nível do Conselho Municipal de Segurança, em articulação com as entidades competentes, nomeadamente a PSP. Existe um vazio legal no que respeita à responsabilização dos utilizadores, até que esse enquadramento legal seja clarificado, importa que todos circulem com redobrada atenção na via pública, respeitando peões, restantes utilizadores e as regras de mobilidade.

Quanto à intervenção da munícipe *Ana Cristina Cunha*, agradeço desde já a pertinência da mesma, a nossa preocupação com as condições para a prática desportiva é efetivamente grande, importa, no entanto, referir que a legislação atribui esta responsabilidade não apenas às autarquias locais, mas também ao Estado. Estamos atentos e empenhados, mas sem o devido apoio estatal, torna-se difícil ir além do que já tem sido feito, ainda assim, somos um concelho com forte dinâmica desportiva, com grande diversidade de modalidades e participação ativa da comunidade. Reconhecemos, contudo, que muitas infraestruturas apresentam algumas fragilidades.

Existem exemplos positivos, como o futebol, o ténis de mesa, com títulos nacionais, ou iniciativas da sociedade civil, como grupos de prática informal. O clube de ténis dispõe de instalações e está prevista a sua ampliação, no geral há limitações, mas também um esforço contínuo de melhoria, condicionado por recursos financeiros limitados. Se não tivermos uma política nacional que nos possa ajudar a incrementar essas questões todas que aqui colocou e bem, dificilmente temos essa possibilidade.

Relativamente ao pavilhão multiusos, trata-se de um objetivo que está no nosso horizonte e também no programa municipal, não será apenas um equipamento desportivo, mas também um espaço para eventos diversos. Estamos a trabalhar nesse sentido, conscientes de que os recursos não são ilimitados e de que existem outras necessidades prioritárias.

Quanto à pista de atletismo, reconhecemos que é uma necessidade, no entanto, face ao número atual de praticantes, não é, neste momento, considerada prioritária, ainda assim, admitimos que a sua existência poderia dinamizar a modalidade e atrair mais praticantes. O desporto é fundamental para o bem-estar físico e mental, bem como para a formação das sociedades e continuará a ser uma prioridade. Iremos avançar de forma progressiva, de acordo com os meios disponíveis e com a capacidade de captar apoios, nomeadamente a nível governamental.

Sobre a ciclovia, existem dois pontos de interrupção em Vilar de Ledra e no Romeu, já temos candidaturas submetidas ao programa PROVERE, com apoios previstos para o efeito, no caso do pontão de Vilar de Ledra, existe já um projeto da ponte de Vilar de Ledra com um custo estimado na ordem dos 200 mil euros. Relativamente à ponte do Romeu, o investimento previsto ronda os 800 mil euros, no total, estes dois projetos situam-se aproximadamente na ordem de 1 milhão de euros. Estamos a trabalhar ativamente neste assunto.

O Senhor *Ricardo Oliveira Dias* faz aqui uma afirmação no que diz respeito a indeferimentos de projetos com base em fundamentos pouco técnicos ou até de natureza política. Aquilo que gostaríamos de perceber melhor é a que projeto, em concreto se refere, se for possível identificá-lo, para que possamos debruçar-nos sobre o mesmo e dar uma resposta mais objetiva.

Foram deixadas no ar um conjunto de considerações que naturalmente registamos, mas seria importante, se possível, ser mais específico. Eventualmente, poderemos até num momento posterior e num contexto mais restrito, reunir consigo para compreender melhor a situação em causa, analisá-la e apresentar uma resposta mais concreta.

Respondendo à questão colocada pela munícipe *Luísa Torres*, informo que será enviada resposta por escrito, conforme solicitado, ainda assim, posso adiantar que o projeto foi concluído, contou com apoio governamental e teve um custo na ordem dos 200 mil euros. O projeto de execução deverá estar concluído em julho de 2026. Toda esta informação será devidamente detalhada no documento que lhe será remetido, permitindo um esclarecimento mais completo e rigoroso.

ANTES DA ORDEM DO DIA

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- A Senhora Deputada Municipal *SANDRA GRILO* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, no final do dia, veio a público, em vários órgãos de comunicação social, a notícia de que o MIC - Matadouro Industrial do Cachão se encontra em processo de insolvência.

A ser verdade, trata-se de uma situação muito grave e este Executivo enquanto parte integrante da Administração, é corresponsável, devendo, por isso, prestar esclarecimentos aos municípios, informando sobre o caminho que está a ser seguido e acautelando os postos de trabalho aí existentes.

Digo isto porque é também do conhecimento geral que esta realidade não é recente. O MIC não se encontra em boas condições há já bastante tempo, enfrentando dificuldades financeiras e sucessivas administrações que não terão conseguido antecipar este desfecho. A confirmar-se este cenário, coloco as seguintes questões, Senhor Presidente:

Em primeiro lugar, numa região onde não existe outra entidade que assegure o abate e a desmancha de animais para consumo humano, sendo as mais próximas em Bragança ou Vinhais, como se chegou a este ponto? Numa análise externa, ainda que superficial, aparentava que as ameaças estavam controladas e as oportunidades maximizadas.

Em segundo lugar, irá esta região perder mais uma estrutura ou equipamento industrial, contribuindo para o esvaziamento progressivo deste setor?

Em terceiro lugar, qual será o futuro dos trabalhadores? Serão integrados noutras funções e/ou distribuídos pelos municípios que integram a administração do MIC?

----- O Senhor Deputado Municipal *TIAGO MORAIS* (IL) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Trago hoje nesta intervenção vários temas que resultam de uma escuta ativa e direta dos mirandenses, um papel de proximidade que nos compete enquanto membros eleitos desta Assembleia.

Começo por um bairro emblemático da nossa cidade, o bairro das Golfeiras, um bairro com muita história, onde tive o prazer de viver durante os anos em que estive em Mirandela e também de estudar durante o meu primeiro ciclo. É até curioso que hoje esteja aqui presente a minha professora primária, professora São, é uma coincidência interessante.

Este bairro é hoje casa de muitos mirandenses. Já na altura da campanha autárquica, em várias visitas ao bairro, deparámo-nos com problemas que, infelizmente, se prolongam há demasiado tempo. Nós próprios lançámos, na altura, uma iniciativa com a colocação de cartazes onde se lia que Golfeiras merecia mais atenção, tendo também incluído várias medidas no nosso programa autárquico. Hoje, quase meio ano depois, as preocupações mantêm-se e os pedidos dos moradores são exatamente os mesmos.

Refiro-me, em primeiro lugar, às condições das estradas, estão muito degradadas, cheias de buracos e representam um perigo real para quem lá circula diariamente. Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se está prevista alguma intervenção estrutural nessa zona?

Outro problema relatado é o excesso de velocidade na estrada mais recente junto ao Centro de Saúde de Golfeiras. Trata-se de uma extensão considerável de via onde a colocação de lombas é fundamental para a segurança de quem lá vive, sobretudo das crianças. Segundo os moradores, este pedido já foi feito há bastante tempo e foi-lhes mesmo prometido, palavras deles, que as lombas seriam colocadas em janeiro deste ano. Estamos em abril e o problema persiste. Gostaria de saber se existe um plano concreto para resolver esta situação e se a mesma está devidamente sinalizada.

Ainda em Golfeiras, preocupa-nos a lixeira e a sucata a céu aberto que têm vindo a crescer no bairro. Isto não é apenas um problema visual, é um risco para a saúde pública e contribui para a desvalorização de toda a zona envolvente. Ninguém merece ter uma lixeira à porta. Pergunto ao Senhor Presidente se esta situação está identificada e que plano existe para devolver a dignidade àquela zona, incluindo a quem lá vive. Golfeiras merece muito mais e muito melhor.

Mudando de assunto, quero abordar a questão da mobilidade, nomeadamente o serviço do “Ligeirinho”. Recentemente, uma jovem mirandense relatou publicamente falhas graves que pude confirmar em conversa direta. São referidas avarias frequentes que obrigam os passageiros a percorrer quilómetros a pé e quando existe substituição, a alternativa tem sido, por vezes, uma carrinha sobrelotada que não responde à procura.

Segundo uma denúncia, chegaram a circular 13 passageiros numa carrinha com capacidade para apenas oito lugares, uma situação grave, que coloca em causa a segurança e configura uma infração. Ainda ontem se repetiu a utilização dessa carrinha e segundo a denúncia recebida, nem todas as paragens terão sido cumpridas, obrigando novamente pessoas a percorrer longas distâncias a pé.

Hoje voltou a circular a carrinha, mas não ficou claro se está a substituir o “Ligeirinho” ou se funciona como complemento. Caso seja um complemento, a situação é diferente, mas seria importante esclarecer este ponto. Além disso, a rota atual parece insuficiente e faltam alternativas ao fim de semana, o que acaba por isolar quem depende deste transporte. O alerta fica feito e pergunto, o que tem o Executivo previsto para melhorar esta oferta? O “Ligeirinho” tem correspondido às vossas expectativas?

Para terminar, chamo a atenção para a manutenção do espaço público. Com a aproximação do verão, no Parque Dr. José Gama, os bebedouros continuam sem funcionar, numa terra quente como a nossa, este é um serviço básico, essencial para quem ali pratica desporto ou passeia em família, nesse mesmo espaço, o lago apresenta sinais claros de abandono e desleixo, exigindo intervenção. Por último, informar que as casas de banho públicas da cidade encontram-se muitas vezes, encerradas durante várias horas do dia, como sabemos, a necessidade não escolhe hora.

Pergunto, assim, ao Senhor Presidente se estes problemas de manutenção urbana estão identificados e se podemos esperar melhorias nestes pontos num futuro próximo?

----- O Senhor Deputado Municipal *SÉRGIO CASADO* (CDS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

O quadro de transferências de competências para os órgãos municipais e entidades intermunicipais no domínio da educação, concretizado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, estabelece a correspondência entre as competências descentralizadas e a organização da oferta pública do ensino básico e secundário e assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória das crianças e jovens em idade escolar.

Por conseguinte, os órgãos municipais passaram a exercer competências de organização e gestão dos procedimentos de atribuição de apoios de ação social escolar, anteriormente exercidas pela administração central. É importante garantir a igualdade de oportunidades de acesso à escola pública e de combate às desigualdades territoriais.

Senhor Presidente, o que me traz aqui hoje é a preocupação com o apoio aos jovens da Freguesia das Agueiras. A Freguesia das Agueiras está a uma distância de aproximadamente 32 km da sede do concelho e também a 4 km da Freguesia de Rebordelo, no concelho de Vinhais, motivo pelo qual as crianças do primeiro ciclo frequentam a escola do concelho vizinho, integrando assim os rários das escolas de Vinhais, acontece porém, que não existem transportes escolares para o concelho vizinho, o que cria grandes transtornos aos pais, pessoas que trabalham e que interrompem o seu trabalho para levar os filhos à escola.

O facto de alunos não disporem de qualquer oferta de ensino próximo da área de residência obriga os estudantes e os pais a deslocações para outros concelhos que disponham desta oferta, neste caso crianças da Freguesia das Agueiras que vão para Rebordelo, em Vinhais. Não pode isentar o Município de Mirandela no apoio necessário a estas crianças, sendo necessário corrigir as desigualdades em razão do território, bem como promover a coesão territorial, por forma a combater a desertificação das nossas aldeias. É necessário proporcionar tempos pedagógicos ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição de competências básicas e adaptar o tempo de permanência das crianças em espaços adequados à vida e às necessidades das famílias.

O facto de a localidade das Agueiras estar a 32 km da sede do concelho, dada a inexistência de transportes públicos com horários que permitam que as crianças possam frequentar atividades que se desenvolvem essencialmente na sede do concelho, verifica-se uma grande desproporcionalidade de oportunidades entre as crianças das Agueiras e as restantes. É de salientar que nesta Freguesia vivem 35 jovens com idade até aos 18 anos, neste momento.

Atendendo a estas necessidades e tendo em conta a formação global e diversificada dos alunos e o desenvolvimento das suas competências relacionadas com a cidadania, participação cívica, responsabilidade e autonomia, propomos a criação de uma sala de apoio ao estudo e centro de atividades de tempos livres nas Agueiras, utilizando para tal a escola desativada da Corriça. Os municípios podem criar salas de estudo ou centros de atividades com o intuito de apoiar as famílias, promover a igualdade de oportunidades, bem como conciliar a vida familiar e profissional, criando atividades lúdicas, pedagógicas e de acompanhamento.

Em nome do Grupo Municipal do CDS, propomos uma maior atenção aos jovens da Freguesia das Agueiras e aos restantes de outras freguesias que se encontrem em situação semelhante.

Senhor Presidente, a formação de hoje será o futuro de amanhã. Todos os ensinamentos, os bons costumes e a paixão pela freguesia serão o reflexo de amanhã, não agindo não nos podemos lastimar de que a desertificação aumente, não vamos criticar o poder central, porque neste caso é o poder local que deve agir.

----- O Senhor Deputado Municipal *VASCO CADAVEZ* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A minha intervenção tem a ver com o Regimento, fomos desafiados várias vezes para a alteração ao Regimento, na verdade, eu julgo que o Regimento tal como está, com bom senso e com organização, funciona na perfeição, ter muito tempo não significa que o usemos completamente, mas deixo aqui algumas reflexões sobre eventuais alterações ao Regimento.

Foi feita uma proposta, eu não estive na Comissão Permanente de Líderes, não pude, mas foi uma proposta de distribuição de tempos que discutimos hoje, isto merece uma análise não apenas do ponto de vista da organização, mas sobretudo do ponto de vista democrático. Com a composição atual desta Assembleia, onde duas forças políticas representam cerca de 80% dos Membros, é natural que exista alguma diferenciação de tempos, isso não está em causa, o que está em causa é a forma como essa diferenciação poderá ser construída.

O modelo proposto, é alternativo ao atual, coloca no mesmo plano Bancadas com dimensões completamente distintas, uma Bancada com quatro Deputados, outra com dois, outra com apenas um, passam a dispor exatamente do mesmo tempo de intervenção e isto não é proporcionalidade, é uma simplificação administrativa que gera uma distorção política, porque há um ponto essencial que não está a ser considerado, o exercício do mandato exige um tempo mínimo funcional, uma Bancada com dois ou quatro Deputados tem necessidade de distribuir intervenções, acompanhar vários pontos da Ordem de Trabalhos, exercer o escrutínio político com consistência. Com o tempo atualmente previsto na alternativa, isso torna-se extremamente difícil, obrigando a escolhas que empobrecem o debate, por outro lado, o modelo concentra grande parte do tempo nas duas maiores Bancadas, criando o risco claro de bipolarização do debate, onde as restantes forças políticas têm uma presença limitada e com menor capacidade de influência. Foi dito que estamos perante uma experiência piloto, tudo bem, mas uma experiência piloto, para ser válida, tem de partir de um modelo equilibrado, não de um modelo que já incorpora enviesamento à partida.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, nós não estamos contra a melhoria da eficiência dos trabalhos desta Assembleia, mas a eficiência não pode significar a redução do pluralismo, por isso, defendemos um modelo alternativo simples e equilibrado, um tempo de base igual para todas as Bancadas, garantindo o mínimo funcional, complementado por uma componente proporcional ajustada à dimensão de cada Grupo, este modelo permite manter proporcionalidade, garantir condições de intervenção às Bancadas menores e preservar a qualidade do debate democrático.

O que está em causa não é dar mais ou menos tempo a uns ou outros, é garantir que todas as Bancadas têm condições reais para exercer o seu mandato. É isso que hoje aqui defendemos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Agradeço, isto é um assunto para estudar, a decisão é do Plenário, as alterações que se vão incutir ou não são da responsabilidade do Plenário e como disse inicialmente, se entretanto me quiserem ir fazendo chegar alguns temas que considerem oportuno serem alterados, agradeço, para depois em reunião de Comissão Permanente de Líderes, possamos estudá-los, mais tarde, terá necessariamente de passar pela anuência do Plenário, pela maioria do Plenário.

----- O Senhor Deputado Municipal *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

O assunto que hoje me traz aqui já foi abordado por mim noutras assembleias, quando ainda era Presidente a Senhora Doutora *Júlia Rodrigues*, mas até ao momento nada foi feito, recordam-se certamente de eu ter questionado a então Presidente da Câmara por termos uma fábrica de lã a trabalhar no Cachão e essa fábrica trazer a lã de Espanha e não recolher a lã dos ovinos do nosso concelho, nessa reunião, a Senhora Doutora *Júlia Rodrigues* disse que o então Vereador *Vítor Correia* iria fazer uma reunião com a gerência da dita fábrica para que esse assunto fosse resolvido, ora, os anos passam e o assunto continua na mesma, os ovinicultores chegam a esta altura e têm de retirar a lã aos seus animais e depois ficam sem saber o que fazer à mesma.

Senhor Presidente, chegou a fazer alguma abordagem à dita empresa ou não acha relevante este assunto? O gabinete de apoio à agricultura ainda está ativo ou já foi extinto? É que, se ainda está ativo, visto o Senhor Presidente ter outros tipos de preocupações, as pessoas que trabalham nesse gabinete devem ter capacidade para fazer essa abordagem a esta empresa.

Outro assunto que também me preocupa e que também deveria preocupar o Executivo da Câmara é a diminuição de pequenos ruminantes que existe de ano para ano, era maravilhoso vermos os rebanhos a pastorear nos nossos terrenos. Estávamos habituados a ver quase todas as aldeias com três e quatro rebanhos e agora começamos a ver essas aldeias sem rebanho algum, sabemos da importância que este setor tem para a economia das nossas aldeias e do nosso concelho, sabemos da importância que os pequenos ruminantes têm na prevenção dos incêndios, também sabemos da importância que este setor tem no combate à desertificação das nossas aldeias. Todas as pessoas sabem isto e fala-se muito destes assuntos. Então eu pergunto, o que tem feito este Executivo para incentivar este setor e torná-lo mais atrativo? Já disse várias vezes que o nosso concelho só tem sucesso se tiver uma agricultura forte e com capacidade de gerar emprego, isso também toda a gente sabe. Então, permita-me que lhe faça mais uma pergunta, o que tem feito o seu Executivo em benefício da agricultura do nosso concelho? É que tenho conhecimento de que executivos de câmaras nossas vizinhas olham para a agricultura com outros olhos e até já prepararam ajudas para combater o aumento do gasóleo, que a todos nos preocupa. Sinceramente, gostava de ver também este Executivo a ter esse dinamismo, mas infelizmente não se vê nada.

Senhor Presidente, li uma notícia da Rádio Terra Quente em que se diz que o Matadouro do Cachão está em processo de insolvência. Esta notícia é verdadeira? Será que Vossas Excelências vão acabar por dar a machadada final num setor tão importante para a nossa região? Eu nem quero acreditar que Vossas Excelências vão ter coragem de prejudicar de tal forma o nosso concelho, a nossa região e os nossos agricultores.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MOVE) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Começamos por dar os parabéns ao Executivo desta Câmara Municipal pela assinatura dos respetivos autos de consignação no que toca ao arranque das empreitadas de reabilitação do açude da Ponta Pedra freguesias de Torre D. Chama e São Pedro Velho e do açude de Frechas. Após vários anos de espera, finalmente chegou a vez destas obras avançarem. Ora, aqui está espelhada a lentidão com que este Executivo gere o Município de Mirandela, porém, apesar disso, congratulamo-nos com esta fase, pois pelo menos estas obras vão avançar. Já o mesmo não se pode dizer de tantas outras obras espalhadas pelo concelho e na sede do concelho, muito necessárias e que ora estão inscritas nos Orçamentos, ora desaparecem dos Orçamentos e nunca mais se fala nelas. Um exemplo já foi aqui referido, vamos ver se realmente está para breve, o pavilhão multiusos tão necessário para Mirandela e que já noutros mandatos e noutras ocasiões foi abordado por nós, inicialmente de forma isolada, depois com a adesão de muitos elementos do PS e outras pessoas e penso eu, se é verdade aquilo que foi dito, que se faça, para não demorar mais, porque é uma obra que faz muita falta a Mirandela.

Outro exemplo é o arranjo do espaço da Feira da Reginorde, onde já quase não se pode circular em alguns lugares da feira, notamos ainda esta quinta-feira uma diminuição da atividade, talvez houvesse feira no outro lado, talvez não, mas nota-se uma decadência da feira. Teria de haver ali uma intervenção, assim como nos pavilhões ali instalados e nos espaços de prática desportiva degradados, por isso, Senhor Presidente da Assembleia, permitam-me que interroge a Câmara, quando começam as obras para dotar o campo desportivo da Reginorde de balneários dignos e de bancadas para receber equipas de outras regiões com condições de segurança e de higiene, tal como mandam as regras e como outras localidades já têm e os nossos praticantes, os nossos desportistas mais jovens, continuam sujeitos a ter aquelas condições, para quando?

Requalificação do Largo da Feira de Torre de Dona Chama, qual é o ponto da situação? Para quando o início das obras? Vai ser um espaço para a feira da Torre ou vai ser um espaço para um hipódromo?

Requalificação do espaço da Feira da Bouça, colocamos questões semelhantes, já que na campanha eleitoral em outubro de 2025 um Vereador deste Executivo dizia que até ao Natal estaria pronto. O quê? A obra? Qual Natal? De 2025? Todos se questionavam, sem saber a resposta, assim, diga-nos, Senhor Presidente da Câmara, qual é o ponto da situação em relação ao espaço da Feira da Bouça e para quando o início das obras.

A tirolesa, fomos confrontados com a resposta do Senhor Presidente ao Senhor *Manuel Brízido* e chegámos à conclusão de que ainda não é para já, ainda vão experimentar as medidas de mitigação, atrevo-me a perguntar, qual é o dia da sua retirada? Na última Sessão da Assembleia Municipal, realizada no dia 20 de fevereiro do corrente ano, o Senhor Deputado *António Martins* referiu-se a este assunto e disse, passo a citá-lo: “O tema do município *Manuel Brízido* só não acaba hoje se o Senhor Presidente da Câmara não quiser.” Ora, este Executivo não quis que acabasse naquele dia nem naquele mês de fevereiro. Já passaram cerca de dois meses e o processo pelo visto está igual, continua à espera das medidas de mitigação. Já têm os relatórios todos, pouco ou nada acrescentam uns aos outros, ou seja, o segundo relatório pouco veio a acrescentar ao primeiro e o terceiro igual e todos são unânimes, todos os relatórios mostram que o parque infantil com a tirolesa a funcionar está fora da lei. No entanto, a questão dos relatórios nada adiantou, oi uma maneira engenhosa de adiar o problema durante a campanha eleitoral, enganando assim alguns mirandelenses.

Andaram a queimar tempo com a desculpa de não terem os relatórios e depois a questão das medidas de mitigação, não queriam ceder os relatórios aos interessados, foi necessário o Senhor *Manuel Brízido* apresentar queixa à CADA - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e só depois é que os relatórios foram facultados aos interessados e aos Deputados Municipais, Deputados, menos o Deputado do MOVE Mirandela, que não recebeu nenhum documento enviado pela Câmara ou pela Assembleia Municipal. Questões de lapso que às vezes acontecem, não queremos que aconteçam, mas às vezes acontecem, admitimos, neste caso aconteceu.

Tanto tempo para tomar uma decisão que ainda não foi tomada. É isto gerir bem a Câmara e ir de encontro dos munícipes, ou é sacrificar alguns munícipes, colocando-os uns contra os outros, dando golpes sérios na saúde de alguns, brincando com eles. Ora dá, ora não dá o relatório, ora tira, ora não tira a tirolesa. Inconcebível esta postura por parte de um Presidente de Câmara e de um Executivo municipal que se reclama defensor dos valores do 25 de Abril e a agravar tudo isto, na reunião de Câmara de 24 de julho de 2025, o Senhor Presidente da Câmara, *Vitor Correia*, afirmava o seguinte: “Mas se as medições que efetivamente vão ser feitas disserem que ela deve ser retirada, naturalmente será retirada.”

Em que ficamos? Tira-se ou não se tira? Porquê? Não há razões? Está fora da lei e tem de ser retirada.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Senhor Presidente, quem é que gere este equipamento? Não sei se me poderia dar uma resposta muito direta sobre quem é que tem a responsabilidade de gerir este equipamento, sendo um equipamento público.

Pedia para colocar a foto 3.4, que é o tema que me traz aqui, tendo em conta que durante a semana andámos a tentar recolher alguma informação e ela não chegou. A foto que diz 3.4, por favor.

Senhor Presidente, durante as últimas duas ou três semanas dirigi-lhe alguns *e-mails*, recebi uma resposta por parte da Junta de Freguesia de Mirandela, mas a Câmara Municipal não me respondeu, não sei se ainda está à espera de me responder e gostava de lhe fazer a mesma pergunta que fiz na primeira fotografia, de quem é aquele equipamento que ali está num espaço público de Mirandela e quem é o proprietário daquilo que ali está. Estamos a ver, no lado esquerdo, uma estrutura fixa, que alguns consideram móvel porque vem um camião-grua e tira-a e depois vemos ali um arranjo qualquer à volta de uma árvore e eu gostava de saber de quem é isto? Não sei se me podem responder antes de eu continuar a intervenção. Eu gostava de ter uma resposta a isto. Muito bem, a resposta será no fim, vou continuar.

A Junta de Freguesia, Senhor Presidente, abriu um procedimento para fazer uma concessão do espaço do domínio público e no *e-mail* que lhe dirigi e cuja resposta recebi por parte da Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia veio-me dizer que havia algum interesse público em fazer esta concessão. Em certos concelhos, o interesse público é melhorar a educação, é melhorar a saúde ou melhorar o desporto, em Mirandela é ter um espaço para vender bebidas e vender tabaco, este é o interesse público que existe aqui em Mirandela.

Aquilo que eu queria entender, é porque é que a Junta de Freguesia consegue ter o domínio sobre uma determinada área que a lei não lho permite, porque, Senhor Presidente, eu tive uma resposta como o Senhor também teve, em que o Senhor Presidente da Junta diz que essa competência lhe foi delegada por lei, mas isso não é verdade, o que lhe é delegado por lei é uma gestão e depois há um ponto n.º 2, em que diz que o domínio tem de ser regulamentado de acordo com o que está nos regulamentos municipais e aqui é que está a questão, é que a Câmara não tem regulamentação sobre estas áreas, ou seja, temos aqui um vazio legal.

Quando se faz a delegação de competências por lei, também isso tem de ser regulamentado aqui na Assembleia Municipal, aquilo que está regulamentado tem de vir aqui e no mandato anterior não foi regulamentado absolutamente nada, ou seja, nós temos aqui um vazio legal. Daí eu ter questionado se porventura a Câmara teria passado para a esfera da Junta de Freguesia o domínio público que é da responsabilidade da Câmara, porque isto é muito importante, porque estamos perante um ato administrativo que pode ser nulo.

Por isso é que questiono o que é que está ali, porque eu dei-me ao trabalho de ir ao Base.gov e lamentavelmente tenho que dizer isto, a Junta de Freguesia de Mirandela, desde o início deste mandato, tem lá dois contratos publicados, eu acho que os Membros da Assembleia de Freguesia de Mirandela têm de ter esse trabalho de fiscalização sucessiva e não consta lá a atribuição do contrato deste equipamento, portanto, este equipamento está ali de uma forma ilegal, porque não tem uma licença da Câmara, tenho a certeza e não tem licença da Junta de Freguesia e se tiverem dúvidas, a fotografia tem a data em que foi tirada, porque me disseram que isto já está ali desde janeiro.

Senhor Presidente, aquele ímpeto que o Senhor teve hoje aqui de defender as coisas, também gostava que o tivesse no apuramento da informação que nós muitas vezes pedimos. Este assunto, como outros, arrasta-se semanas e semanas, até termos resposta. Porque eu vou ao mercado quero um quilo de cebolas, não trago um quilo de alhos para casa e é isto que nos acontece quando nós pedimos informação à Câmara, nós pedimos um quilo de cebolas e vêm alhos, e depois temos de reclamar, e depois vêm batatas, e assim sucessivamente e estas questões arrastam-se semanas, este tema já tem um mês e eu gostava que este ímpeto, que o Senhor Presidente teve aqui hoje, que eu acho muito bem que o tenha, também seja alargado para outros assuntos, para que a Assembleia Municipal esteja devidamente esclarecida.

Porque eu vou falar de outros temas, (peço que mostrem a fotografia seguinte por favor), cá está, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia depois faz isto, no procedimento diz que é uma concessão de um espaço do domínio público, mas na fotografia que entretanto retirou do site aparece, “aberto o concurso público para a concessão de um bar ou quiosque no Parque Luciano Cordeiro”. Temos de ter cuidado com as palavras que usamos, porque os autarcas têm responsabilidades acrescidas, não vale a pena vir aqui falar em transparência, rigor e verdade e depois praticar o contrário.

O procedimento é uma concessão de espaço do domínio público e eu gostava que hoje o Senhor Presidente da Câmara, ou no decorrer da próxima semana, enquadrasse juridicamente este tema e me desse uma resposta, quer a mim, quer à Assembleia e também outra questão, aos comerciantes de Mirandela, porque alguém invocar o interesse público para um espaço destes, quando na mesma rua existem talvez dez bares a vender tabaco e o gin, parece-me algo inacreditável.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Espero bem que de facto, as respostas do Executivo venham esclarecer esta situação e mais uma vez tenho de dizer que temos tido imensos pedidos por parte dos Senhores Deputados, que são reencaminhados para a Câmara e ao contrário do que acontecia no passado, as respostas têm sido bastante céleres.

Handwritten signature and initials.

É lógico que, se calhar, não preencherão todos os requisitos que os Senhores Deputados municipais pretendem, às vezes também fico um pouco baralhado com o fulcro da situação em si, mas por aquilo que tenho constatado, os temas são enviados para os respetivos serviços e dentro do possível, temos tido uma franca melhoria no sentido das respostas.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Trago aqui três temas importantes, para os quais agradeço uma resposta concisa, para que possamos perceber o que está em causa.

Senhor Presidente, tivemos conhecimento há relativamente pouco tempo de que a empresa que faz a recolha seletiva de resíduos para a Resíduos do Nordeste deixou de operar e que será outra empresa a assumir esse trabalho, através, provavelmente, de um concurso, ou seja, a empresa Multitrab deixará de prestar esse serviço à Resíduos do Nordeste e será substituída por outra.

A minha questão é a seguinte, em abril de 2023, a CDU apresentou nesta Assembleia Municipal uma Recomendação ao Executivo Municipal para que, no órgão deliberativo da empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, fosse proposta a integração nos quadros da empresa e respetiva carreira de todos os trabalhadores com vínculo precário, cedidos pela empresa Multitrab, conforme as suas justas reivindicações, uma vez que seria a única opção viável numa relação custo-benefício para todos os envolvidos. Essa Recomendação foi aprovada por unanimidade. Em julho de 2024, a CDU voltou a apresentar uma Recomendação, precisamente para recordar ao Executivo Municipal, enquanto membro do órgão deliberativo da empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, que desse seguimento à advertência emitida pela ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho, propondo a integração destes trabalhadores com vínculos temporários nos quadros da empresa, regularizando a sua carreira.

Senhor Presidente, isto traduz um modo de funcionamento que hoje se discute muito, o chamado *outsourcing*, ou seja, os trabalhadores que agora terminaram contrato com a Multitrab voltam a um “contador zero” e são contratados por outra empresa de *outsourcing*, mantendo-se em precariedade, mesmo após 7, 8, 10 ou 15 anos de trabalho. Isto não pode acontecer numa empresa pública com participação municipal. Já houve duas Recomendações aprovadas por unanimidade, em abril de 2023 e abril de 2024, no sentido da integração destes trabalhadores nos quadros da Resíduos do Nordeste, esperamos que a Câmara Municipal tenha isso em atenção.

Mudando de tema, a CDU tem alertado há mais de três anos para o estado de abandono e degradação do parque de estacionamento gratuito da Cocheira, na cidade de Mirandela, nomeadamente no que respeita à sinalização horizontal e à delimitação dos lugares de estacionamento. É inaceitável que um parque gratuito esteja neste estado de desleixo, quando outros parques pagos estão devidamente delimitados. Existe falta de estacionamento gratuito em Mirandela e este espaço continua sem intervenção, apesar de alertas sucessivos, a Câmara tem capacidade para executar esta sinalização e deveria fazê-lo.

A terceira questão prende-se com a informação de que tivemos conhecimento recentemente sobre a intenção do Governo, através do Ministro da Educação, no sentido de aprofundar processos de transferência de competências, que mais do que transferências de competências, são transferências de responsabilidades do Estado para os municípios. Estamos a falar da possibilidade de municipalização de escolas profissionais, incluindo escolas como as de Carvalhais. Gostaria de saber qual é a posição da Câmara Municipal relativamente a esta matéria, tendo em conta o impacto que pode ter na gestão da educação profissional no concelho e no país.

----- O Senhor Tesoureiro da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Trago aqui três questões da minha Freguesia, algumas das quais já não é a primeira vez que aqui venho debater, o que é certo é que tentamos que as coisas se resolvam e passam-se meses e por vezes, anos e mantém-se tudo na mesma.

Uma delas prende-se com o seguinte, no passado mês de novembro, na nossa Freguesia, decorreram trabalhos de calçamento na localidade de Vila Verde, já havia, há muitos anos, um pedido dos moradores e foi colocada uma lombra à entrada, junto à Junta de Freguesia. Foi solicitado à Câmara a sinalização dessa lombra e também a colocação de um sinal de proibição de parar e estacionar, numa pequena rua onde existem conflitos com a circulação automóvel e com a vizinhança.

Relativamente à lombra, foi-nos informado que os técnicos iriam ao local para avaliar qual a sinalização mais adequada a colocar, o que é certo é que, até hoje, ainda não tivemos qualquer resposta, não sei se os técnicos se deslocaram ou não ao local.

O segundo ponto prende-se com uma estrada na Freixeda, na rua da Costinha, onde há uma situação que já se arrasta há mais de um ano. Já nos foi dito aqui que a intervenção tinha sido deliberada e iria a concurso para execução da obra, o que é certo é que nada foi feito.

Mais preocupante ainda é a situação da Estrada Municipal 578, que está cada vez mais degradada, não há marcações e recentemente, após um dia de chuva, houve mais um despiste no local. Os veículos sofrem danos com a degradação da via, nomeadamente nos pneus, devido ao estado da estrada. Solicitamos que se possa encontrar uma solução, nem que seja faseada. Se não for possível fazer tudo de uma vez, que se vá intervindo por etapas, porque esta estrada é utilizada diariamente não só por habitantes do concelho, mas também de concelhos vizinhos.

Por fim, já aqui foi abordada a questão do Matadouro do Cachão, é uma situação triste. Falo por experiência própria, porque na minha família sempre houve pecuária, os animais sempre foram abatidos ali, desde cordeiros, leitões e vitelos, pela proximidade.

O Matadouro está inserido na terra das alheiras, onde são transformadas dezenas de toneladas de enchidos semanalmente e posso dizer que há mais de dois anos que não é abatido um suíno no Matadouro do Cachão, o que é uma vergonha. Eu próprio, quando tenho animais para abate, tenho de os levar a Bragança e agora até Bragança está fechado para obras, tendo de recorrer a Vinhais.

Gasta-se muito dinheiro e bem, na promoção dos nossos produtos. A questão é, porque não haveria um entendimento, uma articulação, para que parte da transformação pudesse ser feita aqui? Não se trata de obrigar qualquer industrial, mas de tentar criar condições e diálogo. Porque não abater aqui parte da produção? Esse volume de negócio não seria suficiente para ajudar a manter o

nosso Matadouro e até reforçar o seu funcionamento e pessoal? O problema é que o pessoal reforma-se e depois não há substituição, porque os mais novos olham para as condições e não se sentem atraídos. Era importante conseguirmos valorizar e recuperar o nosso Matadouro. Ainda hoje, diria, é uma das joias da coroa do país.

----- O Senhor Deputado Municipal *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Senhor Presidente, queria colocar-lhe uma questão, a Câmara tem controlo e sabe por onde circulam as viaturas municipais? Pergunto isto porque há uma viatura da Câmara que, em horário de serviço, circula frequentemente, por vezes mais do que uma vez por dia, para a zona do Romeu. Gostaria de perceber se existe algum serviço associado a essas deslocações, ou qual a justificação para essas saídas.

Queria também deixar aqui uma comunicação a esta Assembleia. Há cerca de 5 anos, quando era Presidente de Junta, fui alvo de uma visita da Polícia Judiciária, durante esse período, fui sendo alvo de investigação durante vários anos. Sempre colaborei com as autoridades e sempre disse que, da minha parte, poderia haver algum erro ou alguma irregularidade, mas nunca houve nada de intencional. Sempre disse também que, em matéria de ilegalidades ou de roubo, não havia nada.

O processo seguiu para o DIAP e para o Ministério Público e no final, não resultou qualquer acusação ou prova de irregularidades.

No entanto, durante anos, esta situação causou constrangimentos e incómodo pessoal e institucional e aquilo que digo é que este tipo de situações pode acontecer com qualquer Presidente de Junta ou autarca. Hoje, qualquer denúncia anónima pode originar processos e investigações que se arrastam no tempo, o que naturalmente cria desgaste.

Para terminar, relativamente à viatura, identifico que se trata da viatura associada ao Senhor Armando Cepeda, assumo aquilo que digo e não tenho qualquer problema em referir os factos de forma direta.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (INDEPENDENTES) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Na última Assembleia, depois de ouvir a intervenção do Senhor Deputado *Rui Sá* e as respostas do Senhor Presidente da Câmara, queria intervir, mas como não estava inscrito, não o pude fazer. Então vou fazer agora aqui uma pequena intervenção.

Senhor Presidente *Vitor Correia*, registei com estupefação na última Assembleia Municipal, relativamente à reestruturação orgânica da Câmara que aqui foi aprovada com o voto de qualidade do Senhor Presidente da Mesa, Vossa Excelência puxou pelos galões e com pompa e circunstância, referiu: “Provavelmente para algumas pessoas que nunca viveram numa estrutura desta natureza, mas eu já vi, presenciei mais de 30 anos de gestão ao mais alto nível”, repito, mais de 30 anos de gestão ao mais alto nível, Vossa Excelência viveu esta gestão de topo, enfim, estas declarações são suas e ainda acrescenta: “Sei perfeitamente como é que nós podemos organizar e devemos organizar os serviços e os custos associados serem baixíssimos” e continua o Senhor Presidente com as seguintes afirmações que estão vertidas em ata: “Quando nós sabemos que muitos dos cargos que vão ser ocupados por estas vagas serão pessoas que não irão ter sequer um valor de aumento salarial e não representa rigorosamente mais nada a não ser responsabilidade, portanto, nós não estamos a pensar contratar ninguém de fora, estamos a pensar promover as pessoas com critérios de liderança, com critérios de conhecimento, que já estão na estrutura e que não vão representar custos adicionais.”

Senhor Presidente, perante estas afirmações que proferiu na última Assembleia Municipal, não posso deixar de lhe perguntar, mantém que este concurso para dirigente já tem efetivamente o fato à medida destinado a alguns trabalhadores da Câmara, têm ligações a Vossa Excelência ou ao Partido Socialista? Vão ter o incremento salarial de zero? Apenas a título de exemplo, ao verificar que a remuneração de um dirigente de 4.º grau é de 2.462,31 euros e que o mapa de pessoal de 2026 da Câmara tem apenas dois trabalhadores no Gabinete Jurídico, repito, apenas dois trabalhadores e com menos de três anos, só neste caso estamos a falar num diferencial de mais de mil euros por mês.

Pergunto-lhe a si e a todos aqueles que nesta Assembleia votaram favoravelmente a reestruturação orgânica, identificam alguma racionalidade que tenha sido criada na Unidade Orgânica de 4.º Grau, igualmente designada como Gabinete Jurídico? Por mais caricata que pareça, nesta Unidade Orgânica de 4.º Grau, um dos dois juristas vai chefiar o outro, pelo que está bem explícito no parecer da CCDD-N, que identifica claramente que os concursos para dirigentes não podem ser restritos aos trabalhadores da própria entidade, mas sim a todos aqueles que possuem vínculo à função pública.

Senhor Presidente *Vitor Correia*, não falou a verdade a esta Assembleia e consequentemente, aos mirandenses e para terminar, quem ocupa posições como a de Vossa Excelência não basta agir com integridade, é fundamental falar a verdade para evitar toda e qualquer suspeição.

Relativamente à questão do Matadouro do Cachão, vou só fazer duas ou três questões, a ser verdade aquilo que a notícia diz, de que já está numa fase de insolvência, isto deve-se efetivamente à gestão dos últimos anos, uma gestão ruinosa por parte de quem está à frente desta entidade. Pergunto ao Senhor Presidente se esta situação o preocupa, porque estamos a falar de trabalhadores, estamos a falar de produtores agrícolas de Trás-os-Montes. Pergunto-lhe ainda quem falhou, quem decidiu e que medidas já tomaram ou estão a pensar em tomar.

Queria aproveitar uma vez que o Senhor Presidente da Mesa diz que o Senhor Presidente da Câmara é muito célebre a responder às questões. Perguntei em três Assembleias relativamente à barragem do Cachão, porque é que não está cheia? Porque é que não entra água na barragem? Ainda não respondeu nem por escrito, nem oralmente.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Deputados.

Gostaria de colocar três questões ao Executivo.

Uma das questões que gostaria de lhe colocar era sobre a realização das Festas de Nossa Senhora do Amparo e da cidade. Qual é o plano que tem para a realização das festas? Onde as mesmas vão ser realizadas? E também a oportunidade para questionar porque é que não vem a esta Assembleia um regulamento relativamente às Festas da Cidade.

A segunda questão tem a ver com a reabilitação ou o funcionamento do parque de campismo, é a altura oportuna porque a época banhar ainda não começou e também interessa aqui referir que este Executivo recebeu o parque de campismo como sendo um dos melhores de Trás-os-Montes e hoje é aquela situação que ali está, eu não queria ser muito forte na questão, mas tenho que dizer que a todos envergonha a situação. Mirandela tem que ter uma visão estratégica para o turismo, todas as pessoas que nos visitem deixem cá alguma coisa, mas nós temos que ter atratividade e o parque de campismo, no ano passado, foi aquilo que foi e este ano não se sabe aquilo que irá ser. Por isso, em tempo, quero questioná-lo e quero que diga a esta Assembleia qual é o plano, quer para as Festas da Cidade, quer para o Parque de Campismo.

Sobre o Matadouro do Cachão, não vou repetir aquilo que aqui já foi dito, apenas fazer o registo de que o PSD solidariza-se com tudo o que aqui foi dito e gostaríamos que o Senhor Presidente dissesse alguma coisa relativamente ao Matadouro Industrial do Cachão.

Depois e porque a Senhora Deputada *Marisa Aranda* veio cá com o assunto, eu não vou poder deixar de passar o tempo sem voltar novamente ao assunto e permitam-me começar por dizer com a frontalidade que o cargo me exige, que não posso acompanhar, nem aceitar o tom que Vossa Excelência entendeu dirigir à minha pessoa na sequência do *e-mail* enviado do Grupo Municipal que represento, repito, em nome do Grupo Municipal que represento, confesso que me surpreendeu, vindo de quem veio, mas é o que é. Na reunião da Comissão Permanente de Líderes, fui absolutamente claro e objetivo ao afirmar que qualquer entendimento ali alcançado quanto à redução dos tempos de intervenções, carecia necessariamente de ratificação do Grupo Municipal do PSD e assim fiz questão de ditar para a ata, aliás, é o que lá consta na ata.

Não se trata de uma formalidade, trata-se de respeito pelo funcionamento democrático dos grupos municipais e pela legitimidade política que cada um representa. Mais do que isso, importa não inverter responsabilidades. O que está em causa não é o incumprimento do PSD, é a coerência com o que lá foi dito e com a decisão do Grupo Municipal. A tentativa de desvalorizar a posição previamente assumida, clara e coerente, não contribui para o bom funcionamento do Órgão, nem para a confiança entre as forças políticas e essa, Senhor Presidente, é uma linha que o PSD não acompanhará.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de começar a minha intervenção, queria deixar claro que o nosso Grupo Municipal e eu, em particular, vamos cumprir os 25 minutos que tinham sido destinados para a nossa Bancada, nós organizámo-nos para conseguir esse tempo, quando nos são colocadas adversidades, tentamos readaptar-nos e foi isso que fizemos.

É possível dizer também, porque sei que vou ter tempo para dizer tudo o que tenho a dizer, que tenho a ideia, enquanto Deputada Municipal, de que nós funcionamos aqui como um todo e um todo inclui, para mim, também o Executivo, porque efetivamente o que todos pretendemos, ou deveríamos pretender, é o bem comum e sobretudo, o bem do nosso concelho.

Há algumas coisas que começo a perceber que nos distinguem e o que a mim me distingue muito em particular e tenho toda a vontade e frontalidade para dizer e não mando o recado por ninguém, é que, efetivamente, para mim, na política, não vale tudo e para eu exigir respeito, tenho de saber respeitar. Há muitos comportamentos nesta Assembleia e até, particularmente, nós Deputados Municipais, onde eu me incluo também, que não são nada respeitosos e que não dignificam este Órgão. Não é isso que eu pretendo e não é isso que vou fazer nesta Assembleia.

Partindo para a minha intervenção, trago o Conselho Municipal da Agricultura a esta Assembleia e trago por uma questão muito concreta, daquilo que percebi enquanto conselheira e participante nesta última sessão, verifiquei que existem muitas presunções e o Senhor Presidente fez questão de me dizer que eu estava a falar com base em presunções e chego à conclusão de que não, Senhor Presidente, isto porque relativamente ao plano de monitorização e combate à vespa velutina, que é um problema já há muito identificado no concelho e alvo de algumas ações municipais, mas cuja monitorização sistemática, articulação operacional e transferência de resultados carecem de uma resposta estruturada e pública, percebeu-se, pela intervenção de um conselheiro no Conselho da Agricultura, que são feitas, sistematicamente e de ano para ano, questões e pedidos de esclarecimento que nunca são respondidos. O que ouvi no Conselho da Agricultura foi que, relativamente a este plano de monitorização, já muito tinha sido feito, pasme-se Senhor Presidente, quando vejo a Informação Escrita do Senhor Presidente e vejo que está lá uma breve referência, além de que, quando fui questionar o conselheiro dias depois se tinha recebido o *e-mail* que o Senhor Presidente pediu para ser enviado e pasme-se mais uma vez não foi enviado, ou seja, perguntas concretas que foram feitas, neste caso concreto, quantas armadilhas foram colocadas no concelho, considerando-se que os meses de referência são fevereiro e março para a sua colocação e onde foram colocadas, entre outras questões, ainda não foram respondidas e já não são respondidas desde 2025.

Para além disso, do que fui entretanto indagando e perguntando e que me foi respondido, seria importante que este plano fosse estendido a todas as explorações pecuárias, que houvesse ações de sensibilização junto, por exemplo, de associações de caçadores, e uma articulação entre os diferentes municípios, o que não acontece. Depois, relativamente ao regadio de Carvalhais, em particular ao sistema de Contins, a obra foi dada como finalizada em 2024, mais concretamente no verão e até à presente data não está em funcionamento.

Eu tenho participado em vários eventos e volto a dizer o que já disse no Conselho da Agricultura, o Senhor Presidente até é tido por uma pessoa muito preocupada e participativa em ações de formação sobre o olival, o azeite, entre outras e mais uma vez, pasme-se, não há qualquer preocupação com o sistema em funcionamento. Sei que lhe coloquei questões e sei até que me respondeu. A questão é que não podemos estar desde 2024 à espera de um sistema concluído e que não está em funcionamento.

Quanto à pecuária, fiquei seriamente preocupada no Conselho Municipal da Agricultura, porque vi o Senhor Presidente demasiado preocupado e com a cabeça muito baixa quando se verificou que existem atrasos relativamente a valores desde 2023 e alguns vão ter de ir ainda à Reunião de Câmara. Isso também me preocupou. Acho que, quando temos estes Conselhos, devemos efetivamente pô-los em prática, não basta criar grupos para resolver problemas e depois isto tornar-se um novelo, criam-se grupos para resolver problemas, os problemas não se resolvem, voltam-se a criar outros grupos. Se calhar é preciso mais atenção aos agricultores.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A minha intervenção vai no sentido dos relatórios que nos fizeram chegar, embora tardiamente e deixem-me que diga, de forma pouco profissional, no que diz respeito ao serviço de refeições escolares, que foi levantada na assembleia passada pela Senhora Deputada *Eliana Alves* e relativamente ao qual o Senhor Presidente disse que ia fazer chegar todos os relatórios, fotografias e informações de nutricionistas. As fotografias, por acaso, não chegaram e pedia também que nos fizessem chegar essas fotografias, porque não sei o que querem dizer com fotografias, mas o Senhor Presidente disse que iam ser enviadas, essa informação passou, no entanto, deixem-me dizer que estes documentos remetidos agrupam-se no essencial em dois blocos, o primeiro corresponde a relatórios internos de auditoria ou de não conformidades detetadas em unidades de confeção e refeitórios escolares do concelho de Mirandela. O segundo corresponde a relatórios laboratoriais e análises microbiológicas a alimentos, superfícies e manipuladores.

Esta distinção é decisiva para uma leitura séria do assunto. Os relatórios internos avaliam o funcionamento, a organização, o estado de conservação das instalações e equipamentos e algumas rotinas de higiene. Já os relatórios laboratoriais avaliam amostras concretas recolhidas em momentos determinados. São, por isso, instrumentos diferentes com alcance diferente. A leitura conjunta dos documentos não permite afirmar que exista, à luz do que foi enviado, uma situação de alarme sanitário imediato, porém, também não permite uma leitura descansada ou meramente absolutória. O que os documentos revelam é um quadro misto, por um lado, as amostras laboratoriais analisadas apresentam resultados conformes ou satisfatórios, por outro, os relatórios internos registam falhas repetidas em várias unidades, algumas de natureza estrutural, material ou organizativa. Em termos simples, os exames enviados estão bem, mas subsistem sinais de desorganização e de manutenção deficiente.

Nos relatórios de não conformidade sobressaem várias ocorrências repetidas, entre elas destacam-se a inexistência de dispositivos adequados para a higienização das mãos, o uso de rolos de papel soltos, armários sem portas para guardar produtos de limpeza, insetocaptadores inexistentes ou avariados, tábuas de corte a necessitar de substituição e equipamentos que não funcionam nas condições normais.

Na Escola Básica Luciano Cordeiro, estas falhas surgem em diferentes auditorias, o que mostra a sua persistência temporal. Para além dos aspetos higienossanitários mais óbvios, surgem observações sobre a incidência solar excessiva na cozinha, dificuldades materiais de trabalho, alterações de ementas e falta de condições ótimas para a conservação ou preparação dos alimentos.

Na Escola Secundária de Mirandela são referidos problemas ligados aos vestiários, economato, secagem de mãos, tábuas de preparação e controlo de pragas. Surge ainda a referência à sobrecarga das funcionárias face ao número de alunos servidos, o que pode indicar um problema de meios humanos ou de organização do serviço.

Na Residência de Estudantes, o registo aponta para um estado de conservação fraco em elementos básicos do espaço, incluindo teto, paredes, chão, proteção de lâmpadas, arcas, equipamentos e utensílios. O elemento mais importante aqui não é uma falha isolada, mas antes a repetição do mesmo tipo de apontamentos em diferentes momentos.

O ponto mais relevante não parece ser a existência, neste lote documental, de alimentos declarados impróprios ou contaminados. O que mais pesa é a reincidência de falhas elementares. Quando as mesmas observações aparecem em auditorias sucessivas, a questão deixa de ser uma ocorrência pontual e passa a ser uma questão de gestão, manutenção e correção efetiva. Também merece atenção o facto de parte das falhas identificadas serem básicas, higienização das mãos, conservação adequada dos equipamentos, armazenamento de produtos químicos em armários fechados, controlo de pragas e substituição de utensílios degradados não são exigências secundárias, são condições mínimas de funcionamento regular.

Em termos de apreciação global, a documentação não sustenta uma conclusão alarmista, mas também não consente uma conclusão complacente. O quadro revela um serviço onde, apesar de os resultados laboratoriais remetidos serem globalmente conformes, subsistem deficiências repetidas nas condições de funcionamento, manutenção e organização.

Assim, uma posição institucional séria e equilibrada será reconhecer dois pontos ao mesmo tempo, primeiro, que estes relatórios não evidenciam contaminações nas amostras analisadas e segundo, é que devemos agir e portanto, faço aqui algumas perguntas para o Senhor Presidente nos poder responder.

As não conformidades detetadas nas auditorias internas foram todas objeto de plano de correção formal, com indicação de responsáveis e prazos?

Quais das falhas assinaladas no relatório já foram corrigidas? Quais permanecem por corrigir e em que data se prevê a sua resolução? Por que razão surgem as mesmas observações em auditorias sucessivas, designadamente quanto à secagem higiénica das mãos, controlo de pragas, armários de produtos de limpeza e substituição de utensílios? Existe registo consolidado das auditorias efetuadas, das medidas corretivas adotadas e da verificação posterior do respetivo cumprimento? Os relatórios laboratoriais favoráveis apresentados correspondem a um controlo regular e sistemático ou apenas a amostras pontuais?

Com que periodicidade são realizadas análises microbiológicas a alimentos, superfícies e manipuladores em cada estabelecimento? Há reforço de meios humanos ou de organização do serviço nas unidades onde foi reportada sobrecarga de trabalho? Que investimento está previsto para a manutenção, substituição de equipamentos e melhoria das condições materiais das cozinhas e refeitórios?

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há aqui um assunto, que é o MIC - Matadouro Industrial do Cachão, que irei responder depois, no final, de uma forma global, porque há várias questões sobre ele.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Tiago Morais*, sobre Golfeiras, efetivamente estamos sempre a procurar melhorar e vamos trabalhar Golfeiras da mesma forma que trabalhámos o bairro da Cerdeira, que também era um bairro que estava completamente degradado, foi trabalhado e neste momento, é um bairro que está, sob o ponto de vista das infraestruturas, aceitável, para não dizer bem, nunca fica perfeito, há sempre algumas condicionantes, porque há interesses dos moradores, nomeadamente no que diz respeito ao estacionamento, todos gostavam de ter estacionamento à porta de casa, por exemplo, mas há questões que são

inultrapassáveis, mas vamos tratar Golfeiras da mesma forma que tratámos o bairro da Cerdeira e outros bairros, mas não conseguimos fazer tudo ao mesmo tempo. O princípio, já me ouviram dizer isto muitas vezes, só existe economia porque há necessidades ilimitadas e recursos limitados e por isso é que temos de fazer aquilo que são as maiores necessidades, sem prejuízo de alguns assuntos serem de resolução imediata, nomeadamente as lombas no acesso ao Centro de Saúde.

Relativamente às lombas, é um problema de todo o concelho, no Conselho Municipal de Segurança, onde fazem parte os presidentes de junta e outras entidades, foi pedido a cada Presidente de Junta que fizesse um levantamento, porque há lombas colocadas de forma desregulamentada e precisamos de identificar as que estão e as que não estão licenciadas. A responsabilidade é de todos, de quem promoveu a instalação das lombas e de quem tem o dever de fiscalização. Juntas de Freguesia e Município estão todos com responsabilidades quando são colocadas lombas sem estarem devidamente regulamentadas. Esse trabalho está a ser feito de forma integrada com as Forças de Segurança Pública e com a GNR.

No que respeita ao Centro de Saúde, estamos a analisar a situação, porque sempre que há uma avenida nova pode haver aumento de velocidade, naquele troço entre o cemitério de Golfeiras e o Centro de Saúde, promove alguma velocidade. Estamos atentos e as lombas irão ser colocadas, mas de forma regulamentada e adequada e temos de avaliar que tipo de lombas são adequadas, porque estamos numa zona residencial e podem também provocar aumento de ruído e instabilidade junto dos moradores. Para cada circunstância há uma lomba adequada e é nisso que estamos a trabalhar. Não é apenas colocar uma lomba de um dia para o outro, temos de perceber qual a solução técnica mais adequada para aquele local.

Outra questão não menos importante é a sucata, temos efetivamente alguma sucata naquela zona e já estamos a trabalhar com a PSP, ainda ontem falei com o Senhor Comissário *Vitor Salgado* para tratarmos desse assunto, a sucata tem de ser removida, nomeadamente a que está junto ao depósito de água, o depósito é estanque, não há problema sob esse ponto de vista, mas, do ponto de vista paisagístico, não pode ali estar sucata numa zona habitacional e por isso temos que promover a remoção.

No que diz respeito à mobilidade, o “Ligeirinho” veio dar resposta a um autocarro que já tinha muitas fragilidades. O autocarro está a ser remodelado para poder dar resposta quando o “Ligeirinho” estiver avariado, porque também avaria como qualquer outro veículo. Já tivemos também reporte de que o veículo de nove lugares que, por vezes, substitui o “Ligeirinho”, estava sobrelotado em alguns momentos, já pedimos informação técnica sobre essa situação, que também foi abordada na última Reunião de Câmara pelos Senhores Vereadores da Oposição e estamos a trabalhar nisso.

Relativamente à manutenção dos espaços públicos e dos bebedouros na Zona Verde, é um assunto em que estamos a trabalhar, não podemos entrar numa nova época balnear sem esses equipamentos a funcionar, sobretudo num clima como o nosso. Relativamente aos sanitários públicos, também é uma competência partilhada com a Junta de Freguesia de Mirandela, embora não tenha agora presente se é em todos os casos. Temos de perceber quando estão fechados e a que horas, sendo certo que estes equipamentos são frequentemente alvo de vandalismo quando estão abertos durante a noite e temos de ter esse cuidado, há roubos de torneiras e outros atos de vandalismo, mas é uma preocupação nossa.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Sérgio Casado*, compreendo que muitas vezes a proximidade com outras localidades possa trazer algumas questões que aqui foram levantadas, mas é nosso entendimento que devemos promover o encaminhamento dos alunos para os equipamentos do nosso concelho. Aquilo que estamos a fazer é melhorar as condições de transporte que temos e como sabem, já foi aqui dito, existe um procedimento que irá começar em junho de 2026, estamos com o Grupo Santos, que foi quem ganhou esse concurso intermunicipal que assim promoveu essa solução e que irá melhorar a nossa rede de transportes. Esperamos que essa resposta seja mais eficiente e mais capaz. Para isso, iremos também ter uma reunião na próxima reunião da CIM-TTM, com o concessionário para termos a certeza absoluta de que tudo irá correr muito melhor, para podermos dar as respostas que merecem os nossos jovens e também a população em geral, sobretudo os jovens, mas também a população mais idosa, que é igualmente afetada por essa necessidade, não obstante, para os idosos iremos ter também o programa de transporte a pedido, que irá dar algumas respostas.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Vasco Cadavez*, foi dirigida à Mesa da Assembleia.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Arménio Vaz*, relativamente à Lanor, é uma preocupação nossa até porque a Lanor tem um impacto ambiental significativo no nosso território e no Complexo Agro Industrial do Nordeste, vamos continuar a trabalhar essa questão e teremos uma reunião com as Águas do Norte e com eles, onde iremos também sensibilizar para a importância da lâ produzida no nosso concelho. Não nos podemos imiscuir na relação contratual entre a Lanor e os seus clientes, mas podemos promover a diplomacia adequada para que a situação evolua.

No que diz respeito à diminuição dos pequenos ruminantes, é uma realidade que tem vindo a acontecer. Recentemente, o presidente da Ancras também fez essa referência e nós estamos a trabalhar nesse sentido. No Conselho Municipal da Agricultura foram dados passos importantes, como aqui foi referido pelos Senhores Deputados que também são conselheiros. Existe uma preocupação em aumentar os apoios à pecuária, para termos mais produtores e melhor apoiados. Fiquei preocupado nesse Conselho Municipal de Agricultura com a dificuldade em fazer chegar os apoios aos agricultores, vamos ter de rever a forma como esses apoios são operacionalizados, porque há verbas que não chegam aos agricultores por questões burocráticas e isso não pode acontecer. Temos de simplificar procedimentos, sem nunca sair da legalidade, naturalmente. Esse trabalho está a ser feito, para incentivar o setor, sobretudo a continuidade e o reforço da pequena produção.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Vigílio Tavares*, agradeço a referência aos açudes, o açude da Ponte da Pedra e de Frechas e das praias fluviais, sei da sua lentidão e se tudo fosse como gostaríamos, as coisas seriam mais rápidas. Há situações com entidades envolvidas que nos ultrapassam, como sabe, dispenso-me de mais comentários, porque estas razões já foram aqui explicadas várias vezes ao longo do tempo, esperamos que ainda este ano, não obstante Frechas, Ponta da Pedra e Torre de Dona Chama possam ter as suas praias a funcionar, dependendo das autorizações das entidades competentes e da qualidade da água, mas o que já será possível verificar é o espelho de água, mesmo sem estarem concluídas as margens e zonas adjacentes, já se irão notar durante este verão.

Relativamente ao pavilhão multiusos, ao espaço da Reginorde e ao Largo da Feira da Reginorde, precisamos de melhorar esses equipamentos, não conseguimos avançar sem consolidar estes espaços. Temos os pavilhões A e B e o Parque Desportivo, estando previsto lançar concurso para bancadas e balneários até ao final do ano. O pavilhão multiusos ainda se encontra em fase de projeto

Handwritten signature and initials.

de execução, mas estamos a trabalhar nisso. Precisamos primeiro de solidificar e de garantir e que existe tratado, porque não podemos abandonar o que temos para fazer novas estruturas sem assegurar o funcionamento do que já existe.

No que diz respeito ao Largo da Feira de Torre de Dona Chama e da Bouça, as obras estão previstas para iniciar no dia 4 de maio, segundo o empreiteiro ASG nos garantiu, será uma questão de mais alguns dias para vermos o início das obras.

Relativamente à tirolesa, não somos pessoas de enganar, não enganamos os mirandelenses. Fomos sempre muito objetivos e concretos desde o início. Promovemos a realização de uma medição acústica, que teve custos e essa medição foi feita, tem recomendações e iremos cumpri-las rigorosamente, sem pôr em causa as necessidades de todos. Neste momento, a tirolesa não está a ser um problema, porque ela está inoperante e está inoperante não pela questão do ruído, mas porque o equipamento apresentou algumas deficiências estruturais que punham em causa a sua utilização. Isto tem de ficar muito claro. Teremos de avaliar a relação custo-benefício e é isso que estamos a fazer. Iremos demorar o tempo que for necessário, não iremos colocá-la em funcionamento sem haver um consenso alargado, de forma a que este assunto possa ser ultrapassado de forma definitiva, mas a família que reclama deste assunto, neste momento, não está a ser prejudicada, porque a infraestrutura não está a ser utilizada.

No que diz respeito à questão colocada pelo Senhor Deputado *António Martins*, sobre o Parque Desportivo dos Castanheiros, este equipamento é gerido pelo Município, estamos a trabalhar na instalação de câmaras de vigilância em vários locais da cidade, porque é necessário perceber que hoje reparamos e no dia seguinte surgem portas arrombadas e vidros partidos. Isto é uma necessidade e não podemos andar permanentemente a reparar situações de vandalismo. Temos de ter equipamentos que permitam mitigar estes atos e identificar quem os pratica, pois são situações que em nada dignificam o concelho.

Relativamente à questão do equipamento, a informação que recebi agora mesmo indica que, no âmbito da transferência de competências para os órgãos de freguesia de Mirandela, formalizada a 1 de janeiro de 2023 ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, foi atribuída à Junta de Freguesia a competência relativa à utilização e ocupação da via pública. Assim, qualquer informação respeitante a concursos para concessão de espaços do domínio público deverá ser solicitada diretamente à Junta de Freguesia e nós na presença da resposta da Junta de Freguesia entendemos que o assunto estaria respondido, porém verificamos que não, que há outras questões que se levantam e nada nos impede de solicitar parecer jurídico sobre este tema, como foi sugerido, para esclarecer cabalmente a situação. Cumpre-nos defender o erário público e o interesse de todos, bem como assegurar o cumprimento da lei. Não estamos a agir de forma inadvertida, estamos a atuar com base na informação disponível.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*, o tema dos trabalhadores precários é uma preocupação de todos nós, temos prova disso no processo de contratação de recursos humanos em curso, onde algumas pessoas poderão ser integradas por concurso, porque são necessárias. Estão também a recorrer a contratos de emprego-inserção, promovendo emprego público sempre que possível. Este é um assunto que continuará a ser acompanhado. No que diz respeito aos Resíduos do Nordeste, somos apenas uma parte dos acionistas, mas estamos sensíveis ao combate à precariedade, o que consideramos correto.

Quanto ao Parque da Cocheira, é verdade que necessita de uma reformulação, não só ao nível da marcação, mas também da sua requalificação, é um assunto em que estamos a trabalhar, incluindo pintura e organização do espaço, embora os espaços sejam exíguos.

Relativamente à EPA - Escola Profissional de Agricultura de Carvalhais, trata-se de um assunto que nos preocupa. Fomos surpreendidos por declarações do Diretor da Escola, o Professor *Marcelino Martins* e em função dessas declarações contactámos de imediato a CCDR-N, com quem temos reunião agendada, incluindo a Vice-Presidente, a Professora *Maria José*, no sentido de percebermos o que é que está em causa. Não tomaremos qualquer posição precipitada quanto à eventual municipalização da escola. Caso venha a ser colocada essa hipótese, terá de existir um acordo devidamente ponderado, que não comprometa o Município, à semelhança de outras transferências de competências, como a rede viária, onde hoje enfrentamos dificuldades e custos significativos. Não podemos continuar a receber competências sem o respetivo envelope financeiro adequado. Sabemos quais são os problemas, todos nós vivemos aqui, mas temos limitações orçamentais para responder a tudo. Este é mais um assunto de grande preocupação, estamos atentos e iremos acompanhá-lo com responsabilidade.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *André Geraldo*, eu lamento que cheguemos ao ano de 2026 e ainda estejamos aqui a falar da Estrada Municipal 578, que é muito mais do que uma estrada nacional ou intermunicipal, porque, por uns metros, ainda é de Vila Flor também, mas é uma estrada regional. É uma estrada regional porque serve outros concelhos, nomeadamente Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Alfândega da Fé, Miranda do Douro, Mogadouro e muito perto do nosso concelho, muito perto do nosso concelho, por essa estrada, por não termos garantido um acesso ao IP2, vemos escapar todos os dias pessoas, por várias razões, razões de saúde, razões de compras, ou outras, pelo IC5 e nós não fomos capazes, atempadamente, de fazer esse trabalho.

Dizer que já estamos aqui com um projeto em curso, que custa só 350 mil euros o projeto e o projeto de execução é estimado em 12 milhões de euros. Naturalmente, este valor não pode sair do Orçamento Municipal, temos de trabalhar junto das entidades governamentais.

Já tivemos reuniões com o Senhor Ministro das Infraestruturas, onde a resposta é tão simples como: “Recorram ao BEI”, até parece que não temos de pagar depois ao BEI. Temos de perceber que aquela estrada tem de ser alterada, a sua categoria tem de ser considerada uma estrada regional, sob pena de perdermos tudo e quando digo tudo, também falamos na questão do hospital e da sua centralidade. O hospital dá respostas a pessoas provenientes desses concelhos que acabámos aqui de referir e as pessoas sentem-se muito fragilizadas quando têm de fazer aqueles 11 quilómetros. Como é que alguém que vem doente numa ambulância tem de fazer um percurso daqueles, isso preocupa-nos a todos, a mim preocupa-me muito e este é um dos assuntos mais importantes e mais prementes que temos para resolver, no entanto, estamos aqui perante algo que nos responsabiliza a todos. Eu não gosto de estar aqui a falar daquilo que não foi feito, quero falar daquilo que queremos fazer, porque é inadmissível não termos feito nada até aqui, ou muito pouco, para que esta estrada fosse alterada.

É uma estrada estruturante, muito mais do que reparar os buracos, que são necessários reparar, muito mais do que isso, é preciso ter uma visão estratégica para o nosso concelho e a ligação aos tantos concelhos de que acabei de falar, portanto, é uma preocupação, Senhor Deputado *André Geraldo*. Está nas nossas cogitações, em todo o Executivo e todos no concelho podem ter a certeza absoluta de que este assunto será acompanhado e de que iremos colaborar com todos, na medida do possível, para que isto seja uma realidade.

Handwritten signature and initials.

Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado *Bernardino Pereira*, dizer-lhe que sim, temos um controlo de viaturas, temos uma plataforma que nos permite gerir as viaturas e nomeadamente, essa que terá identificado. Vou verificar, junto de quem faz a gestão da frota, quais foram essas deslocações e qual o intuito das mesmas, porque o facto de virem ao Romeu, ou a outro lado qualquer, terá, no meu entendimento, uma relação com o trabalho, quero acreditar que assim seja, iremos verificar essa questão.

Relativamente à questão de ter sido ilibado das acusações e regozijo-me com isso, por não terem sido concretizadas, não tendo passado de meras acusações e dizer-lhe que abordámos este assunto várias vezes. Quando disse que não teve uma palavra de conforto, não me parece que tenha sido assim, se calhar há aqui um pequeno lapso de memória. Falámos nisso algumas vezes, eu, o Senhor *Bernardino* e também o Executivo, também falámos disso em algumas ocasiões, portanto, não é verdade que o Senhor não tenha tido essa solidariedade em relação a esse assunto. É isto que me parece e em abono da verdade, tenho de repor isso.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, no que diz respeito aos recursos humanos, Senhor Presidente, aquilo que eu disse, reitero-o com todas as letras, no entanto, no futuro, terei de mais cuidado na abordagem que vou fazer, porque às vezes desvirtuamos, o problema será meu, ou não conseguimos transmitir a mensagem que queremos, provavelmente, terá sido isso que aconteceu. Aquilo que eu disse é claramente que nós temos e mais à frente temos aqui um ponto relativo aos recursos humanos, onde seremos mais específicos e apresentaremos alguns valores e números, podemos perceber exatamente do que estamos aqui a falar, portanto, aquilo que é a nossa intenção é, efetivamente, fazer um recrutamento interno e interno, entenda-se como dentro da função pública, mas é nossa convicção, em função do histórico, porque o histórico conta, que o resultado será preenchido, na sua maioria, por pessoas que já fazem parte da estrutura, que não sabemos quem são, nem sabemos quem se irá candidatar, portanto, essa provocação que nos fez, lamento, mas não precisa de a fazer, a mim não me afeta, porque eu não aceito essa provocação, mas ela é dirigida a toda a função pública, mas a nossa convicção é que, em função das pessoas que já estão integradas e de algumas já se encontrarem num nível remuneratório tal que, se viessem a concorrer, o resultado ao nível do salário será um ajuste muito ligeiro, ou até nenhum e isto é factual. Isto é rigorosamente verdade, portanto, não estamos aqui a dizer nada que não tenha fundamento. Pode ter sido mal entendido, se calhar fui eu que me expliquei mal, tudo bem e lamento se induzi alguém em erro, mas esta é a verdadeira questão, mas mais importante do que aquilo que eu digo, é aquilo que está escrito, os documentos estão escritos e esses, sim, fazem fê e é essa é a nossa forma de os conduzirmos.

Relativamente à questão da barragem do Cachão, pedi esclarecimentos sobre a mesma, inclusivamente, ainda recentemente, alguém ligado à Agência Portuguesa do Ambiente também nos colocou essa questão. Estamos a trabalhar para dar uma resposta cabal, uma resposta segura, para podermos perceber exatamente do que estamos a falar, sem estarmos aqui apenas a dizer coisas baseadas em perceções. Nada melhor do que sermos objetivos, pragmáticos e respondermos com objetividade e isso tem de ser feito porque, muitas das vezes, algumas das questões aqui levantadas resultam do facto de estarmos muito voluntários na tentativa de ajudar e de perceber os assuntos e por vezes não somos bem entendidos, então o melhor é dizermos taxativamente o que é, com base neste e naquele documento e é isso que estamos a fazer e estas coisas demoram algum tempo.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Rui Sá*, as Festas de Nossa Senhora do Amparo e da Cidade, dizer-lhe que as Festas de Nossa Senhora do Amparo e da Cidade vão ser nos moldes do ano do passado, não temos alternativa para o fazer. Estamos no processo, como sabem e foi aqui aprovado em Assembleia Municipal o valor de cerca de 890 mil euros, para podermos adquirir um terreno que está adjacente, onde pudéssemos desmobilizar a festa e colocar a festa toda na Zona Verde, no lado direito, junto à Zona Verde propriamente dita, os concertos ficariam do lado esquerdo, quem está no sentido sul-norte. No lado esquerdo podemos ter ali as diversões, mas esse processo, infelizmente, ainda está atrasado, temos tido várias negociações com os proprietários, está a ser mais moroso. Os proprietários fazem o papel deles e procuram receber mais do que aquilo que foi a avaliação que nós fizemos, estamos a pedir uma segunda avaliação, tendo em conta que a avaliação tinha alguns aspetos que podemos rever e outros que podem fazer chegar a um valor que terá de vir novamente à Assembleia.

Quanto ao regulamento das festas, não há qualquer problema em o disponibilizar. Podem pedir também o regulamento das festas, que nós fazemos chegar, o regulamento não é um documento secreto nem nada que se pareça, aliás, penso que já em tempos o Senhor Deputado *Carlos Carvalho* o terá pedido e foi-lhe enviado, mas podemos enviar de novo sem qualquer problema. Isto é tudo transparente, é tudo claro.

No que diz respeito às preocupações com o Parque de Campismo, estamos a trabalhar para a sua melhoria. Já referi isso ao longo do tempo. É nossa intenção que o Parque de Campismo transite da zona onde se encontra para a parte superior, um terreno que pertencia à Direção Regional e que entretanto passou para a Direção-Geral do Tesouro. Já fizemos o pedido de renovação do protocolo de comodato e estamos à espera que nos seja atribuído de novo para podermos avançar com a deslocalização do Parque de Campismo daquela margem para a margem superior, incluindo também a piscina.

Felizmente, não temos tido grandes problemas com cheias nos últimos dois ou três anos. Isso deve-se também à gestão das barragens, quer da nossa barragem da Ponte Açude, quer a montante e a alguma articulação que tem permitido que a água se mantenha dentro dos caudais, não obstante daquilo que tem chovido, mas a verdade é que é uma fragilidade e a razão pela qual se degrada é precisamente essa, quando há cheias, quer a piscina, quer o Parque de Campismo precisam quase de ser reformulados de novo, portanto, para não haver uma ação que venha a ser prejudicial, precisamos de deslocalizar para uma parte superior, retirando da zona de leito cheia e naquela parte onde está atualmente, fazer ali uma praia fluvial à semelhança do que temos na Zona Verde e aí sim, dar resposta e apoio a quem quiser ir à piscina, ou utilizar a praia fluvial. Esse é o nosso projeto e aquilo que estamos a preparar.

No que diz respeito à intervenção da Senhora Deputada *Marisa Aranda*, temos um relatório muito sólido, que penso que neste momento já terá sido enviado a todos os conselheiros, mas na altura, quando foi levantada a questão, já não estava lá a colega do Gabinete Técnico, mas só para lhe dizer rapidamente que em 2025 foram colocadas 65 armadilhas no concelho. As vespas fundadoras capturadas desde março do ano passado até ao final do ano foram 1.520 e foram inoculados 171 ninhos. Já em 2026 estão colocadas 66 armadilhas e já foram capturadas 204 vespas fundadoras desde o dia 2 de março. São situações que vão chegar também aos vossos e-mails, já deviam ter chegado.

Também dizer que o Conselho Municipal de Agricultura foi há uma semana, o tempo de resposta também ainda não é assim tão longo. Eu sei que nós estamos a responder dentro daquilo que nos é possível, mas é quase impossível responder online, a não ser que fosse no momento.

Relativamente à questão do Regadio de Contins, o Regadio de Contins, falta um pormenor que são os passadores que estão neste momento em aquisição, portanto está em concurso público, mas nós não conseguimos, o Município e a Junta de Freguesia, fazer esta gestão sem a associação de regantes, a associação de regantes está com alguns problemas em assumir o seu papel e vamos ter, durante os próximos dias, de reunir com a Junta de Freguesia, com a associação de regantes e com o Município para perceber qual é o modelo de gestão, porque é impossível e nós daremos o apoio técnico que for necessário, mas tem de haver essa gestão e para esse efeito é que foi criada a comissão de regantes. Ela está em condições de poder funcionar garantidamente durante o mês de maio, desde que haja esse compromisso da gestão por parte da comissão de regantes, porque nós não nos podemos substituir às pessoas. As comunidades também têm de fazer o seu papel. Já tivemos o ano passado uma primeira reunião onde houve alguma indisponibilidade para fazer essa gestão, mas se as pessoas não estão disponíveis não podem estar à espera que lhes façam tudo, as pessoas também têm de participar.

No que diz respeito à questão da pecuária, efetivamente fiquei preocupada, como já disse aqui. Preocupa-me imenso o valor que estava em causa, nós temos de ser autocríticos, como é que ainda tem de ir à Reunião de Câmara assuntos de 2023, 2024, não pode, acreditam que eu fico preocupado, temos de ter aqui um regulamento que nos permita atuar atempadamente.

Esta forma não só ajuda como ainda prejudica, as pessoas acabam por não acreditar no sistema, porque aprova-se um valor, ele está a ser calculado orçamentalmente e não chega, ainda que pouco seja, à bolsa dos agricultores e ainda por cima tem de dar uma série de voltas. Eu acho que, no Conselho de Agricultura esse assunto terá ficado ultrapassado e deu também o seu contributo, e bem, agradeço-lhe por isso, mas nós estamos a trabalhar nesse sentido.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, nós estamos aqui a falar de uma auditoria e as auditorias, tenho transmitido isto sempre em todo o lado onde estou e também em reuniões internas, as auditorias para nós são fundamentais, as auditorias devem ser vistas como um instrumento de melhoria.

Relativamente a estas questões, vou verificar, porque não sei responder a todas as questões que colocou de momento, mas faremos chegar as respostas, porque quando há uma auditoria damos sempre resposta com evidências das irregularidades detetadas e com propostas de melhoria.

Relativamente à questão do MIC - Matadouro Industrial do Cachão, o MIC sofre problemas há muito tempo, há mais de 20 anos que está com um problema financeiro gravíssimo, têm-se ultrapassado algumas questões funcionais, nomeadamente a transição da atividade do MIC para a Agro Industrial do Nordeste, é por essa razão que continua a funcionar, quem está a fazer a gestão do equipamento é a AIN, que tem os seus trabalhadores a operar e que não tem, neste momento, razões para preocupações imediatas, mas temos de estar preocupados.

Existe efetivamente um pedido de insolvência por parte de um dos credores, aliás, ontem o Senhor Administrador fez questão de rebater uma notícia que tinha sido divulgada pela Lusa, vinda do Sindicato e que não era verdadeira. Os trabalhadores estão a trabalhar, está a laborar com regularidade e nós estamos a negociar com o gestor de insolvência e a trabalhar num plano de recuperação. Esse plano de recuperação é muito importante e será levado à assembleia de credores, onde os credores se irão pronunciar.

Teremos de ser exigentes e ambiciosos, porque é ingerível e os municípios não podem estar a injetar o valor que foi comprometido, ou melhor, com o qual os anteriores gestores se comprometeram há muito tempo com a Banca, que depois passou para um Fundo e esse Fundo resolveu agora avançar com o processo de insolvência, é com esse mesmo Fundo que temos vindo, nos últimos anos, a tentar negociar e a tentar chegar a um acordo, os Fundos compraram essa dívida por “tusta e meia” e agora procuram rentabilizar esse Fundo e uma das formas de pressão é pedir a insolvência para tentar recuperar algum valor.

Nós estamos a gerir isso e a trabalhar num plano de recuperação, que acreditamos que poderá chegar a bom porto, mas há uma questão que é absolutamente inevitável, temos de perceber que o equipamento do MIC está completamente obsoleto, foi dimensionado para um determinado número de abates, importa dizer que tudo faremos para que se mantenha em funcionamento, até porque tem uma função social e económica muito importante e é também o único Matadouro com capacidade para abate sanitário na região. Temos de envolver o Ministério da Agricultura e o Ministério da Economia, para que se perceba que estamos a trabalhar numa resposta de saúde pública, porque se existir uma necessidade de abate sanitário, ninguém o consegue fazer e isso criaria um problema sério, nós temos essa capacidade e não podemos ser prejudicados por isso.

Agora, é bem verdade que o MIC está completamente obsoleto, os equipamentos têm de ser todos remodelados e adaptados à realidade atual dos abates, que têm vindo a diminuir, não é só aqui na nossa região, é em todo o país. Atrevo-me a dizer que não há nenhum Município, nem nenhum Matadouro na região que consiga obter rentabilidade e o nosso ainda menos, devido aos problemas estruturais antigos e à sua antiguidade. Só o podemos revitalizar se resolvermos o problema financeiro, não conseguimos candidatar-nos a Fundos com um problema financeiro por resolver, porque a primeira coisa que temos de apresentar são as Certidões de não Dívida.

Temos de resolver primeiro esse assunto para depois avançarmos para a fase seguinte, a revitalização, a modernização e a atualização daquele equipamento, para dar resposta à nossa pecuária, à nossa agricultura e à nossa região, a centralidade volta aqui a ganhar importância, estamos atentos, para já o MIC está a funcionar, não há razões para entrar num processo depressivo, os trabalhadores estão a trabalhar, mas temos de estar preocupados, disso não há dúvida, porque estamos dependentes de uma negociação, que pode ter vários cenários ao longo das negociações, a Administração tem instrumentos para gerir o processo, mas é importante perceber que o MIC já esteve parado algum tempo no ano passado, também por questões impostas pela DGAV – Direção Geral da Alimentação e Veterinária, o que revela as próprias fragilidades do equipamento.

Nós percebemos que, em termos de rácios de exploração, são elevadíssimos, temos uma caldeira que tem uma capacidade enorme e para fazermos meia dúzia de abates, temos de aquecer a água toda e isso em termos de gastos, é incomportável. O MIC tem de ser dimensionado e não é sustentável mantermos o equipamento como está, agora sim, queremos o equipamento a funcionar, mas temos de o revitalizar, renovar, mas passa por esta questão de renegociarmos este processo da dívida. O que está aqui em causa é o MIC e o facto de a atividade estar a ser processada ao nível da AIN, por isso é que ainda está funcional e continuará a estar.

ORDEM DO DIA

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Informação Escrita do Senhor Presidente, apresenta-se como um extenso relatório operacional de 71 páginas, preocupado mais uma vez em elencar atividades rotineiras de serviços municipais entre fevereiro e março de 2026. No entanto, apesar deste esforço, revelam-se limitações graves enquanto instrumento de fiscalização para a Assembleia Municipal.

Em primeiro lugar, o documento enumera centenas de ações, desde ocorrências de proteção civil, capturas de animais errantes, vistorias sanitárias e planos de eventos, mas é puramente descritivo. E, relativamente a esta questão, eu peço imensa desculpa por discordar do Senhor Presidente, mas a informação que há pouco me deu relativamente às armadilhas no que toca à vespa velutina não coincide com a informação que consta deste documento e a informação que prestou na Assembleia Municipal. Isto só me leva, mais uma vez, a dizer, eu sei que me repito muito, mas isto para mim é extremamente importante, que não podemos ter num documento determinada informação e depois, da parte do Senhor Presidente, vir outra. E estamos a falar de uma diferença significativa, relativamente àquilo que disse.

Para além disso, o documento é também vago quanto à situação financeira, menciona candidaturas aprovadas. Exemplo disso é um valor destinado à pecuária. E aqui, mais uma vez, eu não consigo deixar de refletir sobre aquilo que disse há bocado. Nós temos aqui um valor de 6.599 € relativamente à pecuária. Há bocado, o Senhor Presidente falou que está disponível o município para gastar 800.000 € num terreno para uma Festa da Nossa Senhora do Amparo. Eu acho isso muito bem, mas também achava muito bem que não existissem, de facto, valores em atraso à pecuária, como existem. E também não acho nada bem que estejamos a falar de valores tão reduzidos neste documento quando temos situações em que achamos muito bem gastar 800.000 € num terreno para preparar uma festa. Para além disso, não detalha dívidas a fornecedores, processos judiciais e fases processuais claras. Fala de investimentos com uma alienação de lotes empresariais, mas sem uma análise de risco aos resultados esperados.

Este documento volta a ter um índice demasiado extenso. É um texto sobrecarregado com pormenores administrativos e não mais do que isso. Aliás, tal como uma informação a qual eu agradeço que me foi prestada acerca da Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola, mas onde, mais uma vez, não elenca qualquer funcionalidade prática e resultado prático perante instituições e outras entidades. Relata apenas reuniões e mais reuniões e listas de ocorrências dessas reuniões.

Portanto, falta síntese executiva ou quadros comparativos, o que contraria o dever de fornecer documentação indispensável para a análise crítica e objetiva. Senhor Presidente, esta informação escrita é um vasto catálogo de tarefas diárias, disso não tenho dúvida. Vou continuar a insistir e a sugerir um documento mais sintético, analítico, transparente, com indicadores de desempenho e compromissos futuros. O Senhor Presidente tem que nos facultar ferramentas para podermos, de facto, fiscalizar e depois poder decidir. E assim é extremamente difícil.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Acho que é um assunto, de facto, para ser registado. Eu confesso que me custou ler tudo, se bem que a importância do documento era enorme. Sintetizar um pouco é um pedido que a Mesa faz, se possível e dentro do possível, na Informação do Senhor Presidente da Câmara, para que seja lido, de facto, com mais atenção e por maior número de Deputados Municipais.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MOVE) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre este ponto da Informação Escrita do Senhor Presidente, cumpre-me dizer o seguinte: No ponto dois, alínea C do artigo 2.º do capítulo I do Regimento diz que a Informação Escrita do Presidente da Câmara deve chegar com cinco dias de antecedência ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Chegou Senhor Presidente? Não sei. A nós só chegou no dia 14, por *e-mail*, durante a tarde, o que não é normal. Por outro lado, isso impede-nos de a poder ler e analisar convenientemente. Por isso, solicitava ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que providenciasse para que isso não voltasse a acontecer.

Em relação a este ponto, na capa encontra-se a designação “informação n.º 2/2026”. Contudo, no canto inferior esquerdo, tem, em todas as páginas, “n.º 1/2026”. Lapso, certamente, por isso penso que deveria ser informação n.º 2/2026. Se perde a capa, o documento todo fala em “n.º 1/2026”. É uma nota que eu acho que devia ser corrigida.

E, em relação ao texto, eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, se o Senhor Presidente da Assembleia me permitir, que há aqui vários aspetos que eu não entendo bem, mas, para não demorar, vou apenas perguntar um. Na sexta linha, tem um processo n.º 31/217BMDLTAF Mirandela, no montante de 1.416.440 €, e depois diz que foi o autor “Anguai Construções, Lda.” e, portanto, o réu eventualmente será o Município de Miranda. Gostava que me explicasse melhor em que é que consiste este processo, é sobre o quê?

----- A Senhora Deputada Municipal *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Handwritten signature and initials.

Feita a análise da informação relativa ao período de reporte e que, apesar da extensão do documento, que ao longo de mais de 70 páginas nos detalha o pulsar da nossa autarquia, a nossa leitura obriga-nos a ir mais além da mera descrição de eventos e questionar a substância da gestão política aqui apresentada.

Divido esta intervenção em quatro notas críticas fundamentais. A Cultura, são dedicadas várias páginas a listar o apoio logístico, sessões de cinema e reuniões de associações. É positivo que os serviços funcionem, mas não deixa de ser preocupante a passividade da agenda. Senhor Presidente, o serviço de gestão de recursos culturais não pode ser apenas um gestor de chaves e apoio logístico. Quase todas as entradas do relatório se referem a apoio humano para eventos de terceiros. Qual é a visão estratégica do município para a cultura em 2026? Como é que este apoio logístico se traduz em retorno económico real para o comércio e para o turismo local?

Relativamente ao parque de campismo, apraz-nos saudar a frontalidade do relator. É louvável ver o Executivo admitir falhas graves, como a falta de pressão nos chuveiros e o risco de formação de bactérias. Só que a sinceridade, infelizmente, não resolve o problema Senhor Presidente. Com a época balnear à porta, as altas temperaturas características da nossa terra e tendo em conta que foi necessário recorrer a uma empresa externa para pintura e tratamento da piscina, pergunta-se: o município garante que as condições de saúde pública estão a 100% no dia da abertura? À semelhança do verão passado, não assistiremos ao êxodo de mirandenses para os concelhos vizinhos? E por que é que a reparação da rede elétrica, afetada por um incêndio que certamente não ocorreu nos últimos meses, ainda consta como pendente em março de 2026?

Quanto ao ponto 10 do relatório, é sem dúvida o mais alarmante. Temos perante nós uma lista de 30 processos judiciais. Estamos a falar de litígios com as Águas do Norte, com empresas de construção e parcerias público-privadas que ascendem a milhões de euros. Só o processo da Anguai ultrapassa 1.400.000 €. Senhor Presidente, esta é uma fatura pesadíssima que hipoteca o futuro de Mirandela. Quais as previsões financeiras feitas para estas eventuais derrotas judiciais? E que balanço político faz desta conflitualidade jurídica constante, que parece marcar a relação do município com os seus parceiros?

Uma nota final para o canal de denúncias: é de louvar o cumprimento do regime geral de prevenção da corrupção. Verificamos que o tempo médio de resposta inicial é de um dia, o que revela eficiência técnica. Todavia, o relatório sublinha que o canal está a ser inundado com reclamações sobre ruído e estacionamento. Isto dá que pensar, ou os canais normais de comunicação com o cidadão não estão a funcionar ou não inspiram confiança. O que vai fazer o executivo para melhorar a eficácia da comunicação, evitando que um canal de alta sensibilidade, como o das denúncias, seja usado para reportar ruído ou viaturas mal estacionadas?

O saldo de tesouraria de 3.600.000 € dá uma ilusão de conforto. E digo ilusão porque, quando olhamos para os 7.300.000 € de dívida bancária e para o risco de as decisões judiciais não nos serem favoráveis, percebemos a situação em que nos encontramos. A gestão do município carece de mais do que apoio logístico e listagem de eventos. Exige coragem política, exige definição clara de prioridades.

----- O Senhor Deputado Municipal *VASCO CADAVEZ* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Relativamente à Informação Escrita apresentada, gostaria de fazer uma observação de natureza pedagógica, no sentido de contribuir para a melhoria deste instrumento de prestação de contas. Reporta-se, com satisfação, o reconhecimento de que o documento cumpre formalmente o que está previsto na Lei n.º 75/2013, na medida em que apresenta informação sobre a atividade do município e a sua situação financeira.

No entanto, esta conformidade formal não deve ser confundida com qualidade informativa. O documento apresentado é, sem dúvida, extenso e demonstra um volume significativo de atividade por parte do executivo e dos serviços, mas a sua estrutura assenta essencialmente na descrição do que foi feito, iniciativas, eventos, reuniões e intervenções, sem que seja possível perceber, de forma clara, o impacto destas ações. E é este, do nosso ponto de vista, o ponto central. Este tipo de informação deve evoluir de um registo descritivo para um verdadeiro instrumento de avaliação.

Permitam-me concretizar. Seria importante que este tipo de documento passasse a incluir, de forma sistemática, primeiro, a identificação clara das prioridades estratégicas do executivo para o período em análise, permitindo distinguir o que é central do que é acessório.

Segundo, a definição de indicadores ou métricas associadas a essas prioridades, por exemplo, número de beneficiários, grau de execução de projetos ou outros indicadores relevantes por área.

Terceiro, uma avaliação dos resultados obtidos, permitindo responder a uma questão simples: o que mudou concretamente no concelho em resultado das políticas implementadas.

Quarto, uma referência às dificuldades, atrasos ou medidas não concretizadas, porque uma prestação de contas rigorosa deve também incluir aquilo que não correu como previsto. No plano financeiro, embora sejam apresentados valores globais, falta uma leitura interpretativa que permita compreender a execução, os desvios e a sustentabilidade das contas municipais.

Em síntese, temos informação, mas não temos avaliação. Sem avaliação, a capacidade crítica desta Assembleia Municipal fica inevitavelmente limitada. Este tipo de evolução não é apenas uma questão formal; é essencial para que esta Assembleia possa exercer plenamente a sua função de acompanhamento e fiscalização, com base em informação clara, estruturada e orientada para resultados. Neste sentido, deixamos esta sugestão construtiva, que as informações escritas possam evoluir para um modelo mais orientado para objetivos, indicadores e avaliação de impacto.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PDS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, queria fazer-lhe uma pergunta antes de iniciar. Não sei se tem a oportunidade de ler o documento quando ele é partilhado. Não sei se tem essa oportunidade, mas, não tendo, deve estar a pagar a alguém para o fazer, quase com toda a certeza. E esse alguém que deve ler o documento devia lê-lo, porque a primeira pergunta que lhe quero fazer é: o que é que se passou com a

Handwritten signature and initials

Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais? Ela extinguiu-se? Porque não aparece aqui no relatório desta vez. Ou então não produziu nada, o que também não acredito, porque sei que são pessoas trabalhadoras. Não há uma menção a esta divisão neste momento. Portanto, logo aqui há uma falha muito grande de quem tem de reunir a informação para a reportar aqui.

Portanto, o senhor tem lá assessores que são pagos a peso de ouro. A gente tem de trabalhar bem mais para ganhar o que eles ganham, pode ter a certeza disso, de sol a sol. Exija-lhes isto, porque isto é o mínimo que eles podem fazer: olhar para aquilo que é mandado para nós. E, a seguir, quero só começar com o Gabinete de Apoio à Presidência. O texto é exatamente igual aos relatórios anteriores. É que nem os erros ortográficos mudaram. Está a ver? O professor *Virgílio* falava no cabeçalho. O problema é que nem os erros ortográficos mudaram. Porquê? Porque é sempre o mesmo. Isto é uma cópia constante de determinado tipo de capítulo.

E depois vou continuar, porque depois eu vou partilhar isto consigo, que eu tenho aqui anotado. Eu faço questão de lhe mandar isso. Por exemplo, agora aparece aqui a moda dos “*debriefings*”. Por exemplo, percebo que a Proteção Civil, até ao final do primeiro trimestre, não teve uma reunião com as Juntas de Freguesia nem com as Uniões de Freguesia. Está em causa a gestão de combustíveis à beira das estradas. Não tem uma reunião. Está aqui. Eu estou-lhe a dar a evidência de que, no primeiro trimestre do ano, não há uma reunião com as Juntas de Freguesia, o que me parece uma coisa muito estranha, tendo em conta tudo aquilo que se passou ao longo do tempo.

Depois temos aqui, por exemplo, uma nota sobre as medidas de autoproteção, que são importantíssimas, e a Câmara está a violar a lei. É que são exatamente as mesmas necessidades, as mesmas obras, os mesmos equipamentos que estavam no relatório anterior. Portanto, não evoluiu nada. E aquilo que eu lhe pergunto é isto: o que se passa com as medidas de autoproteção? O tal levantamento das necessidades é o mesmo do relatório anterior. Então, o que é que foi feito durante este tempo? Os seus assessores têm de olhar para isto e pedir responsabilidade a alguém, digo eu.

Depois, Senhor Presidente, vamos continuar. Os trabalhos da equipa dos sapadores florestais. Põe aqui uma nota da chamada “linha do comboio”. Esta linha do comboio qual é? É a Linha do Tua desclassificada? É essa a linha do comboio que está em causa? É que eu não sei qual é a linha do comboio, porque nós não temos linha do comboio. Nós temos uma linha que foi desclassificada através de uma portaria, aqui há uns anos. Mas, se calhar, é um português que eu percebo que se diga: “Bom, é a linha do comboio.” Nós não temos comboio. Nós temos é uma linha que foi desclassificada. Temos de dar o nome correto às coisas, sob pena de estarmos a enganar as pessoas. É que nós não temos linha do comboio.

Depois vamos continuar, por exemplo, com as candidaturas do apoio excecional aos agricultores. No relatório anterior dizia que havia 138 submetidas, havia 38 fiscalizadas e havia 506 atendimentos. Neste relatório aparecem 143, fiscalizadas 134 e atendimentos ao balcão 551. Qual é a minha dúvida? É se o relatório de agora traz um acumulado de trás? E estes números, como aumentaram, traduzem-se num acumulado ou se são efetivamente referentes a este período que compõe o relatório. Convém esclarecer isto para que a informação seja precisa e correta. Porque, se dissermos que agora se fizeram 143 relatórios, parece-me que estão a trabalhar bem. Mas, se passarmos de 138 para 143, eu diria que estavam a trabalhar pouco, percebe? A informação tem de ser clara.

Depois, por exemplo, a continuação do grupo de trabalho do balcão de apoio aos afetados pelos incêndios de 17 de agosto de 2025. Quais são as conclusões, as decisões e as ações tomadas por este grupo de trabalho? É isto que nós gostávamos de saber. Depois, Senhor Presidente. A captura de animais errantes, diz aqui que em fevereiro apanharam sete canídeos, 36 canídeos em março, um felídeo, que perfaz um total de 22 canídeos. Não perfaz nada. 36 com 7 dá 43. Qual é o erro? É que se manteve o texto do relatório anterior. Novamente, a falta de rigor de quem faz isto. É simples. Isto é muito simples. Alguém tem de olhar para isto.

Depois, Senhor Presidente da Câmara, vamos às vistorias de salubridade. Eu não sei, e é esta a pergunta que lhe faço e peço que me esclareça, se a equipa veterinária também tem ação sobre o mercado municipal e sobre a feira, em termos de ações de fiscalização de salubridade? Eu penso que tem esta competência. Eu não vi nada no relatório sobre isto. Não sei se têm feito ou se não têm feito. Pedia-lhe esse esclarecimento numa próxima assembleia, para me poder dizer se efetivamente fazem isso ou não fazem.

Depois, por exemplo, o controlo de pragas. Verifiquei aqui que não se fala nada sobre o mercado municipal nem sobre a feira. Por exemplo, até as lojas que vendem alimentação animal, não sei se elas são objeto de vistorias extraordinárias ou não. Portanto, são questões que lhe coloco. Depois aparece aqui o tal apoio financeiro ao fomento da produção pecuária, que eu penso que foi aquilo de que se falou hoje de manhã, em que se fala à volta de 6.399 €. Aquilo que a mim me interessava era saber qual é a lista dos beneficiários e quantos são, não é? Porque vocês estão a dar um despacho para atribuir um apoio a alguém com base em alguma coisa. Eu não preciso de saber o número de contribuinte nem a morada das pessoas.

Quero saber é: quantas candidaturas são? São 10, 20, 30? Agora vem aqui um número de 6.600 €. É um número bonito, mas quantos são? Se for uma candidatura só, é bom. Mas, se calhar, se forem 100, já não é tão bom quanto isso. Acho que esta informação tem de ser precisa, sob pena de estarmos aqui a olhar para isto e não termos sequer a relevância da informação.

Depois, por exemplo, outra importante, Equipa Multidisciplinar de Gestão Integrada de Investimentos. É o mesmo texto do relatório anterior. Não mudou absolutamente nada, só as datas. O texto é exatamente o mesmo. E vamos continuar. Encerramento do Portugal 2020: é outro texto igual. O que é que eu questiono? “*No período em referência, a atuação no âmbito do Portugal 2020 revestiu caráter eminentemente residual*”. E eu pergunto: quais são? Isto é que é a gente saber a atividade que a Câmara vai fazendo.

Depois temos aqui outro que tem a ver com a revisão da atividade do BUPi, que é um instrumento muito importante. E aqui deixava-lhe esta nota: termina em 2026 a gratuitidade do BUPi. Estamos apenas com 40% da área coberta. O que é que a Câmara está disposta a fazer com as Juntas de Freguesia, por exemplo, com a Associação de Agricultores, com todos eles, para que até ao fim do ano se consiga cobrir a maior área possível? Porque temos ainda 60% da área por fazer.

Portanto, tem de haver aqui algum trabalho, com toda a certeza, ainda mais, para se atingir este objetivo e ver se conseguimos recuperar esse tempo. Porque algumas freguesias acreditam que se calhar estão com 90% ou até 100% da área já feita, mas ainda há um longo trabalho para percorrer. E, como não se vê muitas vezes no site da Câmara alguma informação neste sentido, até nos meios de comunicação social, é tentar reforçar esta mensagem para que ela chegue às pessoas. Até pode ir na fatura da água um folheto novamente a fazer a divulgação disto.

Handwritten signature and initials.

Depois, Senhor Presidente, há uma coisa que me surpreendeu. Há uma equipa que revê os requerimentos. O senhor, obviamente, não é requerente, com toda a certeza, senão já se tinha apercebido de uma situação. Há aqui um requerimento que foi revisto, e eu dei-me ao trabalho de o ir lá buscar porque precisei dele, mas continua a aparecer “*Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara*”. Então, que revisão fizeram ao documento? Está a ver? Há um documento que é revisto, mas no cabeçalho continua a aparecer “*Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara*”. Já não temos uma Presidente. Temos um Presidente. Portanto, na revisão deste documento, alguém tem de olhar para isto. Continuo a fazer a mesma pergunta.

Depois, vamos continuar, para poder também terminar aqui a minha intervenção. O senhor não me respondeu ao e-mail que eu lhe mandei durante este tempo sobre o PDM. A mim surpreendeu-me, eu não sei se houve alguém que também teve a oportunidade de ver isto, que há uma divisão da Câmara, a do Património Cultural, que teve de se pronunciar no âmbito da consulta pública do PDM. Eu não percebi como é que uma Divisão da Câmara participa numa consulta pública do PDM. Então não foi auscultada internamente para se pronunciar sobre a matéria? É uma coisa estranha de se ler num documento: uma divisão da Câmara vai a uma consulta pública como qualquer pessoa para se pronunciar. Então não lhe foi dada voz cá dentro? É estranho isto.

Depois, relativamente à questão da segurança e saúde, fiquei aqui com duas dúvidas, por uma razão: há aqui duas obras que o dono da obra é a CCDDR-N. E eu percebo que aparece neste relatório a execução da vossa técnica. Eu não sei se há algum protocolo que vos liga à CCDDR-N para ela poder executar este trabalho. Porque esta questão do voluntariado ou do apoio tem muito que se lhe diga, porque há matérias de responsabilidade que têm de estar vinculadas por um protocolo de colaboração. E este é um caso. É que aparecem aqui as duas obras no meio do mapa das obras, mas o dono destas obras é a CCDDR-N, não é a Câmara Municipal.

Eu termino por agora e depois falo nos outros assuntos no resto.

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Ao contrário de alguns Deputados que compõem esta Assembleia Municipal, que acham que é praticamente nula a informação extraída, é com otimismo que subo a esta tribuna para saudar a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Este documento reflete um município que se move, que cuida e projeta o futuro com rigor técnico e sensibilidade social, cumprindo escrupulosamente o seu dever de transparência. Por isso, o facto de ser extenso não me preocupa; o contrário é que me iria preocupar. Nunca é fácil agradar nem a gregos nem a troianos.

Claro que não irei abordar todos os pontos que, sem dúvida, refletem a vossa extensa e profícua atividade desenvolvida neste curto espaço de tempo. Por isso, gostaria de centrar a minha intervenção no pulsar das nossas gentes, dando especial ênfase às áreas da educação, ação social, desporto e cultura, os verdadeiros pilares do desenvolvimento de Mirandela. No que respeita a estes pontos, os números falam por si, mas as ações dizem muito mais. Na educação, garantiram o pleno funcionamento do ano letivo, com investimentos superiores a 390.000 € para a contratação de assistentes operacionais e cerca de 220.000 € para refeições escolares, assegurando que o foco dos nossos alunos seja apenas aprender. Destaco ainda o sucesso da PIPS, Academia de Educação Criativa, que tem levado cultura e literacia diretamente às nossas escolas e jardins de infância.

Na ação social, foram além do balcão. O Radar Social e o CLDS 5G, através das suas equipas, percorreram as Freguesias de Vale de Juncal e Múrias, sinalizando e acompanhando os nossos idosos mais vulneráveis. Realizaram mais de 130 atendimentos diretos e garantiram apoios económicos cruciais para rendas e energia, provando que ninguém fica para trás neste concelho.

E, na habitação, é também com orgulho que vemos concluída a reabilitação de 12 frações no Bairro Vale da Azenha, permitindo o realojamento digno de famílias no âmbito do programa Primeiro Direito. Passamos agora ao ponto da cultura e turismo. Vemos um setor vibrante, em constante valorização dos museus e do património. O nosso Museu de Oliveira e do Azeite recebeu mais de 11 mil visitantes neste curto espaço de tempo, afirmando-se como um farol da nossa identidade. No Museu Armindo Teixeira Lopes, promoveram a inclusão e o diálogo intercultural com iniciativas como o Sarau Cultural. Enquanto isso, a Estação das Artes registou também uma forte afluência, provando que o nosso património é um polo de atração constante. A educação pela arte, através de projetos como “*Agulhas em Movimento*” e “*A Viagem de Lá*”, são exemplos extraordinários de como a cultura pode promover o envelhecimento ativo e a saúde mental.

Na saúde de proximidade, temos a Unidade Móvel de Saúde, que não faz apenas exames: ela cria laços. Ao percorrer as nossas aldeias, os enfermeiros combatem o isolamento e capacitam os nossos cidadãos para uma vida mais saudável e segura.

Senhoras e Senhores deputados, importa ainda destacar, de forma muito particular, o impacto dos grandes eventos realizados e apoiados pelo município. Têm sido verdadeiros motores de dinamização económica e social. A Feira da Alheira assume-se, uma vez mais, como um certame de excelência, não apenas pela valorização de um produto endógeno de referência, mas também pela sua capacidade de atrair milhares de visitantes, promovendo o turismo gastronómico e afirmando Mirandela no panorama nacional.

Temos também o Festival de Patinagem Artística. Para além do seu valor desportivo e cultural, mostrou a capacidade organizativa do concelho, trazendo público, atletas e famílias, contribuindo significativamente para a economia local e para a projeção externa do território. O Campeonato Regional de Natação reforça igualmente esta dinâmica: promove hábitos de vida saudável, atrai participantes de outras regiões, com impacto direto no comércio e na restauração local. E assume especial relevância o Campeonato Nacional de Fundo de Canoagem, em 2026, que representa uma oportunidade estratégica única. Coloca Mirandela no mapa dos grandes eventos desportivos nacionais, valoriza os recursos naturais do concelho e potencia a sua imagem enquanto destino de excelência para o desporto e turismo náutico.

Estes eventos não são apenas iniciativas pontuais; são investimentos no território, na economia local e na afirmação de Mirandela como um concelho dinâmico, atrativo e competitivo. Senhor Presidente, caros colegas, esta informação mostra que temos um executivo atento aos detalhes e focado nos resultados. Temos uma situação económica robusta, um saldo de tesouraria superior a 3,6 milhões de euros, que nos permite continuar a investir no que realmente importa: a qualidade de vida dos mirandelenses.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou ser rápido porque realmente a sua informação do que temos ouvido dos outros partidos políticos peca por muitas coisas e não pecará por outras, mas eu não é por aí que vou centrar. Vou-me centrar concretamente naquilo que é a responsabilidade de resolvermos os problemas das pessoas e não aquela retórica da informação vem como não vem. E obviamente que esta não posso deixar passar e claro porque tem a ver com uma situação prometida e votada nesta Assembleia Municipal

Senhor Presidente, na sua informação na página 47 no ponto 6.3.1 - instalações desportivas municipais e eu vou passar a citar. “*O Município de Mirandela dispõe no seu espaço territorial um conjunto de instalações e espaços desportivos em diferentes tipologias que vivam dar resposta ao processo de desenvolvimento.*” E diz assim: “*As seguintes instalações desportivas sob gestão municipal são o pavilhão Inatel, o pavilhão da Escola Secundária de Mirandela, o pavilhão da Escola Luciano Cordeiro, o pavilhão da Escola Torre Dona Chama, o campo desportivo da Reginorde, o campo de ténis Urbimira e a Piscina Municipal de Mirandela.*”

E eu agora perguntava, já lhe fiz esta pergunta na última Assembleia Municipal, porque a sua informação é exatamente a mesma, parafraseando ali o deputado do PSD. Fiz esta questão de forma intencional e queria referir-me ao campo de ténis na zona verde, ao campo de futebol na zona verde, ao campo de futebol junto ao parque, ao espaço de manutenção ali nos Castanheiros e ao campo de futebol junto à escola de exames de condução. Estes espaços fazem parte da gestão de quem? Da Junta de Freguesia, não? O Senhor Presidente responde que não, e isso é que é importante. Ou seja, mencionam-se uns espaços que são da sua responsabilidade e outros que não são mencionados. A questão que coloco é: porque é que não são mencionados? Porque estão ao abandono e não queremos assumir a responsabilidade de os pôr ao nível dos outros, sendo que os outros têm de ser pagos para se poder frequentar esses espaços. Esta é a grande diferença e começa-se a criar aqui uma certa clivagem daquilo que é público, que não deixa de ser público, mas passa a ser pago.

Mas em relação ao campo da INATEL, coloco duas questões sérias. Na Assembleia Municipal de 27 de junho de 2024, foi aprovada uma proposta para a resolução do Parque da INATEL, relativa a uma dívida de cerca de 170.000 € da Câmara Municipal, referente a pagamentos em atraso a dois funcionários, situação que não teve continuidade no executivo anterior. O acordo estabelecido fixou-se em 180.000 €, implicando também a realização de obras de reestruturação do equipamento, no âmbito de um contrato de 50 anos.

Passaram 10 meses desde a assinatura do protocolo, que contou com parecer favorável desta Assembleia Municipal. Nesse período, já foram pagos cerca de 12.500 €, correspondentes a aproximadamente 1.850 € mensais, enquanto as obras não ficam concluídas nem é entregue o respetivo plano à administração da INATEL. Quando questionei esta situação, foi referido que a obra estaria concluída até ao final do primeiro trimestre deste ano. Assim sendo, com cerca de 12.500 € já pagos e um investimento adicional ainda por concretizar, para quando está prevista a abertura do campo da INATEL à população de Mirandela?

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (INDEPENDENTES) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou começar aqui pelas palavras do Senhor Deputado *Mário Vilarinho*. Aqui, nas páginas 35 e 36, fala-se dos atendimentos por marcação e dos atendimentos sem marcação. Agora, não sei se foi por omissão ou por esquecimento, mas não se fala nas diligências para as quais a ação social foi contactada e às quais não compareceu. Isso também devia vir mencionado, porque o agente de execução contactou várias vezes a ação social para acompanhar uma execução no Cachão, e a Câmara não aparecia; só aparecia a GNR. Tem conhecimento disso, Senhor Presidente?

Falou aqui o Senhor Deputado *Mário Vilarinho*, fez um trabalho fantástico sobre o radar social e a ação social. Sabe o que é que diz aqui o parecer? Isto não fui eu que fiz, foi o agente de execução. Sabe o que é que diz a Técnica da Câmara Municipal da Ação Social? Que quem tem de se preocupar em arranjar casa é a pessoa que vai ser executada. Então eu pergunto, para quê os técnicos da ação social?

E mais, Senhor Presidente, tem aqui rendas de casas pagas e alugueres de quartos no valor de 8.685,36 €, este valor é fixo? Não tem mais verba? Não há mais verba na ação social? É restrito apenas a este valor mensal? Não? Então por que é que a Técnica da ação social só conseguiu arranjar quarto de quinta para sexta e de sexta para sábado, e às 11 horas teve de sair da pensão? É que nem lhe deixaram passar o domingo, infelizmente. Nem lhe deram tempo para arranjar casa. Disse que não havia verba.

Está aqui escrito no e-mail, posso facultar o relatório da agente de execução. Tem aqui vários relatórios. Não fui eu que os fiz, foi a agente de execução. Ela não pediu segredo, disse que podia falar. Vêm aqui elogiar a ação social e afinal, nada.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou tentar ser o mais sucinto possível e responder à Senhora Deputada *Marisa Aranda*, que, relativamente às questões da diferença significativa no que diz respeito à vespa asiática, não há diferença significativa nenhuma. É rigorosamente igual. Só que estamos aqui com dois níveis de informação. A informação que eu tenho é ao dia, e a informação que foi enviada foi a informação disponível ao dia em que foi pedida, na altura. Portanto, nós estamos aqui com um intervalo de tempo que permite que assim seja. Mas o documento oficial, aquilo que devem fazer, é no fecho de 2025. E, para dizer que ainda não era conselheira do Conselho Municipal de Agricultura, já tinha sido feita uma apresentação ao Conselho sobre o ponto da situação da vespa asiática. Quanto a isso não há dúvida nenhuma.

Hoje, não sei se já receberam nos vossos e-mails todos, mas vão receber a informação que eu tinha. Eu recebi informação diretamente dela, sobre o ponto de situação de hoje, que era isso que importava. Porque a mim o que me importa é hoje. O que é que está a acontecer no dia de hoje, independentemente do documento. Quando nós estamos com este intervalo de tempo, eu não vou estar aqui a dar, no dia 17 de abril, informação do dia 30 de março.

No final do ano, o relatório há de bater certo com as ações que foram feitas. O que é importante fazer, no meu entendimento, e ressaltar e relevar, é o trabalho que está a ser feito, a preocupação que temos tido. Isso sim. Agora, estarmos a dizer se foram sete,

se foram oito, se foram nove, parece-me pouco esclarecedor. O que importa é que nós temos aqui trabalho feito, e significativo. E nessa matéria, como noutras também, temos sido muito específicos.

Eu pensei que me ia perguntar outra coisa, que era se isso também era ao nível do ambiente urbano ou do ambiente rural, que foi uma questão que foi colocada no Conselho e que ficou por responder. Pensei que era essa a pergunta a que ia fazer. Mas, efetivamente, nós estamos a fazer trabalho nessa matéria, e isso estará refletido no relatório de atividades.

Relativamente ao documento ser mais sintético, eu concordo. Mas parece-me que, quando nós estamos aqui a analisar uma documentação que vem para uma Assembleia, há um documento que se chama relatório de atividades, que vocês também receberam. E tenho a certeza absoluta de que podem encontrar aqui na Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais a informação. Já não sei quem é que falou da Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais a informação, mas tem cá a informação. A Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais não desapareceu.

Agora, se nós estamos aqui a pegar, e desculpem-me, a perfeição é aquilo que nós todos queremos, e temos de trabalhar para a excelência. Podem acontecer algumas situações que não estejam bem cuidadas. Procuraremos melhorar. Agora, estarmos aqui a comprometer uma informação que é muito cuidada, uma informação muito extensa, uma informação que retrata efetivamente aquilo que é a nossa obrigação, pegando nestes pormenores, que não há trabalho, isso eu não posso aceitar de maneira nenhuma. Até porque o relatório está aqui e há muito trabalho feito relativamente a isso. Portanto, essa é uma questão que eu queria deixar muito clara.

E algumas atividades, naturalmente, são rotineiras. Há atividade de rotina? Claro que sim. Não há rotina? Tem de haver rotina. Agora há exceção e há rotina. Quanto a isso, nós estamos de acordo, penso que todos. Agora, noutro documento mais à frente, que também podem ver, e eu vou falando já nele, vou adiantando, porque temos de ver este conjunto de documentos como uma atividade municipal que também tem algumas fragilidades. Está no relatório de auditoria. O município tem algumas fragilidades, não obstante termos evoluído muitíssimo, e vamos ter oportunidade de falar nisso, nomeadamente na nossa contabilidade de gestão.

Quando nós tivermos uma contabilidade de gestão mais adequada, nós conseguimos, no momento, quantificar tudo. E devemos chegar a esse momento ótimo. Mas o caminho faz-se caminhando. Portanto, nós temos essa consciência. Agora, estarem a limitar o trabalho do executivo a questões de pormenor que foram focadas aqui ao longo de um conjunto de intervenções parece-me muito redutor.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, dizer que o regulamento está escrupulosamente cumprido no que diz respeito à antecedência do envio da documentação. Porém, devo-lhe dizer que ainda esta semana, na segunda-feira, estivemos reunidos com o representante da Associação Nacional das Assembleias Municipais Portuguesas, onde uma das propostas que está em cima da mesa é efetivamente a melhoria das condições de trabalho dos elementos da Assembleia, e até da sua remuneração, porque têm muito trabalho, e também do tempo de envio da documentação e dos órgãos de apoio. E nós estamos de acordo com isso.

E este executivo, já no executivo anterior, criou para a Assembleia Municipal uma sala que está ali disponível, sala essa que não existia noutros tempos. Nós estamos disponíveis para colaborar com a Assembleia Municipal, para que haja mais conhecimento, mais rigor, mais transparência. Disso não tenham a menor dúvida, porque há provas dadas e objetivas. As salas existem, estão ali para algum efeito, para serem utilizadas. E estamos em consonância com a Associação Nacional das Assembleias Municipais para trabalharmos outros assuntos que possam munir os Senhores Deputados Municipais de mais tempo. Se calhar o tempo é pouco em função do conjunto de documentos que é enviado. Mas agora dizer que a lei não está a ser cumprida, não. Aí não digam isso, porque a lei está rigorosamente a ser cumprida.

Relativamente ao processo que coloca aqui na linha seis, que é um processo da Anguai, eu não vou falar sobre processos. Apenas posso dizer-vos o que é esse processo. Nós sabemos do que se trata, mas eu não quero estar aqui para amanhã alguém pegar numa palavra mal entendida que eu possa ter dito. Nós vamos enviar, com rigor, aquilo que se passa com esse processo.

Apenas posso dizer que esta quantidade de processos que nós estamos aqui a chamar, 99% dos processos são anteriores a 2017. É bom que tenhamos todos essa consciência. E temos a necessidade, e é nossa convicção que podemos fazê-lo, de acabar ou mitigar muito esta litigância que temos. Para mim é muito preocupante o município ter a quantidade de litigância que tem. Mas descubram-me lá um processo recente, e nós falaremos sobre ele. São processos anteriores a 2017. Isto é factual. E este é um deles também.

Passando agora à Senhora Deputada *Luísa Deimões*, muito obrigado por um conjunto de circunstâncias que aqui colocou. A gestão de recursos culturais não se limita minimamente a abrir portas, fechar portas e atribuir documentação ou não. Tem em curso um conjunto de candidaturas, nomeadamente deste espaço onde nos encontramos, para ele ser transformado e integrado na Rede Nacional de Museus.

Portanto, se verificaram, o hall de entrada já foi remodelado e há muitos equipamentos a ser remodelados. Isto faz parte da gestão cultural. E temos quase dois milhões de euros de investimento candidatados para podermos dar resposta e colocar este equipamento cultural no espaço que merece, que é numa rede nacional de museus. Portanto, isso é importante. E trata-se de gestão de recursos culturais. É muito importante isso.

Quanto aqui à questão do canal de denúncias, efetivamente nós demos um passo administrativo, porque entendemos, depois de analisar quem devia gerir este canal de denúncias, que, agora, até em função de uma auditoria que tivemos e de um relatório da qualidade, seria melhor noutro organismo. E passámos este canal de denúncias para outro serviço do município, para podermos ter uma resposta mais eficiente, mais capaz, mais legal, se quisermos até do ponto de vista da resposta aos prazos. Ele passou a estar integrado no cumprimento do normativo, precisamente para poder dar resposta. E espero que brevemente tenhamos melhorias notórias e que sejam verificadas por todos vocês. Mas eu sei que vão ser sempre críticas, porque nós estamos focados na crítica e não estamos focados naquilo que é o trabalho. Daria a sensação, para quem ouvisse algumas pessoas, sinceramente, de que este executivo não faz nada.

Eu sei qual é o papel da Oposição, mas eu gostaria que me apresentassem soluções. E eu seria o primeiro a bater palmas. Até me levantaria e batia palmas de pé. Dizia assim: "O problema é este, eu proponho esta solução", embora haja algumas exceções. Mas era importante que houvesse também um papel construtivo. Porque eu já disse isto mais do que uma vez, e digo em nome de todo o

Handwritten signature and initials

executivo: se as ideias são boas, se a solução é boa, nós agarrá-la-emos. Não tenho a menor dúvida. Portanto, o canal de reclamações, está na qualidade efetivamente, e o canal de denúncias está no cumprimento do normativo

Seja qual for a proveniência. Não me interessa se vem da direita, da esquerda, do centro ou de onde quer que venha. Se é bom para os mirandelenses, se é bom para Mirandela, então deve ser aplicado. E nós temos dado provas disso. Portanto, são questões que, às vezes, me deixam um bocadinho sentido, porque também tenho o direito de ficar sentido. E até conhecendo algumas pessoas no seu dia a dia, estranho depois alguns comportamentos. Aqui parece que se transformam. Mas fica para mim essa forma de estar. Relevo isso e continuarei a ser a pessoa que sou: ouvir com atenção, acolher aquilo que de bom tem e esquecer aquilo de mal que foi dito. Esse é o meu princípio.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Vasco Cadavez*, onde disse que efetivamente aquilo que eu acabei de dizer que preenche os requisitos naturalmente. Portanto, agora é de facto importante que nós percebamos todos. Eu, se me mandarem esta quantidade de documentação para analisarmos em 48 horas, eu vou ali, já venho. Mas, se calhar, ao princípio da especialização, dentro de tudo o que é da Bancada, um estuda um documento, outro estuda outro e às vezes vêm todos a falar do mesmo, mas isso já não me diz respeito.

Relativamente à questão do Senhor Deputado *António Martins*, sempre aqui com uma voz muito participativa, ativa e algumas vezes de forma proativa para encontrar soluções, outras nem tanto. Mas para lhe dizer o seguinte, ainda esta semana, numa reunião Associação Municipal Terra Quente, nós pedimos um trabalho em conjunto para ser realizado com todos os associados da associação, para que possamos definitivamente avançar e alavancar de forma integrada todas estas fragilidades que ainda temos.

No que diz respeito aos prejudicados dos incêndios, também tivemos no Conselho Municipal de Agricultura a participação da CCDDR-N, que nos deu um valor final, já que o documento já estava feito. Ainda não pudemos colocar aqui, há de vir a acontecer um documento final com o valor, quantas candidaturas foram feitas e quantas foram aprovadas. Portanto, havemos de fazer chegar. Não foi possível porque o documento já estava preparado quando foi esta reunião de sexta-feira, mas já está fechado esse assunto.

Dizer que a Senhora Veterinária tem uma atitude muito proativa, mas só pode atuar quando é chamada. A Veterinária não anda propriamente numa atitude de fiscalização contínua. Quando é chamada, quer seja na praça do mercado, quer seja nas atividades comerciais que carecem da sua intervenção, ela está presente e faz essa presença com toda a naturalidade, que é a sua obrigação.

Relativamente ao BUPi, nós entendemos o BUPi como uma ferramenta de grande importância. Sabemos que não foi concluído todo o trabalho, mas estamos a trabalhar. Temos uma equipa do BUPi formada que continua a trabalhar. Tivemos de reformular por completo, e a candidatura não foi mais financiada, mas estamos a fazê-la juntamente com a afetação de recursos.

O BUPi vai mudar inclusivamente de instalações, para estar num sítio mais adequado, onde possa haver uma maior resposta, passando para as instalações da Proteção Civil, no rés-do-chão, onde demos apoio aos prejudicados dos incêndios de 2025. Vamos ter lá técnicos a tempo inteiro e também um técnico na Torre Dona Chama, para dar resposta a essa necessidade que todos reconhecem como mais-valia do BUPi.

Na questão da CCDDR-N, penso que estaria a referir-se à colaboração com o equipamento de inovação agrícola, no Valongo, onde a nossa técnica de higiene e segurança no trabalho está também a trabalhar, os planos de segurança, tendo dado ali algum apoio. Houve um pedido formal por parte da CCDDR-N, em que acedemos para que ela pudesse fazer esse acompanhamento. Agora, naturalmente, temos aqui uma parceria porque também somos parte ativa nesse polo de inovação agrícola. O Município de Mirandela também tem uma palavra a dizer. Se temos ou não de clarificar esta questão, também será clarificada, mas parece uma questão de pormenor, porque o bem maior é muito mais do que estarmos aqui num aspeto protocolar ou minucioso que não avance.

Eles tiveram necessidade de recorrer aos nossos técnicos, pediram-nos apoio e nós disponibilizámos. Mas parece-me que, no âmbito do polo, e vou confirmar, estamos a falar de questões meramente administrativas. Se temos de fazer um protocolo de colaboração, ou se o protocolo que temos já cumpre esse desígnio ou não, são questões importantes de trazer, porque, se for necessário fazer, faz-se. Parabéns por isso. Não estou de forma nenhuma a criticar. Já disse aqui que algumas questões são colocadas de forma construtiva, outras nem tanto. Posso até estar errado, mas tenho esta forma de avaliar as questões, porque foco-me mais no desenvolvimento, na importância e no resultado, do que em dirimir questões menores, embora estas às vezes se tornem maiores quando trazidas para discussão.

Respondendo também ao Senhor Deputado *Mário Vilarinho*, é uma forma positiva de ver o trabalho, focando-nos nos resultados. Sabemos que não somos perfeitos, a perfeição não existe. A perfeição procura-se e a excelência procura-se atingir, fazendo sempre parte do nosso trabalho. Há muita coisa feita e há muito por fazer. O normal é focarmo-nos naquilo que não está feito, mas também temos de nos focar no que está por fazer. Compete-nos relevar o que está bem feito e a Oposição faz muitas vezes o seu trabalho. Em relação a isso, nem valorizo particularmente. O que importa é que há trabalho feito e isso satisfaz-nos. Mas temos de nos preocupar com o que está por fazer.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*, pela segunda ou terceira vez, no que diz respeito às instalações desportivas que não estão referidas nos documentos, são equipamentos que não estão vedados, de fácil acesso, não circunscritos por redes ou muros. São da gestão municipal, não entram nesse item específico, mas são equipamentos municipais, não há dúvida.

No que diz respeito à INATEL, já foi dito muitas vezes que não deixamos nenhum centimo por aproveitar dos fundos comunitários. Tivemos a oportunidade de candidatar as obras que nos comprometemos a fazer e que estão protocoladas com a INATEL. Chamámos a INATEL de novo e pedimos mais algum tempo, porque para candidatar a esses fundos era necessário, precisávamos de melhorar o aspeto climático, quer no aquecimento das águas, quer na eficiência energética.

Fizemos um projeto novo, que está a ser submetido e candidatado, para podermos aplicar o melhor possível esse valor. O valor que inicialmente prevíamos sair do orçamento municipal vai ser proveniente de fundos comunitários. Parece-nos que vale a pena este compasso de espera para receber esse valor, e é só por essa razão.

Relativamente aqui à questão colocada pelo Senhor Deputado *José Carlos Teixeira*, quanto à ação social, eu sinceramente não sei se foram convocadas ou não foram convocadas. Vamos ter de perceber se as pessoas foram convocadas ou não, se há verba ou não. Há assuntos aos quais não consigo responder de imediato, mas iremos verificar com a nossa ação social o que é que se passou em concreto.

4.2 - Prestação de Contas 2025.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 09/04/2026, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor e três votos contra, tendo o Senhor Presidente exercido voto de qualidade por ser ter verificado empate na votação, conforme proposto:

- 1 - Aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2025 da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em cumprimento do indicado preceito e ainda do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu recebo este assunto e, até porque me toca e que, se calhar, toca à maioria, não dominaremos tão bem as contas como seria necessário para conseguirmos traduzir os números naquilo que é uma perceção inicial. E então pedi ao executivo para nos fazer uma exposição breve, cerca de 10 minutos, e clarificar estas contas, para podermos, de facto, ter um conceito mais concreto das mesmas.

Assim sendo, não vão haver perguntas. Há uma exposição sintetizada, e as perguntas serão formuladas depois na intervenção de cada um, está bem? Portanto, sendo assim, agradeça que, o Senhor Vereador do Pelouro, com autorização do Senhor Presidente, procedesse à exposição.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa, de que forma é enquadrada na Ordem de Trabalhos esta intervenção? Isto é um atestado de incompetência a quem lê os documentos que nos são enviados?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Isto já não é a primeira vez. Eu faço um pedido, não é uma iniciativa do executivo. Eu fiz esse pedido com antecipação para clarificar as contas e termos um melhor entendimento.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Presidente comunicou-nos isto na Comissão Permanente de Líderes?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Há muitas coisas que eu sou soberano, está no Regimento. Eu pedi uma explicação das contas e o executivo vai dá-las. As contas não são assim tão fáceis, o senhor domina as contas a ponto de ter percebido perfeitamente as contas? Os assuntos que eu solicitei e que pedi para serem clarificados são aqueles mais complexos e que nos vão elucidar sobre isso.

Vocês não querem explicações, não querem clarificações? Por mim, tudo bem. Se calhar eu até ainda entenderei as contas. Com certeza que muita gente que está aí na plateia, que é normal, são de outras áreas, não entenderá. Não querem, muito bem, não vamos ter apresentação, mas não é porque o senhor está a reclamar isso. Não é porque o senhor levantou essa questão, aliás, eu vou perguntar ao plenário e o plenário é que vai decidir.

Querem que haja esta explicação por parte do executivo? Quem quiser, que levante o braço. Meus senhores, vai haver uma explicação, Senhor Vice-Presidente, faça favor.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Permitam-me só fazer aqui um enquadramento, depois passo a palavra ao Senhor Vice-Presidente, que tem a competência deste Pelouro, mas importa fazer aqui um pequeno resumo.

O documento de Prestação de Contas relativo ao exercício de 2025 apresenta a execução do orçamento e das Grandes Opções do Plano, permitindo avaliar o grau de concretização dos objetivos definidos e a situação económico-financeira do Município de Mirandela. A elaboração das demonstrações financeiras foi realizada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), assegurando o cumprimento das normas legais aplicáveis ao setor público.

No plano orçamental destaca-se um elevado nível de execução, constituindo um dos melhores resultados dos últimos anos. A taxa de execução da receita atingiu 96,28%, enquanto a despesa registou uma execução de 86,67%, evidenciando uma gestão eficiente dos recursos disponíveis. Verificou-se igualmente o princípio do equilíbrio orçamental, com a receita a superar a despesa, garantindo uma margem positiva e confirmando a sustentabilidade da gestão financeira municipal.

Relativamente à receita, observou-se um aumento face ao ano anterior, com destaque para as transferências correntes e os impostos indiretos, que representam as principais fontes de financiamento. A generalidade das rubricas apresentou taxas de execução elevadas, demonstrando consistência na arrecadação das receitas.

No que diz respeito à despesa, o montante pago totalizou 33,2 milhões de euros, verificando-se uma tendência de aumento da despesa de capital associada ao investimento municipal e uma redução da despesa corrente. A despesa corrente apresentou maior peso nas rubricas de pessoal e aquisição de bens e serviços.

Do ponto de vista patrimonial, o município evidencia uma evolução positiva. Em 2025, o ativo total ascendeu a 83,95 milhões de euros, o passivo a 14,5 milhões de euros e o património líquido a 69,46 milhões de euros, registando este último crescimento de 4,65% face ao ano anterior. Este aumento reflete, em grande medida, o investimento realizado, incluindo projetos cofinanciados por fundos europeus.

Em termos de resultados económicos, o exercício de 2025 apresenta um resultado líquido negativo de 681.000 euros, influenciado pelo impacto das depreciações e amortizações. Importa salientar que, antes destas componentes, o resultado operacional foi positivo, o que evidencia capacidade de geração de valor. No domínio do endividamento, o município apresenta uma situação bastante favorável, com uma dívida global de 9,43 milhões de euros e uma dívida relevante de 5,78 milhões de euros, situando-se significativamente abaixo dos limites legais.

Regista-se ainda uma redução expressiva da dívida desde 2017, que era de 18.682.809,15 euros, bem como uma maior margem de endividamento mais confortável que permite acomodar futuros investimentos. Adicionalmente, verifica-se uma melhoria substancial no prazo médio de pagamento, que se fixou em 14 dias em 2025, refletindo uma gestão eficiente de tesouraria e o cumprimento atempado das obrigações perante fornecedores.

Em síntese, a análise da Prestação de Contas de 2025 evidencia uma situação financeira sólida, caracterizada por elevados níveis de execução orçamental, controlo da despesa, crescimento do património, redução do endividamento e melhoria dos indicadores de liquidez, traduzindo uma gestão municipal equilibrada, sustentável e orientada para o investimento e desenvolvimento do território. Posto esta introdução e este resumo, passo a palavra ao Senhor Vice-Presidente, que tem este Pelouro, para fazer a sua intervenção.

----- O Senhor da Câmara Municipal Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* autorizado a intervir disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Nós preparamos com particular cuidado este momento, porque é um dos momentos em que nós temos obrigação de ter respeito com o Órgão Câmara, que o temos sempre; respeito com o Órgão Assembleia Municipal e o máximo de respeito com os mirandenses. Porquê? Porque esta Assembleia Municipal aprova, no final de cada ano, um orçamento, um projeto orçamental, e o executivo tem obrigação de vir apresentar as contas de forma clara e transparente. É isso que nós queremos. E, por isso, esta breve apresentação traduz-se naquilo que é o nosso respeito pelos Senhores Deputados, como dissemos, e o respeito pelos mirandenses.

De uma forma rápida, dizer-vos que esta Prestação de Contas referente ao ano de 2025 teve assento no Orçamento Municipal e nas Grandes Opções do Plano, e que este investimento teve um reflexo no plano plurianual de investimentos, com uma execução financeira de cerca de 78%. Relembrar que o Orçamento Municipal para 2025 foi assente em cinco eixos e importa dar conta, de forma rápida, da execução de cada eixo, daquilo que conseguimos fazer e daquilo que temos, obviamente, de melhorar. Um orçamento é um documento provisional, nem sempre conseguimos executar aquilo que tínhamos intenção quando foi desenhado. Por isso, importa transmitir-vos esse aspeto.

No eixo do crescimento económico, o eixo número um, conseguimos uma execução de 84%, com um investimento na ordem dos 2,4 milhões de euros. No eixo dois, comunidade de equilíbrio social, tivemos uma execução um pouco mais baixa, 64,46%. Apesar de tudo, quase três milhões de euros de investimento nas famílias e no reforço social do município, o que foi bastante significativo. Temos de garantir a melhoria da execução neste eixo.

No eixo três, coesão territorial, revitalização urbana e rural, tivemos uma execução de 57,41%, em que a habitação teve 45% deste investimento. A água e o saneamento tiveram uma execução na ordem dos 80%. Neste eixo, a execução foi moderada, na ordem dos 1,4 milhões de euros. Isto significa que este plano e aquilo que estava no orçamento de 2025 transitou para 2026, tendo em conta a execução física e financeira.

No eixo quatro, preservação dos recursos naturais, tivemos uma execução de 82%. Neste caso, as Grandes Opções do Plano destacavam o ambiente, a água e o saneamento como importantes, e conseguimos este nível de execução.

O eixo cinco, desenvolvimento cultural, teve uma execução muito próxima do planeado, 97%. Tanto ao nível da cultura como do desporto, lazer, auditório e outros investimentos, houve uma execução significativa. Por isso, o município executou cerca de 78% do plano plurianual de investimento, o que nos dá indicadores para manter o foco, sobretudo no eixo dois e no eixo três, para que a taxa de execução em 2026 possa ser maior.

Ao nível do plano de ação municipal, que corresponde essencialmente às atividades de não investimento nas GOP, tivemos uma execução na ordem dos 80%. Neste plano de atividades municipal, a execução centrou-se na aquisição de bens e serviços, pessoal, transferências correntes e outras despesas.

Aqui chegados, o PAM tinha, no orçamento inicial, cerca de 30 milhões de euros previstos; conseguimos executar 24 milhões, o que representa uma execução de 81%. O PPI tinha previsto oito milhões de euros e conseguimos executar seis milhões, uma taxa de execução de 68%. No global, tivemos uma média de execução próxima dos 87%.

Tendo em conta que a execução orçamental é aquilo que é executado e pago, importa também rever o histórico deste resumo da execução orçamental. Desde 2012 até 2025, esta Assembleia Municipal tem colaborado com os vários executivos naquilo que é a nossa obrigação de termos execuções acima dos 85%.

Queremos deixar aqui este reconhecimento à Assembleia Municipal. As execuções têm de ser acima dos 85%. O orçamento é um documento provisional; inicialmente tem uma dotação e depois é executada conforme conseguimos. Por norma, trazemos aqui à Assembleia Municipal uma revisão em baixa para demonstrar ao Tribunal de Contas que a execução ficou nesses níveis dos 85%.

E a Assembleia Municipal tem acolhido essa proposta, e bem, porque o município de Mirandela não tem tido qualquer penalização e tem conseguido atingir esse objetivo.

Mas vejam só que em 2017 a execução era de 59%, mas em 2016 era 79%, significativa, e fomos fazendo o caminho todos em conjunto, porque este processo é um processo do executivo, da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, e conseguimos nos últimos anos ter taxas de execução significativas, que nos deixam fora da linha de água daquilo que são as penalizações do Tribunal de Contas. Por isso, indicadores muito positivos para Mirandela.

E, para não vos maçar, gostava de partilhar convosco este documento da análise patrimonial. Significa que, no final de 2025, a Câmara Municipal passou a valer 69 milhões de euros. Significa que a Câmara tem um ativo de 83,9 milhões de euros. Este ativo é constituído pelas viaturas da Câmara, pelos imóveis, pelo património que tem, e esse ativo de 83 milhões também é depreciado e tem um conjunto de impactos que se descontam ao ativo, que sabemos que é o passivo.

Então, descontando aos 83 milhões os 14 milhões do passivo, ficamos com um valor de quase 70 milhões de euros. Nota-se que o património líquido, aquilo que a Câmara Municipal vale, tem vindo a evoluir de forma significativa: em 2023 valia 56 milhões, em 2024 66 milhões e em 2025 quase 70 milhões. Também temos conseguido equilibrar o passivo. Por isso, deixo-vos aqui a nota de que, em 2017, o património líquido, aquilo que a Câmara Municipal valia, era 28 milhões de euros. Obviamente, isto é um indicador registado, a Câmara Municipal em 2017 não valia apenas 28 milhões de euros porque não tinha todo o património registado. Daí o peso das depreciações ter vindo a aumentar de forma significativa nas contas da Câmara Municipal. E entendem bem o que estou a dizer.

Ao nível da demonstração de resultados por natureza, importa sermos claros, o Município de Mirandela encerrou o ano de 2025 com um resultado líquido de menos 681 mil euros. Significa que, se a Câmara Municipal não tivesse património e tivesse apenas atividade financeira, teria um resultado positivo de cerca de 3,6 milhões de euros. Mas como o nosso património é significativo e sofre depreciações, ao resultado positivo tiram-se essas desvalorizações, resultando num valor negativo em 2025 de - 600 mil euros. Em 2026 teremos de trabalhar para corrigir isto e, pelo menos, chegar ao equilíbrio.

Outro aspeto importante é o endividamento municipal. A Câmara Municipal tem vindo a consolidar e estabilizar a dívida. Este valor da dívida de 9,5 milhões de euros é aceitável para um município com a execução orçamental na ordem dos 36 milhões de euros. Para efeitos de endividamento, só contam cerca de 5,7 milhões, mas na realidade a dívida global em 31/12/2025 era de 9,4 milhões de euros. Isto significa que a Câmara Municipal, se quiser recorrer à banca, ainda tem capacidade de endividamento na ordem dos 6 milhões de euros.

Em 2017 a Câmara Municipal devia 18,6 milhões de euros, neste momento deve 9,4 milhões de euros. Há uma redução clara da dívida e uma margem de endividamento mais confortável. Importa ainda referir que a Câmara Municipal também tem capacidade de pagamento e recorrer ao Banco Europeu de Investimento para habitação social ou reabilitação de vias, que não contam para a dívida, mas que têm de ser geridos e pagos.

Por fim, um indicador muito importante: o prazo médio de pagamento. Passámos de seis meses para 14 dias. Estes 14 dias correspondem ao tempo entre a entrada da fatura na Câmara Municipal, a validação e o processamento. É muito difícil reduzir mais este prazo, porque existe todo um circuito administrativo. Isto significa que nunca poderíamos sustentar a nossa execução com base em dívidas a fornecedores. Não devemos nada aos fornecedores, a não ser durante estes 14 dias. Por isso, os concursos públicos têm tido adesão porque os fornecedores sabem que pagamos em dia. Este é o nosso objetivo: contas certas.

Deixo também uma nota de reconhecimento ao papel da Assembleia Municipal e dos Vereadores da Oposição, que ao longo dos anos têm colaborado com o executivo, validando orçamentos e revisões, permitindo que Mirandela esteja hoje numa situação de sustentabilidade e equilíbrio financeiro.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Muito obrigado Senhor Vice-Presidente. Eu não fiquei totalmente esclarecido, mas pelo menos fico numa posição melhor face às dúvidas que se criaram na sociedade mirandense. E agora sim, o motivo porque é que eu pedi esta explicação. A AD - Vereadores da Câmara Municipal, meteu um comunicado, a dizer o seguinte: “O executivo aprovou um orçamento de 42 milhões de euros.”

----- O Senhor Deputado *RUI SÁ* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor está no papel de comentador?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Desculpe. Pode ir para o seu lugar?

----- O Senhor Deputado *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu posso, mas o Senhor também não pode tudo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Retiro-lhe a palavra, vá para o seu lugar.

----- O Senhor Deputado *CARLOS SOUSA* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Rui Sá*, tem todo o direito o Senhor Presidente como Deputado, como você, tem todo o direito.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não há respeito da parte. Vocês querem ser radicais e perder todas as questões porque não têm argumentos. Isto é um comunicado da AD que me suscitou dúvidas. Estamos perante contas certificadas e eu pedi um esclarecimento, ou a Bancada do PSD não se está a rever nisto?

“O executivo aprovou o orçamento de 42 milhões, executou 33 milhões, ficaram por gastar 9 milhões. Isto não é prudência, é falta de rigor. O orçamento serve para planear, não serve para fingir. Quando se falha 21%, não há estratégia, há erro político.” O que acabei aqui de ver não é nada disso. Há uma execução de 86,77%. Quem mente? Quem é que está errado? Esta é a questão que se coloca. Está aqui exposto. Agora fica ao vosso critério levantarem essas questões no vosso tempo devido e para o efeito.

----- O Senhor Deputado *SÉRGIO CASADO* (CDS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desculpem lá, o que o Senhor Presidente da Mesa acabou de dizer é um ato político lá fora. Ele tem que comentar tudo o que se passa aqui dentro. Aqui não se passou nada disso, por isso não tem que comentar. Não tem que ser um comentador de toda a política exterior à Assembleia Municipal. ~

Depois queixa-se que a Assembleia Municipal se prolonga. Temos de saber conduzir os trabalhos. Isto é normal. Há tantos anos que aqui ando e fico envergonhado.

----- O Senhor Deputado *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que se está a passar nesta Assembleia Municipal é uma vergonha. Eu devia questionar o Senhor Presidente, porque devia estar aqui se o executivo fez esta apresentação em Reunião de Câmara, porque era na Reunião de Câmara onde o devia ter feito. Não na Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal manda os documentos para consulta dos Deputados Municipais e os Deputados Municipais colocam as dúvidas que entenderem e, no final, o executivo fazia o papel que deveria e que entendia. Não pode vir para aqui fazer uma consideração política sobre um ponto da Ordem de Trabalhos. A figura não é regimental e a Câmara Municipal acaba por fazer aqui porque tem uma câmara lá em cima a passar para todo o auditório, e na Reunião de Câmara Municipal não o tinha.

E o Senhor Presidente não se devia dar a este trabalho, ao Senhor cabe-lhe dirigir os trabalhos, não lhe cabe fazer considerações sobre comentários lá de fora, muito menos sobre comentários de forças políticas que têm representação no Executivo da Câmara Municipal. Portanto, o Senhor há bocado disse para eu me colocar no meu lugar. O Senhor também tem de se colocar no seu.

A Prestação de Contas que hoje apreciamos merece da nossa parte um voto contra. E merece-o não por automatismo de Oposição, não por conveniência circunstancial, nem por qualquer desconsideração pelo trabalho diário dos trabalhadores do município. Merece porque estas contas, lidas com seriedade e com sentido de responsabilidade, revelam uma distância demasiado grande entre aquilo que o executivo prometeu e aquilo que efetivamente foi capaz de concretizar no ano de 2025.

É esse o ponto central deste debate, não o que aqui nos tentaram passar. Não estamos aqui apenas para olhar para quadros, rácios, mapas ou classificações económicas. Estamos aqui para fazer aquilo que compete à Assembleia Municipal: escrutinar politicamente o modo como o executivo planeia, executa e presta contas. E nesse plano a análise é clara: o Executivo do PS voltou a anunciar mais do que aquilo que conseguiu executar.

O ano de 2025 começou com um orçamento de 42,5 milhões de euros, terminou com um orçamento de 38,3 milhões e encerrou com uma execução de cerca de 33,2 milhões de euros. Este dado, por si só, é revelador. Revela que o orçamento inicialmente apresentado ao concelho não resistiu ao teste da realidade. Revela que houve necessidade de cortar, rever, baixar e ajustar, não por prudência estratégica, mas porque a execução ficou aquém do previsto. E isso tem um significado político claro que não pode ser escamoteado.

Se compararmos a execução com o orçamento inicial, ela fica em 78%, abaixo dos 81% registados em 2024. Se compararmos com o orçamento corrigido, atinge 86%, também abaixo da execução. Ou seja, o executivo não só apresentou um orçamento inflacionado face à sua capacidade real, como fechou o ano com resultados inferiores aos anteriores. Isto não é um detalhe técnico, é um problema de rigor político e de credibilidade orçamental, porque uma coisa é apresentar ambição, outra bem diferente é apresentar números que depois não se cumprem. Quando a diferença entre o que se inscreve e o que se executa é desta dimensão, o que fica demonstrado é que houve mais ambição orçamental do que capacidade de realização.

No investimento, a despesa corrente representa cerca de 72% da despesa total, é verdade que este peso desceu face a 2024, quando rondava os 82%, mas continua a ser um peso elevado, o que significa que o município continua excessivamente concentrado na gestão da máquina, no funcionamento corrente e na despesa de estrutura, no de investimento, nada.

A despesa de capital subiu para 25%, melhorando face a 2024, e o PPI passou de 11% para 18%. Seria desonesto não reconhecer essa evolução, mas reconhecer essa melhoria não nos obriga a fechar os olhos ao essencial. Mesmo assim, o investimento ficou claramente abaixo do que estava previsto.

No PPI estavam inscritos 12,7 milhões de euros, mas a execução ficou pelos 6,2 milhões. Isto significa que ficou por concretizar cerca de metade do investimento previsto. O problema não é apenas comparar com 2024. O problema é perceber que, mesmo com mais meios e mais transferências, o executivo ficou aquém daquilo que inscreveu como prioridade. E em 2025 não foi um ano qualquer, foi um ano com mais recursos do Estado, as transferências correntes aumentaram, as transferências de capital cresceram de forma muito significativa. Houve mais disponibilidade financeira para agir e não teve esta repercussão em coerência com o aumento das verbas recebidas. Era, por isso, um ano em que se exigia mais ambição útil, mais concretização e mais capacidade transformadora. Mas encontramos um executivo que, apesar de dispor de mais recursos, não conseguiu traduzir isso numa

aceleração proporcional do investimento, nem em respostas estruturais à altura das necessidades do concelho. E isso torna-se particularmente visível quando olhamos para o conteúdo político da execução.

Nas funções sociais continuam por se ver respostas novas e fortes em matérias essenciais. Não vemos o impulso necessário na habitação, nem a estratégia que se impunha na reabilitação urbana e na recuperação da zona antiga da cidade. Não vemos uma ação municipal suficiente ambiciosa para regular, dinamizar e qualificar áreas decisivas para a vida das famílias para a fixação da população no Concelho de Mirandela.

Nas funções económicas, a execução concentra-se sobretudo em intervenções de rede viária, reparações e beneficiações. Algumas serão úteis, naturalmente, mas a questão é outra. Este era o momento para mais do que conservação dispersa, era o momento para operações estruturantes, para investimento reprodutivo, para uma verdadeira afirmação de visão económica do Concelho de Mirandela. E não é isso que estas contas nos revelam. Ao nível dos eixos estratégicos inscritos nas Grandes Opções do Plano, o problema repete-se, há formulações amplas, enunciados ambiciosos, linguagem programática cuidada, mas demasiadas vezes falta correspondência prática no terreno.

No crescimento económico, no emprego e na competitividade, a execução não permite concluir que tenha havido uma mudança de escala. No turismo em várias frentes existem insuficiências. Na juventude continuam por concretizar instrumentos prometidos. Na coesão territorial mantém-se a perceção de desigualdade interna no concelho. No ambiente, a água e o saneamento continuam a expor fragilidades demasiado sérias para que lhes possamos virar as costas. E na cultura, a valorização patrimonial continua a carecer de mais diferenciação, mais identidade e mais estratégia enraizada no território.

Em suma, há atividade, mas não há transformação à altura do discurso. E convém dizê-lo com clareza: uma Câmara Municipal não é avaliada pelo número de ações, eventos, relatórios, fotografias ou páginas em documentos. É avaliada pela diferença concreta que faz na vida das pessoas. É avaliada pela capacidade de pegar em recursos públicos e transformá-los em respostas visíveis, em prioridades cumpridas e em melhoria efetiva do território. O relatório pode mostrar máquina, mas as contas mostram limites. O concelho continua a precisar de mais do que gestão corrente bem narrada.

Há ainda um outro sinal que não deve ser ignorado. O exercício de 2025 apresenta um resultado líquido negativo, cerca de 681.000 €, invertendo a trajetória de resultados positivos verificada em 2024. Ao mesmo tempo, o passivo aumenta, isto é, cresce a dívida. Se o passivo líquido aumenta, a dívida cresce. E não foi isto o que aqui foi dito.

É verdade que o município mantém equilíbrio formal e capacidade de autofinanciamento. Isto é uma verdade que não vale a pena esconder e é importante dizê-lo para que não haja caricaturas. Mas precisamente por não estarmos a falar de uma crise financeira aguda, sobra ainda mais espaço para colocar em questão o essencial: com os recursos disponíveis, com as transferências recebidas e com o enquadramento existente, por que razão ficou o concelho aquém daquilo que nos foi prometido nas Grandes Opções do Plano de 2025?

É essa pergunta que o executivo não consegue responder satisfatoriamente, porque o problema destas contas não é, em primeiro lugar, jurídico ou contabilístico. O problema é político. É um problema de prioridades, é um problema de capacidade de execução, é um problema de coerência entre promessas e realizações. E é também um problema de modelo de governação.

O que estas contas revelam é um executivo mais eficaz a manter a máquina do que a concretizar plenamente o plano que apresentou ao concelho. Revelam um executivo que fala em transformação, mas que entrega demasiado frequentemente gestão corrente. Revelam um executivo que anuncia visão estratégica, mas termina o ano a cortar investimento por falta de execução.

Revelam, em suma, um executivo que ficou aquém da sua própria ambição. E é por isso que o nosso voto é contra. É contra porque não aceitamos que se normalize a diferença entre o que se anuncia e o que se faz. É contra porque não basta haver atividade municipal, é preciso haver resultados compatíveis com os compromissos assumidos. É contra porque a Prestação de Contas não serve para absolver politicamente um executivo, serve para avaliar se cumpriu ou não cumpriu o essencial. E aquilo que estas contas mostram é que não cumpriu suficientemente.

Não negamos o trabalho dos serviços, não negamos que houve ação municipal, não negamos que existem áreas com dinâmica, mas rejeitamos a estratégia política que estas contas espelham e aqui nos trouxeram. Rejeitamos uma governação que anuncia muito e executa menos. Rejeitamos uma governação que investe abaixo do prometido. Rejeitamos uma governação que tenta substituir resultados por narrativa. Rejeitamos uma governação que, em ano politicamente sensível, parece preferir a gestão de aparências à concretização do que verdadeiramente faz, ou podia fazer, a diferença.

Mirandela merece mais. Merece mais execução, merece mais rigor na definição das prioridades, merece mais investimento concretizado, merece menos autoelogio e mais resultados, merece menos retórica estratégica e mais obra feita, merece menos administração de imagem e mais governação efetiva. E é por isso, com sentido de responsabilidade política e institucional, que votamos contra esta Prestação de Contas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Obrigado, Senhor Deputado, e quero felicitá-lo pela sua intervenção. Foi muito clara, salvo as opiniões variadas de cada um sobre a avaliação das contas apresentadas. Mas continuo e reafirmo que a obrigação da Mesa, quando aparecem, e aliás já tem partido da Bancada, notícias que saem na comunicação social e outro tipo de divulgações que nos baralham a nós, sociedade mirandense, é clarificá-las. Isto que o Senhor acabou de dizer está correto, salvo a devida avaliação. Perfeito. Isto sim é política.

Aquilo que eu li e que nos baralhou a todos não corresponde em nada àquilo que nós acabamos de ver e que o Senhor acabou de dizer. Portanto, a clarificação é útil, a clarificação vem-nos ajudar e ainda bem. Eu, pelo menos, entendi que há aqui uma divergência entre os Vereadores da AD no executivo e a Assembleia Municipal, e até fico satisfeito por ver que não se reveem muito naquela posição. Muito obrigado.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu trazia aqui uma intervenção escrita, mas não vou fazê-la. Vou-me limitar a dizer aqui duas coisas que possivelmente não vão agradar ao executivo, depois dir-me-ão no final se gostaram ou não da minha intervenção e se foi de acordo com aquilo que queriam e esperavam.

Eu, de contas, efetivamente percebo muito pouco. Eu até trazia aqui algumas considerações, mas como sou daquelas deputadas na Assembleia Municipal que não percebe muito de contas, para que ninguém depois também me venha dizer isso, vou gastar aqui os meus 10 minutos, mas não vou falar de contas.

No meu ponto de vista, aquilo que retiro destas contas do ano 2025 é que temos aqui um executivo que até sabe muito de contas, mas não executa nada. E, portanto, na prática, é isso que importa, não é? Para além disso, também retirei uma outra conclusão, há uma discrepância muito grande entre os projetos que são anunciados e a sua execução real.

Vou mudar aqui um bocadinho a forma como vou, a partir de agora, intervir na Assembleia Municipal. Vou-me limitar a fazer perguntas, vou deixar que o executivo responda, e vai ter assim a oportunidade de brilhar e de dizer que efetivamente é tudo uma maravilha. Andamos aqui, nalgumas situações, há alguns anos a repetir as mesmas coisas e a fazer as mesmas perguntas, porque sinto que já estou aqui há anos, não é? Estou aqui há uns meses, mas sinto que estou aqui há uns anos, porque estou sempre a fazer as mesmas perguntas e a ter as mesmas respostas, e estamos sempre no mesmo sítio e não vamos a lado nenhum.

Então vou ditar um requerimento para a Ata e, de ora em diante, vou de facto só fazer perguntas. O Senhor Presidente vai brilhar, vai dizer aquilo de fantástico que temos em Mirandela e que tem executado. E eu vou sair daqui feliz porque vejo uma Mirandela esplendorosa, muito melhor, e um ótimo lugar para viver.

Neste sentido, a minha pergunta e o meu requerimento vão pedir ao Senhor Presidente que, por escrito, me indique todos os projetos que foram anunciados no ano de 2025 e aqueles que efetivamente foram concretizados. Assim já não tenho contas, vou brilhar também, não é? E o Senhor Presidente vai ter oportunidade de me dizer efetivamente aquilo que foi concretizado, que foi feito.

Para além disso, gostaria também, não sei se me é permitido, solicitar que esta documentação que foi agora analisada e apresentada me possa ser reencaminhada. Gostaria de a ter, porque acho que também, da mesma forma como nós tivemos de a ouvir, seria interessante que essa informação tivesse sido enviada antes. Eu acho que aqui não temos de nos melindrar uns com os outros. Isto não é pessoal, isto é só política.

A sensação que tenho, isto tem acontecido também na Comissão Permanente de Líderes, já disse isso ao Senhor Presidente da Mesa. Não tenho nada contra o Senhor Presidente enquanto pessoa, enquanto Presidente. Às vezes tenho uma opinião um bocadinho diferente, já lhe disse isto pessoalmente na Comissão Permanente de Líderes. Mas também sinto que não posso dizer nada porque fica muito melindrado. E já percebi que aqui a Mesa e o executivo estão em sintonia, porque começo a achar que o Senhor Presidente também já está muito melindrado com tudo aquilo que se diz e se pergunta, e o Senhor presidente da Mesa também. Acho que devem ficar tranquilos. Nós aqui não estamos a fazer grande coisa. A Assembleia Municipal nunca fez grande coisa. Vem aqui, faz umas perguntas, mas depois basicamente não serve para nada, porque os senhores não levam a sério e até ficam muito magoados porque nós ainda vimos perguntar.

Vou terminar a minha intervenção e vou solicitar que até à próxima Assembleia Municipal eu possa ter esta resposta, tudo elencado, por favor.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Obrigado, Senhora Deputada. Eu registei o que disse e quanto ao alinhamento, se calhar ainda hoje vai verificar que não é bem assim.

----- O Senhor Deputado Municipal *TIAGO MORAIS* (IL) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

A apreciação dos documentos de Prestação de Contas e do Relatório de Atividade 2025 é um dos atos mais relevantes de fiscalização desta Assembleia Municipal. Cabe-nos analisar com rigor se a gestão dos recursos dos nossos municípios seguiu os princípios de eficiência e transparência que nós tanto defendemos.

O que os documentos de 2025 nos transmitem, contudo, é um cenário de alguma preocupante deterioração financeira e várias fragilidades institucionais que não podemos ignorar. É necessário notar, em primeiro lugar, a alteração na trajetória financeira do município. Após o exercício de 2024 com superavit de 1.195.000 €, as contas de 2025 encerraram com um défice líquido de 681.000 €. O próprio documento aponta que este valor é, e passo a citar o documento: *“consequência particularmente do aumento de gastos com fornecimento de serviços externos, o reforço em recursos humanos e o aumento de transferências de subsídios concedidos”*.

Para a Iniciativa Liberal, esta inversão de quase 2 milhões de euros, mais coisa menos coisa, num único ano, exige alguma reflexão sobre a sustentabilidade do atual modelo de despesa corrente. Nesta análise, deparamo-nos com uma dicotomia preocupante entre, por um lado, o reforço da máquina interna e, por outro, o recurso crescente à externalização. Ou seja, em 2025, o município admitiu 58 novos trabalhadores, elevando os gastos com pessoal para mais de 10 milhões de euros. No entanto, mesmo com este aumento, este reforço interno não travou a dependência dos serviços externos. Pelo contrário, os custos com trabalhos especializados subiram de 1.953.000 € em 2024 para 2.336.000 € em 2025. Estamos a falar de um aumento de quase 20% na contratação externa no ano em que a máquina administrativa também cresceu.

Esta sobreposição sugere, então, que a autarquia está a tornar-se mais pesada, mas ao mesmo tempo sem conseguir uma autonomia técnica que seria desejável. Exemplo disso é a confissão de que a divisão de obras de urbanismo, e passo também a citar o documento: *“não tem serviço de topografia e também não tem serviço de fiscalização de obras presencial”*, perdendo o que o relatório chama de *“olhar atento da Câmara”*. Ou seja, o município gere milhões de euros em empreitadas, mas admite aqui por

Handwritten signature and initials.

escrito neste relatório que não tem ninguém para fiscalizar os empreiteiros no terreno, sendo que a solução são os tais gastos que falei acima em trabalhos especializados externos.

Sobre a situação patrimonial, a certificação legal de contas emitida pelo auditor externo apresenta uma reserva que não podemos ignorar. O auditor refere explicitamente, e passo a citar novamente: *“tivemos conhecimento de que o Matadouro Industrial do Nordeste entrou em insolvência a pedido dos credores*. Sendo o município um dos principais acionistas da sociedade-mãe, esta insolvência representa um risco financeiro e social elevado, onde alegadamente se incluem 20 famílias, o que exigirá um acompanhamento rigoroso desta assembleia para garantir que o encargo final não recaia todo sobre os contribuintes mirandenses.

Relativamente à integridade institucional, detenhamo-nos no ponto oito do relatório de atividades referente ao responsável pelo cumprimento normativo. O município está obrigado, por lei, a implementar o chamado regime geral de prevenção da corrupção. Este regime é um pilar da transparência pública, mas o relatório confessa falhas operacionais críticas.

Sobre o plano de prevenção de riscos (PPR), o documento admite que, e passo a citar: *“a dificuldade na monitorização e execução do plano de prevenção de riscos foi uma constante ao longo de 2025”* e que o responsável alertou formalmente para o risco de incumprimento devido à falta de meios. Mais preocupante ainda é ler que a revisão do código de conduta se manteve pendente e, passo a citar novamente, *“por insuficiência de recursos humanos na área”*. Senhor Presidente, é difícil conciliar esta justificação de falta de meios com as 58 novas contratações feitas no mesmo ano, e achamos que a ética e a transparência devem ser uma prioridade orgânica e não apenas uma tarefa secundária.

Gostaria de tocar também no ponto da gestão das águas e do saneamento, uma área vital para o bem-estar dos mirandenses. Registamos positivamente o anúncio de um plano de eficiência hídrica para 2026 e esperamos que o mesmo avance com máxima urgência. Os dados de 2025 mostram que não há tempo a perder. Mirandela registou 482 roturas na rede pública num só ano. O próprio relatório classifica estas perdas como um, e passo a citar, *“desafio crítico para a sustentabilidade financeira”*. Enquanto aguardamos que o investimento chegue ao terreno, continuaremos dependentes de uma manutenção meramente reativa numa rede já bastante envelhecida. Por isso, cá estaremos para acompanhar este projeto.

Em conclusão, Senhor Presidente, o meu voto e o voto da Iniciativa Liberal será sempre norteado pelo respeito ao dinheiro de quem paga os impostos. Não podemos validar contas que apresentam um défice, uma reserva do auditor sobre a insolvência de uma empresa participada, uma divisão de obras sem fiscalização interna presencial e um sistema de integridade, na área do combate à corrupção, paralisado por suposta falta de meios, ao mesmo tempo que a máquina administrativa continua a crescer.

Por defendermos uma Mirandela com mais eficiência, mais transparência e menos peso sobre os cidadãos, o voto da Iniciativa Liberal será contra.

----- O Senhor Deputado Municipal *VASCO CADAVEZ* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Prestação de Contas de 2025, importa começar por conhecer que o documento cumpre os requisitos legais e está estruturado de acordo com a normativa aplicável do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. Portanto, para além da conformidade formal, aquilo que verdadeiramente se exige desta Assembleia é a capacidade de interpretar os resultados e avaliar a evolução da situação financeira do município.

Neste plano, há alguns aspetos que merecem clarificação. Desde logo, verifica-se que o exercício de 2025 apresenta um resultado negativo com impacto ao nível do endividamento municipal, o que representa uma alteração face a uma trajetória anterior mais equilibrada. Por outro lado, é também referido um nível de execução da despesa inferior ao registado em anos anteriores, levantando questões sobre a concretização dos investimentos previstos. Adicionalmente, importa referir que a deliberação em Reunião de Câmara não foi consensual, tendo sido aprovada com voto de qualidade, o que evidencia a existência de leituras distintas sobre estes resultados.

Neste contexto, gostaríamos de colocar algumas questões objetivas: Quais são os principais fatores que explicam o resultado negativo registado em 2025? Que evolução teve o endividamento municipal e quais são as perspetivas de sustentabilidade financeira a curto e médio prazo? Como se explica a redução do nível de execução da despesa e que impacto teve essa situação na concretização de projetos e investimentos? E, finalmente, que leitura faz o executivo destes resultados e que medidas concretas prevê adotar para assegurar uma trajetória financeira equilibrada?

A Prestação de Contas não é apenas o exercício do relatório estatístico, é sobretudo um momento de avaliação da gestão e definição de orientação futura. É nesta perspetiva que a Assembleia Municipal deve analisar este documento.

Aproveito também este ponto para abordar outra questão que coloquei aquando da aprovação do orçamento e, portanto, recebi uma resposta do município, ficando satisfeito com a resposta enviada relativamente ao teste de stress à tesouraria do município. Gostaria de reconhecer, de facto, a qualidade técnica do exercício realizado, bem como a prontidão na resposta ao pedido formulado nesta Assembleia Municipal.

Trata-se de uma análise relevante, que permite introduzir uma dimensão prospetiva na avaliação da situação financeira. No entanto, importa também enquadrar devidamente o alcance deste exercício. Desde logo, verifica-se que o teste assenta num conjunto limitado de variáveis, nomeadamente a redução das transferências de capital e o aumento dos custos com energia e combustíveis, fatores que não esgotam o conjunto de riscos que podem afetar a sustentabilidade financeira do município.

Por outro lado, os cenários considerados, reduções de 20% e 30%, não são acompanhados de uma justificação explícita, o que dificulta a sua interpretação enquanto cenários de risco. Adicionalmente, a conclusão de manutenção da capacidade financeira incorpora também a possibilidade de recurso a financiamento de curto prazo, o que importa ter presente na leitura dos resultados.

Neste contexto, parece ser importante colocar uma questão: está previsto o desenvolvimento de análises mais abrangentes que integrem outras componentes da execução orçamental e permitam uma avaliação mais completa da resiliência financeira do município? Porque este tipo de exercício é extremamente útil, mas tanto mais útil será quanto mais abrangente e estruturado for.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ SILVANO* (PSD) disse:

Handwritten signature and initials.

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Eu quero agradecer ao Senhor Presidente a intervenção inicial, porque eu hoje não era para falar, nem neste ponto nem nos outros, porque eu não tive tempo esta semana, fruto de uma circunstância que aconteceu com os serviços que eu estou a prestar em Lisboa, da CADA, em relação à divulgação ou não dos nomes de financiadores ou donativos, dessas questões todas, que nos obrigou a ir duas semanas a Lisboa para o relatório.

Portanto, não estou preparado com os números todos, nem consegui ir à reunião de preparação da Assembleia Municipal de quarta-feira, mas não podia deixar de vir aqui depois da intervenção inicial do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por duas questões muito simples que eu quero que fiquem claras, e não ficava bem comigo próprio se não viesse aqui. Eu não entendo, com sinceridade, que o papel do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal seja, neste caso específico, não cumprir o Regimento, que, segundo diz, é sagrado. E se é sagrado nestes pontos, quer de Prestação de Contas, quer depois na aprovação do Plano e Orçamento, o Regimento é muito claro: o ponto inicia-se pelas perguntas dos Grupos Parlamentares que estão na Assembleia Municipal e o Senhor Presidente, no fim, tem o tempo que quiser, porque nem lhe é limitado, para esclarecer todas estas situações.

E o que foi feito, então, seria com um órgão independente, isto é, com o Revisor Oficial de Contas. Então, se era para perceber uma visão de todo este processo, o Revisor Oficial de Contas podia prestar, isso sim, por iniciativa do Senhor Presidente, e só dele, essa explicação, porque o executivo não precisava de fazer uma intervenção política inicial e outra no fim, porque ele sempre fez muito bem esse papel nas contas, principalmente quer durante a campanha eleitoral, quer durante o ano inteiro, sobre a dívida da Câmara Municipal e sobre os pagamentos da Câmara Municipal.

Sempre fizeram um trabalho excelente em termos políticos, não tenho qualquer dúvida sobre isso. Se corresponde ou não à realidade na sua completude, não sei. Essa é uma questão que pode ser analisada de forma diferente, mas tem habilidade suficiente para convencer os mirandenses, conforme se viu no resultado eleitoral. E, portanto, eles próprios sabiam explicar isto no fim. Agora, usá-los duas vezes, se isso não é ser parte, não sei o que é. Com sinceridade, se não é ser parte de uma discussão, também não sei o que é, em termos de o executivo poder falar duas vezes. E já que o executivo falou, há duas ou três questões que quero que fiquem claras. Eu não era para falar disto, porque vi essa questão exaustivamente feita durante a campanha eleitoral, mas já que foi aqui falado, e bem pelo Senhor Vereador respetivo, a questão da dívida da Câmara Municipal, se são ou não são os nove milhões de euros. E porque é que são nove milhões de euros? É um requerimento verbal que pode vir a uma Assembleia Municipal posterior e discutiremos isso posteriormente.

O Senhor Presidente disse há bocado que parte desta dívida que está em trânsito nos tribunais é anterior a 2017. E eu sei que muita parte dela, embora eu já tivesse saído há 15 anos ou quase, é anterior a 2017. O que interessa saber neste requerimento, e o Grupo Parlamentar do PSD pede que depois também nos chegue essa resposta, é qual dessa dívida que estava apurada em 2017, e que consta de auditoria mandada executar pela Câmara Municipal, acima de qualquer suspeita, que eu achava que era 16,7 milhões na altura, que aqui foi dito 18 milhões, não sei, mas o número está lá aplicado, é qual dessa dívida nessa altura pertence hoje ou está hoje em contencioso no tribunal?

Isto é, aquela dívida toda que vem elencada no vosso plano de contas e nos vossos relatórios de atividade. Queria saber as datas em que passaram para o tribunal, processos depois de 2017, para saber se hoje essa dívida existente dos nove milhões foi amortizada na sua totalidade ou se alguma ainda está nesses processos em tribunal e que amanhã ou depois podem ter resposta positiva, e quanto aumentam essa dívida na sua globalidade se houver processos dessa natureza.

Eu hoje não sei, como digo, já saí em 2011. Portanto, também não ia fazer aqui essa intervenção, mas já que foi dada essa explicação inicial e já que é para apurarmos estas questões todas, não é a questão de dever muito ou pouco, porque isso a mim importa-me pouco. Se eu tiver uma dívida grande e tiver muita coisa feita, a questão é que tenho de me preocupar e não posso fazer mais, se é verdade, o que está feito está feito.

E também é para saber, porque às vezes nós usamos todos os argumentos políticos. Nós não andamos nisto todos só porque andamos. Também temos alguma experiência, quer do vosso lado quer do nosso. É também saber quanto dessa dívida que está ali espalhada. E eu sei que há fornecedores que são os mesmos, portanto já estavam naquela dívida de 16,3 daquela altura. É um documento para saber qual é que passou para tribunal. Porquê? Por uma questão simples: quando a dívida transita para tribunal não é incluída e sai da dívida da Câmara Municipal no dia a dia e na atualidade. Quando os processos se perdem em tribunal, ela volta ao exercício da Câmara Municipal de Mirandela. Portanto, isto é para sabermos também. A dívida é real, é verdade. Quanto é que representa daqueles 16,7 que está em trânsito no tribunal? Isso também me interessa saber e também para fazermos uma análise política dessa situação.

E depois dizer outra coisa também com clareza: as situações são todas comparáveis. Esta Câmara, quando sair tudo o que lá está, se não sair do tribunal, há de passar para outra que há de vir, que há de continuar com essa dívida permanentemente. Isto é o fruto das circunstâncias. Não vale a pena.

Estávamos há bocado a falar do Matadouro do Cachão, eu assumi muita responsabilidade, mas, se repararem, aquilo passou para as Câmaras Municipais, foi com o primeiro Presidente da Câmara antes de mim e de Vila Flor naquela altura. E, ao passar para as Câmaras, passou com as dívidas das duas entidades. Portanto, é por isso que isto é claro, é objetivo, passa tudo. Eu quero que isto fique claro. Não é dramatizar as coisas, não precisamos dramatizar nada. Isto é como é. Agora, sendo como é, também nos interessa que as coisas sejam realistas ao ponto de, já que temos de saber os dados todos e ficarmos com a noção exata daquilo de que estamos a falar, falarmos com os dados todos na mão.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Muito obrigado, Senhor Deputado. E, se me permite, vou-lhe ler o artigo 6.º do Regimento, alínea i): “*Compete à Mesa requerer à Câmara Municipal e aos seus membros a documentação e/ou informação que considere necessárias ao exercício das competências da Assembleia Municipal*”. Foi o que eu fiz.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MOVE) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não viemos para aqui para sermos objeto de comentários, nem muito menos para uma avaliação como está a ser feito, pelo menos, a mim, estão sempre a avaliar e a comentar. E são ou serão os eleitores, caso eu me candidate novamente, a avaliar. Eu acho que este princípio devia ser respeitado por quem tem muito hábito de comentar.

E o que é facto, perante o que aqui se passou e está a passar-se nesta Assembleia Municipal, eu começo a sentir que não tenho condições para exercer democraticamente o nosso direito de Oposição. Mesmo assim, ainda hesitei se havia de intervir ou não. Resolvi efetivamente intervir, porque a falar é que a gente se entende. E, dado que já foi falado aqui muito sobre a Prestação de Contas, vou acrescentar só alguns dados.

Para nós, o investimento ficou abaixo do que se previa. A execução também foi menor do que o planeado. Por isso, o desenvolvimento de Mirandela não é o que esta cidade, o que este concelho, o que a sua centralidade e o que as suas potencialidades exigem que se faça. Tem de se reconhecer.

Já referimos algumas das obras que vão sendo adiadas, retiradas dos orçamentos e dos planos de atividade. Isto é muito preocupante, pois algumas delas são cruciais para Mirandela. A demora na tomada de decisões por parte deste executivo, como já falámos hoje, está também patente nesta execução inferior à que deveria ser, o que prejudica o desenvolvimento de Mirandela. Está em causa o bem-estar das pessoas.

Vejamos o exemplo da água em Mirandela. Voltou a haver mais uma rutura no abastecimento de água em Mirandela, desta vez ali para os lados da Clínica de Valbom, nas férias da Páscoa. Isso faz-nos pensar no que será o próximo verão em Mirandela, com ruturas constantes, falhas de água, etc. Em 2025 foi horrível. Mirandela, enquanto cidade, perdeu turismo, perdeu qualidade e fez passar sacrifícios inerentes a esse problema de abastecimento de água a quem cá viveu e a quem nos visitou. Péssima imagem de esta cidade e deste concelho.

Com o verão a aproximar-se a passos largos, colocam-se algumas questões. Há oito anos que estão a governar Mirandela, será que foi preciso acontecer o que aconteceu em 2025 para dar conta de que este problema já deveria ter sido tratado com o devido tempo, antes de acontecerem estas situações? Foram oito anos que governaram este município sem se preocuparem com os problemas da água.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, permite-me? Eu não sei se se enganou no tema que está em debate. Nós estamos a falar do ponto 4.2, que é a Prestação de Contas, não me parece que a sua intervenção, com todo o respeito, e ao contrário daquilo que diz, a Oposição deve estar sempre firme e democraticamente presente, mas está a fugir um bocadinho ao tema. Só isso.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MOVE) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Certo, isto vem a propósito e não me esqueci, como vai ver, não se preocupe. Se me permite continuar, posso continuar? Dizia eu, não fizeram qualquer planificação para resolver, mas os valores badalados para resolver esta questão antes do final de 2025 deram-nos a ideia de que o problema ia ser resolvido. Esclareça-nos, quando começam as obras no sistema de abastecimento de água de Mirandela e como vai decorrer essa intervenção?

É preciso haver mais rigor na relação entre planificação e execução. É necessário que este executivo seja mais realista e eficiente no colmatar das necessidades que os mirandenses sentem no seu dia a dia, sob pena de Mirandela andar para trás e ser ultrapassada por outras localidades mais pequenas e com menos população.

Por tudo isto, o nosso voto é contra.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, neste ponto, concretamente, depois de ouvir aqui os meus colegas nestas Bancadas a abordarem o rodízio de problemas existentes, que fazem parte da aprovação das contas deste município. Gostava de ser mais objetivo naquilo que é esta apresentação de contas.

Começo pelo básico, há um défice superior a 680.000 € e obviamente que nós podemos questionar aquilo que são as opções políticas. É exatamente isto que temos de discutir. Foi apresentado um orçamento e nós sabemos que a taxa de execução vale o que vale, não apenas por aquilo que é apresentado em quadros e em números, mas por aquilo que diz diretamente à vida das pessoas e de quem cá vive. E é exatamente aqui que eu quero debater.

Podemos dizer que o município tem menos dívida, podemos dizer que o município até tem um passivo mais elevado. Podemos até dizer que a taxa de execução está acima daquilo que é obrigatório por lei. Mas eu quero deixar esta reflexão: o que é que isso concretamente se reflete na vida das pessoas e de quem cá vive? Isso é que é o importante nós discutirmos.

Tenho só três perguntas para fazer sobre esta apresentação de contas e vou começar por aquela que provavelmente é a que diz mais respeito às pessoas que vivem em Mirandela. No ponto 2.6, quando falamos das transferências obtidas, estas em 2025 totalizaram 23.476.000 €, sendo constituídas por transferências correntes de 16.294.000 € e transferências de capital de 7.182.000 €.

Em 2025 registou-se um aumento de 1.180.000 € em relação a 2024, em grande medida devido a transferências provenientes da Direção Geral das Autarquias Locais. Por sua vez, as transferências de capital registaram um crescimento significativo de 2.610.000 €, associado sobretudo ao financiamento de projetos de investimento no âmbito das Grandes Opções do Plano. E agora vinha aqui a minha primeira pergunta. No quadro que acompanha esta informação, tivemos um aumento de 1.137.000 € na Direção Geral das Autarquias Locais. E pergunto: em 2023 tivemos do Instituto de Financiamento da Educação, I.P., uma transferência de 2.394.000 €, em 2024 tivemos zero, em 2025 tivemos zero. O que é que isto interfere com a vida das pessoas?

Handwritten signature and initials.

O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social teve transferências de 195.000 € em 2023, em 2024 desceu para 145.000 € e em 2025 para 88.000 €. Vejamos o quadro global na nossa vida comum. E depois há aqui uma questão que me deixa preocupado. Quando temos um aumento das transferências da Direção Geral das Autarquias Locais e das Grandes Opções do Plano em cerca de 2.600.000 €, como é que se explica que no IRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, tínhamos em 2024 220.000 € e em 2023 apenas 23.000 €? Isto quer dizer o quê? Era isto que eu gostava que me explicasse, porque tem a ver com a vida das pessoas.

No ponto da aquisição de bens e serviços, diz aqui que estão registadas as despesas com a aquisição de bens de consumo, inventariados ou não, e com a aquisição de serviços de terceiros. Inclui matérias-primas, combustíveis, lubrificantes, alimentação, entre outros. Da análise comparativa entre 2025 e 2024, verifica-se uma redução da despesa na aquisição de bens e serviços. E o que é que vemos no quadro? Uma redução na ordem dos 505.000 €. Na aquisição de bens, houve uma redução de 758.000 € em 2025. E aqui entram as opções políticas. Na alimentação, e recordando o que aqui foi discutido sobre a alimentação nas escolas, tínhamos em 2024 cerca de 30.000 € e em 2025 temos 13.000 €. Isto representa menos 17.000 €, quando deveria ser um aumento e não um corte.

Nos transportes escolares, em 2024 tivemos 503.134 €. Em 2025 tivemos 371.000 €. Estamos a falar de menos 132.000 €. Isto tem a ver com o transporte urbano, com o transporte regional no âmbito da transferência de competências? Portanto, era sobre esta base de perguntas que gostaria que me respondesse diretamente, porque o que notamos aqui são opções políticas que foram tomadas por este executivo com toda a legitimidade, mas que também têm de assumir responsabilidade.

Obviamente que a leitura dos quadros pode ser feita de forma diferente. A mim interessa-me aquilo que diz diretamente respeito à vida das pessoas que vivem na nossa terra.

----- O Senhor Deputado Municipal *GIL ANGÉLICO* (CDS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Devo dizer-vos que esta é a minha primeira intervenção na Assembleia Municipal neste órgão. Estou algo atónito com aquilo que tenho assistido nos trabalhos de hoje, mas tentarei ser sucinto naquilo que quero dizer. A prestação de contas que o executivo hoje submete à votação não é apenas um documento contabilístico, é um atestado de um modelo de gestão que o CDS-PP não pode subscrever. Olhamos para estes números e vemos um concelho que gasta muito, gasta mal e, pior de tudo, que não cumpre o que promete aos mirandelenses. Votamos contra e fazemo-lo com base no seguinte:

Enquanto o CDS defende uma administração pública ágil e eficiente, estas contas mostram o oposto. Temos uma estrutura municipal que custa cada vez mais e produz cada vez menos investimento. O município passou de um lucro de 1,2 milhões em 2024 para um prejuízo líquido de cerca de 681.000 € em 2025. Estamos a gastar mais do que produzimos, com os gastos com pessoal a subirem cerca de 900.000 € num único ano. 72% do orçamento é consumido pela máquina, deixando apenas migalhas para o desenvolvimento que as nossas empresas e famílias precisam.

Assistimos a um crescimento da máquina burocrática em detrimento do investimento direto nas pessoas. O município gasta cada vez mais consigo próprio e menos com o cidadão. Um orçamento é um compromisso de honra. Quando o executivo apresenta um plano de 42,2 milhões de euros e só executa 32,2 milhões, está a falhar aos munícipes. O orçamento revelou-se uma ficção política. Foi inflacionado e não resistiu ao teste da realidade. Ficou por fazer cerca de metade do investimento previsto no plano plurianual.

Onde estão as obras nas freguesias? Onde está o apoio à regeneração urbana que se promete todos os anos e nunca sai do papel? Vemos um município que vive de anúncios, mas que na prática falha na habitação, falha no apoio ao mundo rural e falha na atração de investimento privado. Estas contas refletem um município de gestão corrente, sem visão estratégica para travar a desertificação e sem medidas sérias para apoiar quem produz e cria emprego em Mirandela.

Senhor Presidente, o CDS não vota contra por rotina, vota contra porque estas contas revelam uma Mirandela estagnada. O executivo do PS parece mais preocupado em gerir a sua imagem e a sua estrutura interna do que em criar condições para que os mirandelenses prosperem. É uma gestão de sobrevivência, sem arrojo e sem futuro.

Por respeito por quem trabalha, a quem produz e a quem paga impostos em Mirandela, o nosso voto é contra.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Analisar a Prestação de Contas de 2025 é compreender o resultado dos indicadores de avaliação da legalidade, do equilíbrio financeiro, da eficiência da execução das políticas públicas e do impacto que tais políticas provocaram no concelho e nos munícipes. A análise deve basear-se em factos objetivos, números concretos e resultados verificáveis, enquadrados no contexto geopolítico caracterizado por alguma instabilidade na economia mundial, em plena desaceleração da atividade económica nacional, com ligeira subida do custo dos bens e serviços.

Assim, os dados mostram-nos que o município fecha 2025 com contas equilibradas, com indicadores financeiros positivos e com estabilidade institucional, tendo registado uma receita de 36,9 milhões de euros, uma taxa de execução de 96,28% e uma despesa de 33,2 milhões de euros, com uma taxa de execução de 86,67%, tendo resultado um saldo orçamental positivo de cerca de 3,68 milhões de euros. Isso significa, de forma clara, que o município conseguiu simultaneamente arrecadar a receita com elevado grau de eficácia, controlar a despesa com prudência e gerar margem financeira, cumprindo assim o princípio do equilíbrio, com a receita a cobrir a totalidade das despesas e a libertar recursos para o investimento.

Se olharmos para a estrutura financeira, os indicadores reforçam essa leitura. As receitas correntes representam cerca de 73,7% da receita total e, mais importante, cobrem as despesas correntes em 110%. O município financia assim o seu funcionamento corrente com recursos próprios, sem depender de endividamento.

Quanto à dívida, o município apresenta uma dívida global de 9,43 milhões de euros, quando em 2017 ultrapassava os 18 milhões de euros e em 2021 os 12 milhões. Temos assistido a uma redução estrutural do endividamento de cerca de 48% em comparação com 2017 e de 22% em relação a 2021.

É também digno de registo salientar que desde 2017 se tem verificado paulatinamente a descida do endividamento, à exceção dos anos de 2019, por causa da pandemia, e de 2023, com uma pequena subida de cerca de 2% em relação ao período homólogo, mantendo sempre o cumprimento dos limites legais e assegurando o investimento e a coesão territorial.

Ao nível da tesouraria, o prazo médio de pagamentos de 14 dias traduz uma relação de confiança, credibilidade e normalidade no relacionamento da Câmara Municipal com os seus fornecedores, estimulando assim a economia local. Já em relação à litigância, verifica-se um decréscimo dos processos em contencioso.

Senhoras e Senhores Deputados, estes resultados estão diretamente ligados à definição das prioridades estratégicas vertidas nas Grandes Opções do Plano e à forma como a execução do orçamento municipal deu resposta à implementação dessas prioridades. A execução financeira comprova essa coerência.

A despesa de capital atingiu 8,56 milhões de euros, refletindo a concretização de projetos previstos nas Grandes Opções do Plano. Cerca de 43% desse valor foi canalizado para funções económicas, 31% para funções sociais, incluindo habitação, ambiente, cultura e qualidade de vida, e cerca de 26% para funções gerais. Isto demonstra uma opção clara: investir no território, nas infraestruturas e nas condições de vida das pessoas. Ao mesmo tempo, verificou-se um reforço da despesa de capital e o controlo da despesa corrente, ou seja, houve capacidade de libertar recursos para investir sem comprometer o equilíbrio financeiro.

Senhoras e Senhores Deputados, perante estes dados, a conclusão é objetiva: existe equilíbrio orçamental, redução da dívida, capacidade de financiamento próprio e investimento concretizado. Aqui chegados, devemos retirar as devidas consequências políticas do resultado alcançado.

A boa saúde das contas públicas não é um fim em si, mas uma condição necessária para reforçar e concretizar projetos estruturantes para o concelho, como o Multiusos, a Estrada Municipal 578, a reabilitação da Ponte Machado Vaz, o multiusos ao ar livre na zona verde e a reabilitação integral do mercado municipal, entre outros projetos alinhados com os eixos das GOP: coesão territorial, desenvolvimento económico, requalificação urbana e qualidade de vida e que são hoje mais viáveis porque existe capacidade financeira, aquilo que muitas vezes faltou no passado.

Foi aqui referido um eventual falhanço de cerca de 21% na taxa de execução orçamental da despesa, quando se situa na ordem dos 13%. É preciso também analisar que, no passado recente, existiram taxas de execução superiores, nomeadamente entre 2011 e 2017, com médias de incumprimento da ordem dos 32,55%, e valores de execução que chegaram aos 38% em 2014.

A média desses anos (2012 a 2017) revela um histórico de menor execução e uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural, com dívida a atingir cerca de 27 milhões de euros em 2011, o que levou a câmara e o município a um saneamento financeiro que só terminou em 2019, de forma antecipada, com intervenção do executivo PS.

Conhecer os dados históricos da gestão municipal para os poder comparar é essencial para avaliar as opções políticas ao longo do tempo. Rever, assumir e corrigir o que menos correu bem é um ato nobre em democracia. No entanto, fazer de conta que não houve má gestão e transmitir agora informação enviesada, que não corresponde à verdade, consubstancia um ato de falta de carácter político que não dignifica em nada o debate democrático e muito menos a dignidade dos seus representantes, nem tampouco a transparência das contas públicas perante os cidadãos. Todos nós temos essa obrigação.

Senhoras e Senhores deputados, o equilíbrio financeiro constitui uma condição indispensável para a sustentabilidade do investimento público, para a capacidade de decisão e para o desenvolvimento do território. No exercício de 2025, o Município de Mirandela apresenta uma margem financeira positiva, rigorosa, orientada para resultados assentes em dados concretos e indicadores financeiros robustos, devendo ser reconhecida como evidência de uma gestão consciente, equilibrada, responsável, mas ao mesmo tempo desafiadora perante um futuro com algumas incertezas quanto ao quadro económico-financeiro que se nos apresenta.

Quanto ao resto, e perante os resultados alcançados, ficamos com a certeza de que este executivo já demonstrou ter o perfil adequado para reforçar a sua capacidade de planeamento, execução e o controlo de recursos alocados a investimentos estruturantes para o território, nas infraestruturas e na melhoria das condições de vida das pessoas, de forma a garantir o melhor para o concelho e para os mirandelenses, no estrito cumprimento da lei.

Desta feita, o Grupo Municipal do Partido Socialista votará favoravelmente a Prestação de Contas do ano de 2025.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal **VÍTOR CORREIA** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizer aqui de uma forma muito clara que são perspetivas políticas de analisar essa questão, onde eu já o tinha dito antes. Portanto, há questões que nós veremos sempre como más e outras como menos positivas. A verdade é que nós tivemos aqui um ano extraordinário. É verdade que nós temos também de olhar para um documento que foi aprovado hoje, no que diz respeito à Lei dos Compromissos e à redução do prazo de pagamentos, em que implica que os municípios tenham contas boas e só com essas contas boas conseguem aceder a fundos comunitários. E nós temos feito esse trabalho e estamos preparados para isso.

E quando nos focamos aqui nas taxas de execução, eu não queria fazer este trabalho, mas de facto fiquei um bocadinho inibido, mas tenho de passar essa inibição porque não gostava de o fazer. Mas recordar que só, por exemplo, no ano de 2012 tivemos uma taxa de execução de 59%. Tivemos uma taxa de execução da despesa de 58%. Em 2013, uma taxa de execução de 78%. Em 2014, 63%. Em 2015, 72%. Em 2016, 79%. Em 2017, 59%.

Tem vindo depois a crescer e agora estamos, no ano passado, em 98%; em 2023, 83%; em 2024, 95%; e em 2025, 96%. Não sei, pegando em termos históricos, qual foi o sentido de voto perante estas taxas de execução tão baixas que foram na altura, mas parece-me que as mesmas pessoas, e tenho a certeza de que há aqui intervenientes que já estavam cá na altura, não tiveram esse comportamento. Portanto, esta análise que estão a fazer é um comportamento meramente político, que não reflete aquilo que é o trabalho que temos feito.

Handwritten signature and initials.

De facto, temos um trabalho coerente e consciente, que valoriza todos os mirandenses e que nos prepara para fazermos o investimento que efetivamente é necessário e que até então não tínhamos condições para fazer. Porque é que em 2025 tivemos de rever o orçamento de 43 milhões para 38 milhões? Por uma razão muito simples: houve procedimentos que ficaram vazios, concursos que ficaram vazios, tivemos de os descabimentar, não fazia sentido rigorosamente nenhum nós não o fazermos, há aqui razões objetivas que transcendem aquilo que é o investimento do Município de Mirandela.

Depois, passando a algumas questões que foram aqui colocadas, os recursos humanos que temos tido ainda não compensaram as saídas. Naturalmente, o aumento da folha salarial tem sido fruto da evolução salarial e do próprio SIADAP, que nos traz mais impacto em termos de recursos humanos.

Também aqui temos de perceber que, nas transferências que foram referidas pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*, houve valores que saíram da educação e da ação social porque passaram para a transferência de competências. Portanto, passaram a vir num bolo e não vieram em separado como vinham inicialmente.

Os documentos são demasiado técnicos. Fiquei satisfeito por terem chegado aqui com os documentos que o município enviou e terem conseguido encontrar lá todos os valores, o que significa que os documentos estão bem executados. Não foram documentos que foram procurar; estão no Relatório de Atividades e na Prestação de Contas. Se houve alguma fragilidade no conteúdo global do documento, naturalmente isso será sempre melhorado, mas o essencial está lá espelhado. Quanto ao parecer do Revisor Oficial de Contas, as contas estão aprovadas, com algumas fragilidades, e essas fragilidades são para superar, e estamos em condições de continuar a fazer um bom trabalho.

Importa também dizer que, quando falamos da habitação, não ficamos parados. Reabilitámos cerca de 42 frações e investimos cerca de dois milhões de euros. Podíamos fazer mais, mas há fatores externos que condicionam a vontade do executivo. No caso do IHRU, houve uma expectativa que depois ficou gorada: o financiamento que era elegível a 100% passou para 80% e agora está nos 50%, o que altera completamente o enquadramento dos projetos. Isto são questões que nós levamos ao sítio certo. Nós não estamos aqui a fazer política de brincar, mas temos de revelar estas questões para vocês todos perceberem que há contingências que superam e que estão acima das nossas vontades, que nós, muitas das vezes, contamos com determinado tipo de capacidade de investimento e que depois ela não se vem a executar.

Nomeadamente agora, a possibilidade de nós executarmos fundos até 30 de junho. Imagine: quem é que consegue executar até 30 de junho? É impossível. Não há tempo, não há empreiteiros, nem tempo e, ainda que houvesse, não há condições para o fazer. Portanto, nós temos estado aqui condicionados por um conjunto de circunstâncias que nos transcendem por completo. Esta apresentação das nossas contas para 2025 é uma Prestação de Contas muito válida, é uma Prestação de Contas que reflete com rigor e, como já foi dito, já fizemos na apresentação inicial, não vamos estar aqui a repetir.

A votação contra é uma votação meramente política e que procura apenas atingir aquilo que é a gestão do executivo, porque, perante estas taxas de execução que eu vos falei desde 2012, desculpem, alguém votar contra uma taxa de execução de 96% da receita e de 86% da despesa é estar realmente a meter a cabeça debaixo da areia e votar só porque tem vontade de votar contra.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O Senhor Vereador *Paulo Pinto* está-me a pedir uma intervenção para defesa da honra. Naturalmente que sim, mas espero, Senhor Vereador, que justifique, de facto, que a sua honra foi posta em causa, porque eu vou-lhe ler antes da sua intervenção para não haver mais interpretações: *“A defesa da honra na Assembleia Municipal por parte de um Vereador é um mecanismo regimental que permite a um Membro da Câmara Municipal, intervir durante as sessões da Assembleia Municipal para responder a acusações, críticas diretas ou imputações que consideram ofensivas à sua integridade”*.

O Senhor vai justificar que eu lhe fiz algum tipo de ofensa nesse sentido.

----- O Senhor Vereador da Câmara Municipal *PAULO PINTO* solicitou a palavra para Defesa da Honra:

Senhor Presidente da Assembleia, senhores secretários, senhores vereadores, senhores presidentes de junta, senhores deputados e público presente.

Senhor Presidente, numa afirmação sua, acabou por dizer que as publicações de um partido político que nos enganavam a todos e que cria explicações, pondo em causa a veracidade dos mesmos. Depois de eu me manifestar, além disso, disse que já sabíamos quem é que os faz. Senhor Presidente, vai-me permitir isto para ficarmos todos bem hoje, se bem que já chega de confusão.

Orçamento de 42 milhões de euros, executados 33 milhões de euros, é mentira? Não. Menos execução, menos obra. É mentira? Prometeram 12 milhões, investiram oito. É mentira, Senhor Presidente? Também não é. Ficou aqui patente. Mais dinheiro do Estado, menos ambição. Ficou provado aqui, muito bem dito, especialmente pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*, que houve muitas mais transferências do Estado para a Câmara Municipal em ano de eleições.

Estradas feitas, problemas por resolver, a estrada de Vilar de Ouro, o que a população dizia em campanha eleitoral é que não tinha valetas, sob pena de haver outras estradas que tinham valetas e aquelas não tinham, porque a obra foi inacabada.

Do orçamento, do lucro ao prejuízo, 680.000 € negativos este ano, Senhor Presidente. Estradas feitas, problemas por resolver. Muito discurso, pouca execução.

Senhor Presidente, que postos são estes que põem em causa o trabalho de um partido político? Porque de números tem muito pouco. Podia até haver aqui leituras diferenciadas. Fomos muito contidos. Mas sabe qual é a próxima publicação que eu vou fazer? Menos 680.000 € em 2025 no orçamento, gastos com o pessoal, serviços externos, subsídios e transferências do Estado.

Este é o preço da campanha eleitoral do Executivo PS para ganhar as eleições à AD.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, o Senhor esteve a pôr na minha boca palavras que eu não pronunciei. Eu vou repetir.

Para já, não houve ofensa ao Senhor Vereador, nem sequer o seu nome foi posto em causa. E eu vou repetir aquilo que lhe disse: “A Vereação da AD diz que o executivo aprovou o orçamento de 42 milhões de euros e apenas executou 33 milhões”.

Eu disse, que ficaram por gastar nove milhões de euros. É verdade, Senhor Deputado? Isto é uma prudência, falta de rigor, isso aí é outra questão à parte. E depois diz que falhou em 21% na estratégia política, portanto na execução orçamental. Foram as três questões que eu apontei e o senhor apontou-me dez que eu não falei.

A sua integridade ficou posta em causa? Eu repeti aquilo que disse, sem mais uma palavra nem menos uma palavra. De qualquer modo, Senhor Vereador *Paulo Pinto*, se de alguma maneira aquilo que eu disse o feriu, as minhas desculpas. Penso que não, mas as minhas desculpas.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estou a fazer uma interpelação à Mesa porque fiz aqui três perguntas concretas ao Senhor Presidente da Câmara sobre aquilo que foram opções políticas: porque é que houve uma redução naquilo que foram subsídios na questão da alimentação, da segurança social e dos transportes.

Portanto, o Senhor Presidente não me respondeu. Eu queria que o Senhor Presidente da Mesa pedisse ao Senhor Presidente para me responder.

----- Efetuada a votação e estando 60 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor, quatro abstenções e 25 votos contra, aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2025 da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

4.3 – Inventário 2025.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 09/04/2026, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o Inventário de 2025, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município de Mirandela à data de 31 de dezembro de 2025 e respetiva avaliação nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;
- 2 - Submeter o referido documento à respetiva apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município é o instrumento central de transparência, de boa administração e de controlo patrimonial. A sua apreciação pela Assembleia Municipal não deve, por isso, ser vista como uma mera formalidade, mas como um momento relevante de fiscalização institucional.

A própria Câmara Municipal submeteu este documento à Assembleia Municipal para apreciação e avaliação nos termos legais. Do inventário de 2025 resultam elementos financeiros e patrimoniais com expressão relevante. Aqui já foi referido: ativo total de 83,95 milhões de euros, património líquido de 69,46 milhões, passivo de 14,5 milhões. Caixa e depósitos de 5,06 milhões, inventário de 938,5 mil euros e outras contas a pagar de 3,56 milhões de euros. Verifica-se ainda a existência de imparidades acumuladas em clientes no montante de 546 mil euros

Perante estes dados, parece-nos legítimo que a Assembleia Municipal procure obter esclarecimentos adicionais sobre três dimensões essenciais: Primeiro, sobre a fiabilidade do inventário enquanto reflexo rigoroso da realidade patrimonial do município, designadamente quanto à atualização, regularização, conferência e eventual abate de bens.

Segundo, sobre a qualidade e recuperabilidade dos créditos registados, em particular tendo em conta os montantes das imparidades acumuladas.

Terceiro, sobre a evolução do valor dos inventários e das contas a pagar, de modo a perceber se estamos perante variações normais de gestão, regularizações contabilísticas ou sinais de insuficiência de execução em determinadas rubricas.

O que a Assembleia Municipal deve hoje exigir é informação clara, objetiva e verificável, pois só assim este documento cumpre verdadeiramente a sua função de suporte à transparência e ao escrutínio democrático.

Assim, muito diretamente, irei colocar cinco questões, Senhor Presidente:

Primeiro, quantos bens foram efetivamente regularizados, abatidos ou reclassificados em 2025? Segundo, houve conferência física dos bens patrimoniais mais relevantes? Terceiro, que parte dos 546 mil euros de imparidades corresponde a créditos realistas ou incobráveis? Quarto, como explica o executivo o aumento do valor de inventário face a 2024? Quinto, pode o executivo garantir à Assembleia Municipal que este inventário traduz com rigor e completude a realidade patrimonial do município?

O que hoje está em causa não é apenas um mapa patrimonial, é saber se o município conhece bem o que tem e controla bem o que gere e responde com rigor perante esta Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para não estarmos aqui outra vez com mais interpretações e perceber se foi dito ou se não foi dito, efetivamente posso-lhe responder, mas prefiro, com mais segurança, para que todos fiquem cientes das perguntas que fez, até porque há aqui questões que são muito técnicas, nomeadamente em questões da dívida, se está abatida, se não está. Portanto, essas questões vamos colocá-las por escrito.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.4 - Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal e ao Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado de 2026.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 09/04/2026, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal e ao Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado do ano de 2026;**
- 2 - Submeter a presente deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A proposta que hoje discutimos é apresentada como uma simples alteração ao mapa de pessoal e ao mapa anual global de recrutamento de 2026. Mas não é apenas isso que está em causa. O que está aqui em causa é a tradução prática de uma opção política anterior: a criação de uma nova estrutura orgânica com 13 chefias intermédias de terceiro grau e 13 chefias intermédias de quarto grau. E aquilo que agora se pede à Assembleia Municipal é que acomode essa nova arquitetura interna no mapa de pessoal do município.

O executivo diz que não aumenta o número total de postos de trabalho previstos no orçamento de 2026. Muito bem. Mas essa afirmação, por si só, não resolve a questão essencial, porque o problema não é apenas saber se há mais ou menos lugares no papel. O problema é perceber que lugares estão a ser reconfigurados, que prioridades estão a ser assumidas e, sobretudo, quanto vai custar esta nova estrutura orgânica.

E é precisamente aqui que está a nossa preocupação. O executivo vem dizer que esta alteração resulta da nova estrutura orgânica e que não há aumento do número global de postos de trabalho, como já referi, mas aquilo que não apresenta à Assembleia Municipal com clareza, que devia, é o impacto real desta opção. Qual é o custo anual estimado destas novas chefias intermédias? Qual é o impacto remuneratório direto? Qual é o impacto indireto na organização dos serviços? Qual é a previsão plurianual desta reconfiguração?

Nada disto devia ficar no plano da suposição. Devia vir quantificado, explicado e apresentado com rigor a este órgão deliberativo. Porque reorganizar serviços, criar novas chefias e alterar mapas de pessoal não é neutro. Tem impactos financeiros, tem impactos na massa salarial, tem impacto na estrutura permanente de funcionamento do município. E a Assembleia Municipal não deve votar uma alteração desta natureza sem conhecer com transparência a sua dimensão financeira e funcional.

Acresce uma segunda questão que também não é menor. Estas chefias intermédias não têm necessariamente de ser preenchidas por trabalhadores do Município de Mirandela em abstrato. Podem ser ocupadas por trabalhadores externos ao município, ainda que provenientes da Administração Pública, como isso ficou claro hoje. E isto significa que estamos a aprovar uma nova camada de dirigentes sem saber, com clareza bastante, se esta reorganização serve para valorizar quadros internos, se serve para recrutar fora ou se serve apenas para acomodar uma determinada lógica interna de redistribuição do poder administrativo.

Uma Assembleia Municipal responsável não pode olhar para isto como uma mera formalidade técnica. Tem de perguntar qual é o custo? qual é a necessidade concreta desta reorganização e desta estrutura orgânica? Qual é o ganho funcional? O que é que daqui há de vir de ganho para o município e para os munícipes? Qual é o impacto na capacidade de resposta do município? E ainda um dado político incontornável.

No final de 2025, o próprio executivo apresentou uma alteração orçamental modificativa com uma redução global de 8.179.000 €, já aqui amplamente discutida, justificando essa revisão com menor execução orçamental e com menor concretização física e financeira de obras e projetos. Porque esta redução cifrou-se sobretudo, como aqui já foi dito, em despesas de capital. Despesas de capital é investimento, não obra.

Perante esse histórico recente, a pergunta é simples: a prioridade do município devia ser densificar a estrutura de dirigentes ou demonstrar primeiro maior capacidade de execução? Porque uma coisa é reorganizar o organograma, outra muito diferente é resolver os problemas do concelho, executar investimento, concretizar projetos e melhorar resultados.

E é isso que esta proposta não demonstra. O executivo pede à Assembleia Municipal que veja isto como uma adaptação técnica, mas aquilo que está verdadeiramente em causa é uma opção política: reforçar a estrutura intermédia de direção sem apresentar, com a devida transparência, o seu custo, o seu impacto e a sua necessidade efetiva.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não dizemos que toda a reorganização administrativa é ilegítima. Não é nada disso que está em causa. E isto é uma opção política que se respeita, pode não se concordar, mas respeita-se, como é óbvio. O que dizemos é que uma reorganização desta natureza tem de vir acompanhada de três coisas essenciais, e é por causa disso que estou aqui a fazer esta intervenção: qual a fundamentação que lhe dá respaldo? Que transparência tem esta reorganização? Qual a previsão de custo.

Como são as Grandes Opções do Plano, e aqui o Senhor Vice-Presidente já fez questão de o dizer, é uma previsão. São previsões: prevemos gastar X ou Y. E é isto que nunca foi dito a esta Assembleia.

Handwritten signature and initials.

Por isso, deixamos três perguntas muito diretas ao executivo: Primeiro, qual é o custo anual efetivo desta reconfiguração no mapa de pessoal, em especial no que respeita às novas chefias intermédias? Segundo, quantas destas chefias o executivo prevê preencher com trabalhadores já integrados no município e quantas admite preencher com trabalhadores externos ao município? Terceiro, em que medida esta alteração melhora a capacidade de execução do município, quando foi precisamente essa execução que falhou e que obrigou a uma revisão orçamental tão expressiva no ano de 2025?

Porque o que Mirandela precisa não é apenas de mais desenho orgânico. Precisa de melhor execução, mais resultados e prioridades certas. E isso é algo que esta proposta, tal como vem, ainda não demonstra de forma suficiente. É isso que eu queria que o executivo esclarecesse.

----- O Senhor Deputado Municipal *VASCO CADAVEZ* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à proposta de alteração do mapa de pessoal e ao mapa anual de recrutamento, preciso fazer uma intervenção de natureza técnica e construtiva. Em primeiro lugar, importa reconhecer que estão perante o instrumento central de gestão previsto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e que o documento cumpre, do ponto de vista formal, os requisitos legais aplicáveis. No entanto, a análise do seu conteúdo levanta algumas questões que consideramos relevantes para esta Assembleia Municipal.

Desde logo, apesar de ser referido que não há aumento do número global de postos de trabalho, verifica-se uma alteração significativa da estrutura organizativa, com criação de novas unidades orgânicas e, em particular, de um número relevante de cargos de direção intermédia. Esta evolução, mesmo sem aumento do número total de trabalhadores, implica uma reconfiguração do modelo de funcionamento da Câmara, com potenciais impactos ao nível da eficiência, da coordenação interna e dos custos indiretos de funcionamento.

Por outro lado, a análise do mapa evidencia uma estrutura bastante segmentada, com múltiplas unidades e áreas funcionais, o que levanta a questão de saber se este modelo promove efetivamente maior eficácia ou se pode, pelo contrário, introduzir maior complexidade organizacional.

Adicionalmente, verifica-se que em vários casos existe um desfazamento entre os postos previstos e efetivamente ocupados, bem como uma utilização significativa de mecanismos como a mobilidade e outras situações transitórias, o que sugere que a estrutura ainda não se encontra plenamente estabilizada.

Também no que respeita ao mapa de recrutamento, apesar da diversidade de perfis previstos, não é evidente qual a prioridade estratégica subjacente às diferentes contratações, nem de que forma estas se articulam com os objetivos concretos do município.

Neste contexto, gostaríamos de colocar algumas questões: Qual a lógica estratégica que presidiu à criação das novas unidades orgânicas e dos cargos de direção intermédia? Que ganhos de eficiência e de qualidade dos serviços se esperam desta reorganização? Como se explica o desfazamento entre postos previstos e ocupados em várias áreas e de que forma o plano de recrutamento se articula com prioridades claras e mensuráveis do município?

Mais do que este exercício formal, o mapa de pessoal deve ser entendido como um instrumento de planeamento estratégico da organização. É nesta perspetiva que consideramos importante que este tipo de proposta seja acompanhado de uma explicação mais clara do modelo organizativo que se pretende construir.

----- O Senhor Deputado Municipal *ALEXANDRE CAMILO* (PS) disse:

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhoras secretárias, senhor Presidente, senhores vereadores, ilustres colegas, presidentes de junta, público, comunicação social.

Importa, antes de mais, enquadrar com rigor e transparência a proposta que hoje aqui estamos a apreciar. Como sabem, a Assembleia Municipal deliberou em 20 de fevereiro de 2026, no âmbito da reorganização dos serviços municipais, não vou repetir, já falaram aqui nos quadros intermédios. É importante sublinhar um ponto essencial. Estes cargos não são de livre acesso ao exterior, isto é, são destinados à Administração Pública. A chamada mobilidade, isto é, fazer um aproveitamento interno dos recursos já existentes.

Falo aqui em custos. Para isto foram construídos vários cenários de impacto financeiro. Um cenário máximo, isto é, 100% de recrutamento externo, pouco provável que aconteça, são cerca de 43.000 € por mês, ou 517.000 € por ano. Volto a repetir: é um cenário meramente teórico, uma vez que a prioridade é para o recrutamento interno. Um cenário com 25% de recrutamento externo são cerca de 10.700 € por mês, 129.000 € por ano.

Cenários mais realistas, com predominância de recrutamento interno, variam entre 3.600 € e 8.000 € por mês, ou seja, entre 43.000 € e 97.000 € por ano. O cenário mais provável, tendo em conta o histórico do município, são cerca de 5.000 € por mês, ou cerca de 58.000 € por ano. Ou seja, aquilo que está verdadeiramente em causa não é um aumento descontrolado da despesa. Mal seria que este município, tendo o cuidado de equilibrar as contas, fosse agora optar por um descontrolo, tal como estão a tentar alertar. É perfeitamente enquadrado na capacidade financeira do município.

No entanto, isto não é só encargo, também tem retorno, uma vez que os serviços vão sofrer uma melhoria. Por exemplo, na Assembleia Municipal anterior, o Deputado *Rui Sá* falou no exemplo de Bragança, e ao que eu sei eles têm de devolver agora uma verba considerável de fundos não utilizáveis por causa da não execução. Falam aqui da execução que ficou por fazer, orçamentada e não ficou feita, correto? Esta medida insere-se precisamente nisso, para mitigar e, em vez dos 90%, ser 100%. Era bom que fosse.

Com esta reorganização, o município ganha assim mais capacidade de coordenação interna, maior eficiência na tomada de decisão, melhor acompanhamento técnico dos processos e respostas mais rápidas e eficazes aos munícipes. Em suma, ganha qualidade no serviço público e melhora o desempenho global da organização.

Quanto aos 279 postos previstos no mapa de recrutamento, importa também esclarecer o seguinte, não se trata de admissões imediatas nem de contratação massiva. O executivo fará recrutamentos de forma gradual, em função das necessidades efetivas dos serviços, com cobertura orçamental assegurada e respeitando sempre os princípios da sustentabilidade financeira.

Senhoras e Senhores Deputados, esta proposta não representa um aumento irresponsável da despesa. Representa sim uma reorganização necessária, um investimento na capacidade interna e uma aposta clara na melhoria dos serviços prestados. Porque, no final, aquilo que está em causa é simples: um município mais eficiente, mais e melhor organizado e mais capaz de responder às pessoas. É por isso que esta proposta merece o nosso apoio.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou apenas apresentar um requerimento oral para ata.

Nesse sentido, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Mirandela, gostaria que me fosse remetida por escrito, até à próxima sessão da Assembleia Municipal, uma informação acerca do seguinte:

Em primeiro lugar, qual a análise prévia que justifica cada novo posto ou cada alteração proposta? Quais os serviços que, à presente data, estão com falta de pessoal e quais os indicadores objetivos dessa carência?

Quais os postos que correspondem à reposição, quantos a reforço real e quantos resultam da nova estrutura orgânica?

Qual é o impacto financeiro anual desta alteração, incluindo encargos diretos e indiretos?

Quantos dos recrutamentos serão por mobilidade e quantos por concurso? E por que essa escolha?

Que ganhos concretos de eficiência se esperam com a criação de mais unidades de direção intermédia?

Houve uma avaliação prévia do funcionamento dos serviços antes desta proposta?

Como se evita a duplicação de funções entre novas unidades orgânicas e estruturas já existentes?

Por que razão a proposta não vem acompanhada de metas mensuráveis de melhoria do serviço público?

E aqui desafio o executivo a fazê-lo na resposta que me irá fazer chegar. O reforço agora proposto responde mais a necessidades dos serviços ou à consolidação da nova estrutura hierárquica?

Resolvi fazer, de facto, este requerimento e colocar apenas estas questões porque, apesar da intervenção do Senhor Deputado que me antecedeu ter abordado uma diversidade de pontos diferentes daqueles que eu vi numa primeira análise, para não cair em erro e porque quero dar uma oportunidade ao executivo, resolvi elencar estas perguntas e aguardo resposta.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, o Senhor Deputado *Alexandre Camilo* fez aqui um cenário muito interessante e esse cenário, efetivamente, tem de ser aqui dito. Quando nós colocamos aqui a concurso interno, e o interno já percebemos, ficou esclarecidíssimo que o interno é dentro da função pública, é claro que não conseguimos, de forma nenhuma, avaliar quem é que vem da função pública externa ao município ou quais são os que estão exclusivamente vindos do município. É um cenário difícil de fazer. Porém, aquilo que nos diz o histórico, aquilo que nós podemos acreditar, o que tem acontecido, é uma coisa muito simples. Portanto, o cenário de 100% do recrutamento externo da função pública, entenda-se, é pouco ou nada provável. E aquilo que é a nossa expectativa, daquilo que acontece, é que pode haver casos que possam vir do exterior, mas que são do exterior da função pública, de novo, mas que são meramente pontuais.

E, nessa circunstância, há aqui um valor que se situa entre os 47.000 € e os 50.000 €, tendo em conta o grau posicional daqueles que possam estar, em termos do seu vencimento, de onde é que venham. Porém, é esta a nossa questão: nós não conseguimos de todo prever, por isso é que o estudo está feito, mas está feito nestas premissas, em quatro premissas: dos 100%, com 25%, e nos cenários mais realistas de predominância do recrutamento interno, sendo que o mais provável é que nem venha ninguém de fora. E isso os custos serão tão diferentes quanto um cenário ou outro. Isso é completamente factual.

Agora, nós não podíamos restringir estas mobilidades internamente, nem o vamos fazer. Vai ser aberta à função pública e pode acontecer que venham pessoas de outros lados. A probabilidade é reduzida, sabemos-lo todos. É uma questão de nós percebermos que é um risco diminuto, e toda a gente sabe que, vindo do exterior, o ganho que teria a pessoa, tendo de se deslocar do posto de trabalho, pagar despesas de transporte, alojamento ou alimentação, não iria compensar de maneira nenhuma o cargo que viria, numa comissão de serviço. Naturalmente, estamos a falar em comissões de serviço, que é outra questão muito importante. Não viria a acrescentar nada. Portanto, a probabilidade de ser interna, e aqui digo interna dentro do município, é enorme, e o valor é diminuto.

Os ganhos, como foram ditos, são ganhos de muita clareza, que nós já falámos disso. Aliás, nós já falámos aqui quando foi aprovada a nova orgânica. Mas tem a ver com problemas concretos que nós identificámos: o excesso de concentração de funções, a dificuldade em coordenar os serviços que, neste caso concreto de Mirandela, estão dispersos por vários edifícios ao longo da cidade. E isso também é uma dificuldade que nós temos. Portanto, aumento da complexidade administrativa, também, que cada vez mais existe, e é preciso haver alguém que faça essa liderança.

A maior exigência na execução dos fundos de investimento também foi aqui dito. Tudo isto tem ganhos organizacionais, melhor acompanhamento dos processos, respostas mais rápidas aos munícipes e, quando falamos aqui que demoramos a responder, temos aqui possibilidade de ter respostas mais céleres, maior eficiência na tomada de decisão. Portanto, há aqui ganhos organizacionais claramente que são um facto, e não foi por acaso que fizemos esta proposta de nova orgânica.

Naturalmente que só iremos admitir as pessoas que forem, gradualmente, sendo necessárias, e vamos fazer isto por fases. Quais são as fases com mais urgência, porque algumas têm mais urgência que outras, e paulatinamente, sem comprometer o orçamento, iremos fazê-lo. Até porque algumas pessoas precisam também de entrar e ficar preparadas para substituir outras que, entretanto, irão passar à reforma. Portanto, há aqui situações de passagem de testemunho em que é preciso transferir esse know-how. Muitas vezes não acontece, e é preciso prevenir o futuro.

Temos aqui definidas bases concretas e objetivas da razão por que o propomos. Não vai haver um incremento dessa natureza, porque, se fossem todos de fora, naturalmente seria diferente, mas são cenários. A nossa perspetiva e expectativa é que sejam pessoas já integradas na estrutura. Pode pontualmente acontecer, admitimos que sim, vir alguém de fora, e se vier, naturalmente ficará sujeito ao escrutínio, será alguém com capacidade e que irá acrescentar valor aos nossos recursos humanos.

Portanto, basicamente é esta a verdadeira questão. Não há outras razões para isso acontecer. Colocamos à consideração e votação, sendo certo que nos parece um ato de gestão pura, sem privilegiar quem quer que seja, a não ser as funções necessárias para o bom funcionamento dos serviços municipais.

----- Efetuada a votação e estando 55 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, 26 votos a favor, sete abstenções e 22 votos contra, aprovar a Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal e ao Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado do ano de 2026.

4.5 - Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. – Relatório Anual 2025.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 09/04/2026, que se transcreve:

“A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Submeter este Relatório à apreciação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tinha aproveitado este ponto para guardar para o fim aquilo que é o mais importante e que devíamos hoje discutir com alguma maior profundidade: aquilo que está a passar-se na nossa cidade e, mais concretamente, com o processo de insolvência do Matadouro do Cachão. Vou dividir a minha intervenção em três partes.

Este processo não caiu do céu. Já ouvi aqui alguns comentários de que isto apareceu agora. Não, isto não apareceu agora. E eu vou explicar como é que isto aconteceu, para que fiquemos todos com clareza sobre o atentado e o crime que se fez e que se está a fazer a Mirandela com esta questão.

Passo a elencar e a dissertar aquilo que aconteceu. Em 19 de fevereiro de 2024, a CDU pediu à Câmara Municipal que nos fizesse chegar aquilo que tinha a ver com os processos de penhora relacionados com o Complexo Agroindustrial do Cachão.

E eu vou ler com calma. Já fiz isto numa Assembleia Municipal há uns anos atrás, mas provavelmente houve aqui alguma branca que passou aos Senhores Deputados mais antigos. Obviamente que os novos não saberão, mas eu vou passar a explicar.

Então é assim: em 31 de agosto de 2005, o Conselho de Administração da Agroindustrial do Cachão, na sua ata número 150, deliberou a celebração de um contrato de abertura de crédito com o BES, Banco Espírito Santo, no valor de 750.000 €, amortizável em três anos. Como garantia deste contrato, a AIN hipotecou a favor do BES 13 imóveis do seu lote: os artigos 329, 340, 371 e 378.

No dia 7 de julho de 2007, o Conselho de Administração iniciou negociações com o BES para um novo financiamento, novamente no valor de 750.000 €, com o objetivo de amortizar o contrato celebrado em agosto de 2005 e redefinir novas condições no prazo e nos juros. Para este efeito, o Conselho de Administração deliberou sobre o alargamento das garantias prestadas, tendo incluído os seguintes imóveis para a respetiva hipoteca: o artigo 836, o artigo 864, ou seja, todos os imóveis que se encontram dentro do Complexo Agroindustrial do Cachão.

No dia 28 de abril de 2008, a Agroindustrial do Cachão, na sua ata 169, deliberou por unanimidade a celebração de um contrato de abertura de crédito com o Banco Espírito Santo no montante de 750.000 €, com vista a liquidar o saldo em dívida referente ao financiamento amortizável no prazo que foi contratualizado em 2005.

No dia 31 de maio de 2008 foi formalizado um contrato entre a AIN e o BES no valor de 750.000 €, tendo sido atribuído o contrato no dia 21 de março de 2009, por força, e aqui começa o problema, do não cumprimento do contrato, as condições de financiamento foram alteradas com vista a ajudar a AIN nas suas obrigações contratualizadas com a banca, neste caso o BES.

No dia 15 de setembro de 2012, por força do não cumprimento do contrato que foi feito com o número 07, as condições de financiamento foram uma vez mais alteradas, com vista a ajudar a AIN no cumprimento das suas obrigações contratuais.

No dia 3 de agosto de 2014 foi constituído o Novo Banco. A célebre questão do Novo Banco, de que todos temos memória. Os créditos do BES foram transferidos para o Novo Banco, incluindo também os créditos da AIN, com um valor de saldo aberto. E isto é que fica aqui, apesar de ter de pesar, porque há aqui responsáveis que têm de assumir esta responsabilidade e não passar cheques em branco.

O incumprimento por parte da AIN começou no dia 15 de julho de 2015, com um saldo aberto de 421.000 €. No dia 7 de julho de 2019, por se manter o incumprimento da AIN no pagamento das prestações devidas ao Novo Banco, o BES faliu e estas passaram para o Novo Banco, o Novo Banco vendeu esta dívida de 421.000 €, mais os valores que mencionei há pouco, à Ares Lusitana, principal credora do Complexo Agroindustrial do Cachão, juntamente com o MIC e aqui estamos a falar de credores. Não há credores de animais, não há credores de nada. O que se deve aqui é o não pagamento desta dívida de 750.000 €, que na altura estava em 421.000 €.

Passaram-se e cederam-se os créditos à Ares Lusitana. Nesse mesmo período designou-se o fundo Hipoges para intermediar as negociações, após notificação do município dando a conhecer a cedência do conjunto de créditos detidos pela Ares Lusitana. E é aqui que começa o problema. E começa o problema porquê? Aquilo que está em cima da mesa hoje, e peço licença para passar à segunda parte do problema, é a proposta da Administração da AIN feita em 2024.

Vou ler apenas algumas partes, as mais importantes: “*Prezada doutora Soraia Rosário, no seguimento das últimas instruções e confirmado com o objetivo traçado pela Hipoges, vimos apresentar a nossa proposta*” e a proposta da Câmara Municipal de Mirandela, juntamente com a Câmara Municipal de Vila Flor, era uma proposta de 130.000 €. Obviamente que a empresa não aceitou esta proposta.

Passado este processo, começámos a perceber que esta empresa detentora destes títulos de financiamento começou a fazer penhoras dos lotes que estavam hipotecados sobre o Complexo Agroindustrial do Cachão.

Então, dentro dessas propostas, numa pergunta que a CDU fez à Câmara Municipal no dia 26 de abril de 2024, perguntámos quais eram os lotes que já tinham sido penhorados. E sabendo nós que alguns lotes, o 10, o 8 e outros, tinham sido todos penhorados.

Para além do crime económico que se fez, quando se comprou o lagar, este foi o motivo do empréstimo de 750.000 €. O lagar foi comprado com a desculpa de que 250.000 € seriam para a compra do lagar e 500.000 € para a divulgação da marca Nordeste.

Mas, para concluir, temos aqui um plano estratégico de revitalização para o Cachão, feito pela Associação de Terras de Trás-os-Montes no dia 8 de setembro de 2020. Está aqui. Já ninguém se lembra disto, mas está aqui.

Temos também o estudo de viabilidade económica feito pelo Dr. *Peixinho e José Lima* sobre o Complexo Agroindustrial do Cachão, datado de 25 de fevereiro de 2001. Também está aqui. Portanto, chegamos agora a este ponto em que a empresa que detém as hipotecas, a AIN, pede à Câmara Municipal de Mirandela 2.300.000 €.

Está aqui no terceiro ponto da minha informação, para que não haja dúvidas. Temos aqui a informação do tribunal que diz o seguinte: “*Pedido de insolvência. No Tribunal Judicial da Comarca de Bragança, Juízo de Competência Genérica de Mirandela, primeiro Juiz, no dia 19/03 deste ano foi proferida a sentença de declaração de insolvência do Matadouro do Cachão.*”

E porque é que é do Matadouro do Cachão? Porque este lote onde está o matadouro está hipotecado. E mais grave: o matadouro não faz parte da AIN. O matadouro pertence 100% à Câmara Municipal de Mirandela.

E agora o que fica claro neste processo é que houve aqui dolo. Houve aqui dolo. Este processo podia ser perfeitamente resolvido.

O que está aqui em causa é o seguinte: Vendeu-se a Quinta do Cachão, com 40 hectares, por 140.000 €, há uns anos atrás. Vendeu-se a Quinta dos Cortiços por 300.000 €. Venderam cerca de 100 casas no Cachão.

E aquilo que a auditoria do Dr. *Peixinho* faz é dizer que esse dinheiro nunca foi repercutido nas contas da AIN.

Portanto, aquilo que eu quero aqui deixar claro é o seguinte: há aqui um crime económico, há aqui uma falta de estratégia, quer do PS, quer do PSD, que desencadeou este caso. E estes senhores têm de assumir a responsabilidade por inteiro e não venham depois fazer o choradinho de que isto é culpa do Santo António ou do São Pedro. Têm de assumir essa responsabilidade e este processo provavelmente acabará muito mal.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, é por isso que as nossas Assembleias Municipais às vezes não acabam à hora que deviam, porque efetivamente este ponto da ordem de trabalhos era a certificação de contas.

Entendemos que este ponto merece uma nota política clara. Desde logo, convém não confundir duas coisas diferentes. Uma coisa é dizer que existe um parecer favorável à apreciação das contas. Outra, muito diferente, é fingir que o relatório do auditor não contém reservas, limitações e alertas relevantes. E contém, efetivamente.

O próprio relatório e parecer do Revisor Oficial de contas diz expressamente que o parecer favorável deve ser lido atento o documento de certificação legal das contas, designadamente a secção “Bases para a opinião com reservas”. Portanto, não estamos perante um cheque em branco político ao executivo.

Aliás, o relatório anual de auditoria identifica fragilidades que são tudo menos menores. Desde logo, no sistema de controlo interno. O auditor refere que, apesar de a contabilidade de gestão estar formalmente implementada, não obteve evidências sobre a sua operacionalidade, nem sobre o fornecimento atempado de informação relevante para apuramento dos custos dos bens e serviços prestados pelo município.

Isto é importante porque um município que quer gerir bem tem de saber, com rigor, quanto custam efetivamente os serviços que presta. E não está, porque a sua contabilidade não o evidencia.

Depois, o auditor assinala também atrasos no pagamento de valores devidos por clientes, designadamente no âmbito do fornecimento de água, dizendo que esta situação deve merecer monitorização sistemática para garantir a cobrança tempestiva dessas dívidas. Ou seja, há aqui um problema de controlo e de eficácia na cobrança que não devia ser banalizado.

O relatório diz expressamente que não existe um seguro de inventário que permita salvaguardar potenciais riscos e contingências do município. E isto, do ponto de vista da prudência patrimonial, é uma falha que merece ser levada a sério.

Mas o ponto mais sensível e politicamente mais relevante está na participação do município na AIN e MIC.

O auditor refere que o município tem uma participação de 49,1% na AIN e que a situação da MIC levanta problemas materialmente relevantes. Mais do que isso, afirma que não estão reconhecidos ajustamentos decorrentes do capital próprio negativo da participada, o que pode traduzir-se numa sobrevalorização e ter reflexos materialmente relevantes no passivo, estimando-se um impacto superior a um milhão de euros para o Município de Mirandela.

Portanto, o que a Assembleia Municipal deve retirar deste ponto é simples: não estamos perante uma situação de colapso financeiro, mas também não estamos perante contas imaculadas, nem perante uma auditoria que dispense escrutínio político.

O que temos é um relatório que afirma a necessidade de maior rigor no controlo interno, maior fiabilidade na contabilidade de gestão, maior eficácia na cobrança e maior transparência quanto aos riscos patrimoniais associados às participações do município.

E isso, para nós, não é um detalhe técnico. É matéria de governação e de responsabilidade política.

----- O Senhor Deputado Municipal *TITO RESENDE* (PS) disse:

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhoras secretárias, senhor Presidente, senhores vereadores, ilustres colegas, presidentes de junta, público, comunicação social.

A discutir o relatório anual da auditoria às contas de 2025 do Município de Mirandela, há uma ideia que deve ficar clara. Este relatório confirma, de forma inequívoca, que as contas do município são fiáveis, transparentes e cumprem a legalidade. O auditor externo é claro ao afirmar que as demonstrações financeiras apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do município, não tendo sido identificadas irregularidades.

Isto não é um detalhe técnico, é uma garantia institucional. Significa que os dinheiros públicos estão a ser geridos com rigor, que há controlo e que existe responsabilidade na condução financeira do município.

Este relatório permite-nos também afirmar, com confiança, que o Município de Mirandela apresenta uma situação financeira sólida. Verifica-se um crescimento do ativo superior ao do passivo e, portanto, contribui para o reforço dos fundos próprios e para a melhoria do equilíbrio financeiro.

Acresce a isto níveis muito elevados de autonomia financeira, que demonstram também a capacidade do município para fazer face às suas responsabilidades e planejar o futuro com estabilidade.

Importa também destacar a execução orçamental, que se situa muito próxima do previsto, com níveis de execução da receita na ordem dos 96% e da despesa de cerca de 87%. Isto demonstra rigor no planeamento e na execução e confirma que o princípio do equilíbrio orçamental foi respeitado, com a receita corrente a cobrir a despesa corrente, conforme exigido pela lei.

Outro aspeto relevante é também a trajetória de redução do endividamento líquido e a melhoria nos prazos de pagamento a fornecedores, tal como já foi referido aqui hoje. São sinais de uma gestão mais eficiente, que reforçam a credibilidade do município junto dos seus parceiros e fornecedores.

Mas este documento também identifica um conjunto de fragilidades, é verdade, e estas devem ser assumidas e mitigadas. Desde logo, a necessidade de tornar plenamente operacional o sistema de contabilidade de gestão, que, embora exista formalmente, ainda não demonstra fornecer a informação necessária para apoiar a decisão. Também a questão das dívidas de clientes, nomeadamente no fornecimento de água, exige um reforço da monitorização e dos mecanismos de cobrança, de forma a evitar acumulações que penalizam a gestão financeira.

Ao nível do controlo interno, aponta igualmente algumas melhorias a fazer, nomeadamente na regularização de reconciliações antigas, no reforço de procedimentos de controlo e na cobertura de riscos, como é o caso da ausência de seguros de inventário.

Acresce ainda a necessidade de acompanhamento atento das participações financeiras, designadamente no caso da AIN e do Matadouro do Cachão, que pode vir a ter impactos relevantes no passivo do município.

E há um dado que merece particular atenção: o resultado líquido negativo registado em 2025, na ordem dos 681.000 €. Mas isso é também justificado pelas depreciações do imobilizado. Quanto mais património, mais depreciações. Isto é, as depreciações são, de forma simples, o desgaste contabilístico dos bens ao longo do tempo.

Cerca de 90% do ativo do município é composto por ativos fixos. São eles os imóveis e as infraestruturas. É de salientar que o resultado antes das depreciações dos imóveis é positivo, no valor de 3.644.827,5 €.

O município continua a apresentar um *cash flow* positivo. Significa que entra mais dinheiro no município do que sai, num determinado período, mantendo assim o equilíbrio financeiro e conservando a capacidade de funcionamento e também de investimento.

Ou seja, o relatório aponta desafios reais, mas não uma situação de desequilíbrio estrutural. Estamos perante áreas que exigem melhoria, mas não perante falhas que coloquem em causa a credibilidade das contas. Repito: a credibilidade das contas.

Senhoras e Senhores Deputados, o que este relatório nos mostra, no essencial, é um município que tem as contas certas, que cumpre a legalidade, que apresenta uma situação financeira estável, mas que, como qualquer organização, tem margem para melhorar a sua eficiência e reforçar os seus mecanismos de controlo.

Devemos, por isso, encarar este relatório com sentido de responsabilidade. Devemos reconhecer o trabalho feito, valorizar a solidez financeira do município, mas também exigir que as pequenas fragilidades identificadas, que vão continuar a existir, esperemos que cada vez menos, sejam acompanhadas e corrigidas.

Estamos certos de que este trabalho está a ser feito, com provas dadas, e continuará a ser feito, sempre com o objetivo de melhorar progressivamente a gestão orçamental, a sustentabilidade e a qualidade de vida dos mirandelenses.

Porque governar com responsabilidade é precisamente isto: garantir contas certas, assumir os problemas e trabalhar continuamente para fazer melhor. É esse o compromisso que este relatório exige de todos nós.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, ao longo da minha intervenção durante o dia, já tinha dado aqui algumas informações no que respeita ao relatório anual da auditoria e disse, e repito, que as auditorias para nós são muito importantes. São momentos em que nós podemos perceber as nossas fragilidades e onde é que nós podemos atuar.

Houve aqui, quer por parte da intervenção do Senhor Deputado *Rui Sá*, quer por parte do Senhor Deputado *Tito Rezende*, fez aqui uma defesa muito realista, porque, de facto, é a transcrição daquilo que está no relatório. Isso, para nós, é muito importante, termos os pés no chão, percebemos que a gestão tem sido rigorosa, percebemos que o relatório confirma, de forma inequívoca, a boa gestão, mas há aqui questões a melhorar e é esse o nosso processo.

O nosso processo de melhoria passa por pegar efetivamente naquilo que não está bem, olhar para isso com toda a convicção e, estabelecendo aqui um paralelismo em relação àquilo que nós acabámos de votar num ponto anterior dos recursos humanos, é

importante nós termos recursos humanos adequados, nos setores adequados, para darem resposta a algumas fragilidades que foram aqui colocadas.

A questão da contabilidade de gestão é determinante também para nós darmos resposta a muitas questões que aqui são colocadas, nomeadamente perceber o quê, o quanto e o como. São questões que nos devem importar e priorizar, do ponto de vista de não podermos estar aqui a cair num vazio ao longo do tempo, porque a gestão é cada vez mais rigorosa e cada vez mais transparente. Se alguma coisa trouxe este SNC-AP, foi este rigor, esta transparência, esta necessidade, e nós estamos a tentar cumprir escrupulosamente. Muito caminho já se fez e muito caminho há para fazer.

Portanto, aquilo que é o nosso compromisso é focarmo-nos efetivamente naquilo que são as nossas fragilidades para as corrigirmos. E é aqui que as auditorias entram com uma mais-valia, mais do que propriamente estarmos aqui a perceber que há um erro e a rebater esse erro. É assumir os nossos erros, assumir as nossas fragilidades e avançar para melhorias. É este o nosso desafio, é este o nosso compromisso.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.6 - Proposta de Autorização para abertura do procedimento para a concessão do direito de exploração e utilização do Cais dos Barcos de Recreio na Zona de Lazer do Rio Tua para Atividades Náuticas.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 09/04/2026, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, a autorização da abertura do respetivo Concurso Público, a posterior celebração do correspondente contrato de concessão do direito de exploração do Cais dos Barcos de Recreio na Zona de Lazer do Rio Tua para Atividades Náuticas e a composição do júri do concurso, bem como as condições gerais do mesmo, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero começar por dizer com clareza que vemos com bons olhos a valorização do Rio Tua, a dinamização dos locais e a criação de novas atividades náuticas de interesse turístico e recreativo para o concelho. Esse objetivo é positivo. O problema não está na intenção; o problema está na forma como este processo é apresentado aqui à Assembleia Municipal.

E a verdade é que as peças do procedimento não revelam ainda um grau de rigor, de coerência interna e de maturidade que uma concessão desta natureza e um procedimento destes exigem. Desde logo, a própria grelha comparativa mostra que, nos lotes dois e três, a identificação dos embarcadouros não aparece de forma uniforme entre as várias peças do procedimento. O anexo D aponta uma distribuição concreta entre plataformas, associando a plataforma 4 ao lote 2 e a plataforma 5 ao lote 3. Mas, noutras passagens do caderno de encargos, surgem referências que já não coincidem integralmente com essa identificação. Isto não é um detalhe. Num concurso desta natureza, os interessados têm de saber com exatidão o que está a ser concessionado.

Depois, também se nota que o procedimento foi desenhado de forma excessivamente uniforme para lotes que são materialmente diferentes. O lote um respeita a embarcações sem motor, como canoas, caiaques e gaivotas. Ainda assim, o programa do procedimento replica exigências documentais que fazem muito mais sentido para os lotes dois e três, relativos a barcos movidos a energia solar ou elétrica. Isto mostra falta de ajuste do procedimento ao objeto concreto de cada lote. Depois posso fornecer uma tabela com isto.

Há ainda uma questão relevante no modelo temporal da concessão. As condições gerais e o caderno de encargos fixam um prazo de cinco anos, com início na celebração do contrato. Mas, ao mesmo tempo, para os lotes dois e três, o início da exploração é remetido para maio de 2027. Isto significa que, pelo menos nesses lotes, o prazo contratual começa a correr antes do arranque efetivo da exploração, o que levanta reservas sérias quanto à coerência do desenho contratual.

Acresce que o programa do procedimento surge ainda com datas por preencher. Ora, quando se pede à Assembleia Municipal que autorize uma concessão desta relevância, o mínimo exigível é que as peças estejam documentalmente fechadas, revistas e coerentes. Trazer à Assembleia Municipal um procedimento ainda com este tipo de falhas é sinal de uma revisão que pode eventualmente ser insuficiente, se eu estiver a ver isto pelo lado certo.

Também nos parece discutível que a Assembleia Municipal seja chamada a pronunciar-se sobre matéria respeitante à composição do júri do concurso. A Assembleia Municipal deve autorizar a concessão e fixar as respetivas condições gerais. Já a condução do procedimento do concurso situa-se, do nosso ponto de vista, no plano do próprio executivo. Portanto, a Assembleia Municipal não tem de se pronunciar relativamente à nomeação do júri.

Finalmente, fica uma pergunta de fundo: com base em que fundamentação económica ou financeira foram fixados os valores desta concessão? As peças indicam montantes a pagar pelo direito de exploração e prestações mensais, mas não resulta delas uma explicação suficiente e robusta da lógica que levou a esses valores. Como é que esses valores aparecem? E isso, tratando-se da exploração económica de um espaço público com potencial turístico relevante, devia estar muito mais bem demonstrado.

Em suma, Senhor Presidente, não contestamos o objetivo de dinamizar o Cais do Tua. Contestamos, isso sim, a forma como este processo foi montado e apresentado, porque, quando estão em causa o domínio público, a exploração económica de um espaço municipal e a valorização turística do concelho, o mínimo que se exige é rigor técnico, coerência documental e segurança procedimental. E aquilo que hoje nos é trazido ainda fica muito aquém deste padrão.

----- O Senhor Deputado Municipal *PEDRO FÉLIX* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Handwritten signature and initials.

A proposta que aqui hoje discutimos deve ser entendida num quadro mais amplo daquilo que é uma das principais responsabilidades de qualquer executivo Municipal, garantir uma gestão rigorosa, estratégica e orientada para o interesse público do espaço público municipal.

O Cais dos Barcos, na zona de lazer do Rio Tua, é um espaço com enorme potencial, não apenas do ponto de vista paisagístico, mas também enquanto polo de dinamização turística, cultural e económica do Concelho de Mirandela. No entanto, esse potencial só se concretiza plenamente quando existe uma gestão ativa, exigente e devidamente regulamentada. É precisamente isso que esta proposta assegura. Ao promover uma utilização qualificada deste espaço, estamos a criar condições para o desenvolvimento de atividades organizadas, seguras e ambientalmente responsáveis, capazes de atrair visitantes, estimular a economia local e valorizar um dos nossos principais recursos naturais: o rio Tua.

Importa sublinhar que uma boa gestão do espaço público não se compadece com soluções estáticas ou desatualizadas. Exige acompanhamento, avaliação e capacidade de adaptação às novas realidades. É por isso que as concessões deste tipo de espaços devem, por princípio, ser revistas periodicamente, designadamente a cada cinco anos. A experiência passada demonstra claramente esta necessidade. A anterior concessão, com uma duração de 23 anos, deixou de garantir os níveis de qualidade, dinamismo e adequação que hoje se exigem. Um período tão longo impede a introdução de melhorias, limita a inovação e afasta o interesse público das decisões de gestão.

Com esta proposta opta-se por um modelo mais equilibrado e responsável, que permite conciliar estabilidade para o investimento com a necessária revisão periódica das condições de exploração. Um modelo que coloca o interesse público no centro da decisão e que assegura que o espaço é utilizado de forma eficiente e alinhada com os objetivos estratégicos do concelho.

Ao promover uma atualização qualificada do Cais dos Barcos, estamos a investir no turismo, na economia local, na valorização do Rio Tua e na qualidade de vida dos nossos cidadãos. Estamos, em suma, a transformar um espaço com potencial num verdadeiro ativo estratégico para o concelho, com regras bem definidas que sirvam os mirandenses e o interesse público. E é essa, de facto, uma obrigação dos executivos municipais: gerir com responsabilidade, planear com visão e garantir que os recursos públicos são colocados ao serviço das pessoas e do desenvolvimento do território.

É por isso que esta proposta merece o nosso apoio.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigado a todos pela vossa colaboração. É muito importante renovarmos aquele espaço, e isso é unânime, renovarmos aquele equipamento que estava já um pouco obsoleto e que já não dignificava aquelas margens belíssimas que nós temos ali no Rio Tua.

De facto, aquelas questões que colocou, sobretudo o Senhor Deputado *Rui Sá*, o que lhe pedia é que nos fizesse chegar também esse documento, para podermos olhar para ele com rigor e avaliar se existe alguma questão mais problemática. Isto sim é que é um trabalho produtivo.

Depois, também percebemos que o custo, relativamente à informação que pediu sobre ele, tem a ver com o facto de ser concorrencial, para não afastarmos aqui possíveis concorrentes, e também tem na sua génese aquilo que são os custos de manutenção, para podermos ter ali o cais em funcionamento como deve ser. Portanto, nós queremos garantir um valor que possa assegurar essa mesma manutenção e o pagamento de taxas às entidades competentes, permitindo depois que as atividades económicas possam ser desenvolvidas a partir dali.

----- Efetuada a votação e estando 56 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura do Concurso Público, a posterior celebração do correspondente contrato de concessão do direito de exploração do Cais dos Barcos de Recreio na Zona de Lazer do Rio Tua para Atividades Náuticas e a composição do júri do concurso, bem como as condições gerais do mesmo.

4.7 - Proposta de Regulamento de Utilização da Estação das Artes do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/03/2026, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Proposta de Regulamento de Utilização da Estação das Artes do Município de Mirandela, conforme proposto.”

----- A Senhora Deputada Municipal *DANIELA RODRIGUES* (PS) disse:

Senhor Presidente da Assembleia, senhores secretários, senhores vereadores, senhores presidentes de junta, senhores deputados e público presente.

Discutimos hoje o Regulamento de Utilização da Estação das Artes, e, mais do que um regulamento, estamos a falar de um símbolo, um símbolo de transformação, um símbolo de visão, mas também, sejamos claros, um símbolo que encerra décadas de atraso. Durante anos, Mirandela teve uma oportunidade à frente dos olhos e deixou-a degradar-se.

A antiga estação de comboios, que outrora foi motor de desenvolvimento e ligação do território, foi sendo abandonada, esquecida, quase apagada da nossa paisagem urbana. Isso não aconteceu por acaso. Aconteceu por falta de visão, por falta de prioridade, por falta de coragem política. Mas, em 2017, Mirandela fez uma escolha diferente, e essa escolha começou a dar resposta a problemas que vinham de trás e que, durante demasiado tempo, tinham sido ignorados.

Handwritten signature and initials.

A requalificação da estação e a sua transformação na Estação das Artes não é apenas uma obra, é uma mudança de paradigma. É pegar num espaço ao abandono e devolvê-lo à comunidade com propósito, com identidade e com futuro. E é exatamente isso que este regulamento vem consolidar: organização, regras claras, transparência na utilização e, acima de tudo, condições para que este espaço seja verdadeiramente vivido.

Mas há uma coisa que importa dizer com toda a frontalidade, isto não é um ponto de chegada, é um ponto de partida. Porque recuperar um edifício é importante, mas dar-lhe vida é o verdadeiro desafio. E essa vida não se faz apenas com paredes recuperadas ou com regulamentos bem escritos. Faz-se com programação cultural consistente, com o envolvimento das associações, com abertura à comunidade, com ambição. A Estação das Artes tem tudo para ser um polo cultural de referência em Mirandela, mas isso exige continuidade política, compromisso e trabalho diário.

E termino com uma nota que diz muito sobre escolhas políticas. Durante anos, houve quem olhasse para este edifício e visse apenas uma oportunidade de negócio. Chegou mesmo a equacionar-se a sua venda para transformação em unidade hoteleira. Mas este executivo olhou para o mesmo espaço e viu comunidade, cultura, identidade e dinamismo. E essa diferença não é pequena; é exatamente a diferença entre vender património ou devolvê-lo às pessoas.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria apenas deixar-lhe uma nota, como vê, a Bancada do PSD tem um espírito construtivo. Nós gostaríamos, às vezes, de poder dar estes contributos mais cedo e deixava-lhe esse desafio: em próximas oportunidades, fazer-nos chegar isto antecipadamente, porque agora, quando vem aqui, já não há nada a fazer. Ou é aprovado ou não é aprovado. Obviamente que vai ser aprovado. Nós também não vamos ser uma força de bloqueio para que tudo isto siga em frente. Senhor Presidente, tem de entender que uma consulta pública é uma coisa, pedir a opinião aos Deputados Municipais é outra. Temos de reconhecer isso, porque as coisas são mesmo dessa forma.

Quero começar por dizer que vemos com bons olhos a criação de um Regulamento para a Estação das Artes. Um equipamento desta natureza, com relevância cultural, patrimonial e simbólica para Mirandela, não deve funcionar sem regras claras. Esse ponto é pacífico. Mas, precisamente por se tratar de um espaço importante para o concelho, entendemos que o regulamento podia e devia vir mais amadurecido. O documento tem mérito na intenção, mas ainda revela fragilidades de construção normativa, alguma falta de coerência interna e um excesso de matérias deixadas em aberto para decisão casuística posterior.

Por isso, deixamos algumas recomendações objetivas. A primeira é a clarificação da natureza da Estação das Artes. O regulamento oscila entre uma galeria municipal, um espaço museológico, um equipamento cultural polivalente e um espaço de eventos. Isso não é um detalhe semântico; é importante, porque a natureza do equipamento condiciona o regime de utilização, a política de programação, as regras de conservação e até a forma de gestão. Um regulamento é mais seguro quando começa por definir com precisão o que está a regular.

A segunda recomendação é a clarificação das competências de direção e decisão. O texto fala em direção técnica e artística, coordenação administrativa e equipa técnica, mas usa fórmulas demasiado abertas, como “podendo ser” ou “pode incluir”. Ora, num regulamento municipal convém saber, com clareza, quem programa, quem decide, quem emite parecer e quem fiscaliza. Isso evita dúvidas, arbitrariedades e conflitos futuros.

Em terceiro lugar, parece-nos importante rever o regime de cedência do espaço. O regulamento mistura figuras como cedência, arrendamento, acordo de colaboração, contrato administrativo e pagamento de taxas ou preços, sem separar claramente os vários regimes. Isso deve ser melhorado, porque a transparência na cedência de espaços públicos exige critérios objetivos, fundamentos de decisão claros e regras sobre prioridade, cancelamento, cauções e encargos. Quanto menos ambiguidade houver, melhor se protege o interesse público.

Em quarto lugar, o regulamento devia densificar melhor a questão dos custos e responsabilidades. Hoje remete genericamente para taxas ou preços municipais, mas não esclarece suficientemente quem suporta montagens, desmontagens, limpeza extraordinária, prolongamento de horário, apoio técnico ou eventuais cauções. E essa clarificação é importante porque evita litígios, protege o município e dá previsibilidade a quem pretende utilizar o espaço.

Em quinto lugar, julgamos essencial melhorar o regime de seguro e da responsabilidade sobre as obras expostas. O artigo respetivo é demasiado genérico. Num espaço expositivo, esta matéria não pode ficar apenas “avaliada e acordada” caso a caso. Deve ficar mais claro quem responde em cada fase, em que termos e com que cobertura. Isto é importante para proteger quer o município, quer os artistas, quer os promotores.

Em sexto lugar, deixamos uma nota sobre a chamada política de incorporação. Aqui o regulamento entra num terreno mais exigente: legados, aquisições, encomendas, reservas e integração em acervo. Mas faz isso ainda com pouca densidade técnica. Sendo matéria com implicações patrimoniais, culturais e financeiras, merecia maior rigor, critérios mais definidos e melhor articulação com as competências dos órgãos municipais.

Por fim, também entendemos que o capítulo relativo aos animais de companhia podia ser simplificado e afinado. A intenção é compreensível, mas o regime não está totalmente claro e deve ser mais coerente com a proteção do espaço, das exposições e da segurança de todos.

Em suma, não estamos perante um regulamento inútil, nem perante um texto sem mérito, mas estamos perante um regulamento que podia ser mais claro, mais consistente e mais robusto. E, tratando-se da Estação das Artes, um equipamento que deve dignificar Mirandela, valia a pena fazer esse esforço adicional de aperfeiçoamento.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu propunha, Senhor Presidente, com toda a honestidade, retirar este ponto da votação. E vou explicar porquê.

A dissertação que o Senhor Deputado *António Martins* fez é qualquer coisa da maior eloquência e objetividade que pode haver. Mas há aqui um pormenor, Senhor Deputado, e também para o Senhor Presidente: vai ser um museu, vai ser uma Estação das Artes, vai servir para espetáculos, vai servir para uma galeria de arte, mas não vai servir para aquilo que é mais importante: o comboio. Ou seja, nós damos com uma mão e tiramos com a outra.

Ouvindo as declarações do Senhor Presidente na última Assembleia Municipal, por causa do plano de mobilidade do Tua, eu disse para mim: “Bem, temos aqui um Presidente que vai pegar nisto de frente” para não usar uma expressão mais popular e vamos ter o plano de mobilidade do Tua a funcionar, que é o correto.

Não vem nos regulamentos, mas vem naquilo que é o compromisso político assumido pelos vários partidos. Agora está o PSD no Governo, com a AD, juntamente com o CDS, e a barragem só existe porque tem de haver o plano de mobilidade do Tua. Mas eu, olhando para este regulamento, não vejo aqui uma palavra, um artigo, o que quer que seja, que mencione que aquele equipamento municipal também vai servir para ser uma estação complementar daquilo que é o plano de mobilidade do Tua.

Porque aquilo que está aqui em cima da mesa, e que vamos votar, vai definitivamente pôr um fim naquilo que pode ser o plano de mobilidade do Tua. Senhor Presidente, olhe para o regulamento com calma. Eu não quero exigir tanta atenção, mas olhe com calma e veja se aquilo que eu estou a dizer é mentira.

Portanto, Senhor Presidente, o senhor está a dar com uma mão e a tirar com a outra. E digo-lhe mais. Aquilo que está aqui em cima da mesa tem exatamente esse propósito: que o comboio do Tua, mesmo que volte a andar, nunca possa parar naquela estação. A sério. E nós estaremos cá para ver.

Portanto, o conselho que lhe dou, Senhor Presidente e que fique aqui bem claro a informação que lhe estou a dar, porque nós sabemos que é propósito da Câmara Municipal e este documento foi feito para isso, concorrer a certificações daquilo que são os museus nacionais. E depois é incompatível ter aquele edifício a servir, quer como museu, quer como Estação das Artes, e simultaneamente como estação de comboio. Ficaremos cá para ver.

Portanto, o conselho que lhe dou é que retire o ponto. Não querendo retirar o ponto, a CDU vai votar contra.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não consigo perceber, confesso, mas a culpa é minha, onde é que vê essa forma redutora de nós não termos ali considerado o comboio. Não sei se percebeu, inclusivamente há ali aspetos que o Senhor Deputado *António Martins* falou em outros, que era preciso especificar mais, esses outros dão abertura para mais circunstâncias.

A Estação das Artes, lamento se não a conheço adequadamente. Mas até convidava todos a visitarem mais aquele espaço, porque efetivamente aquele edifício tem condições para tudo o que nós quisermos. Tem condições para ser qualificado como museu, pode até ser um museu de arte contemporânea integrado na rede. Tem um primeiro andar extraordinário, mas tem também o rés do chão, com uma sala, com o nosso posto de turismo, e está previsto ter lá um bar para poder receber os passageiros que virão de comboio, tomar o seu chá, comer a sua torrada azeitada, portanto, não esteja aqui a condicionar uma coisa com a outra.

Eu costumo dizer que Mirandela, neste projeto e neste processo da mobilidade do Tua, fez o seu papel: requalificou a Estação das Artes, que está preparada para receber, nós estamos a trabalhar nisso. Eu sei que quer desviar a atenção, mas não há maior defensor dessa mobilidade do que eu e este executivo. Já passaram dez anos desde que o aproveitamento hidroelétrico do Tua entrou em funcionamento, está a faturar, e o território, como contrapartida, teve zero. E isto é uma realidade que nós estamos a tentar contornar e sobre a qual estamos a trabalhar.

Agora, estabelecer aqui uma relação com este regulamento à Estação das Artes. Lamento profundamente a minha limitação em perceber esse alcance. Eu sei que, algumas vezes, vemos tudo de forma negativa e só vemos monstros, mas eu não vejo monstros aqui. Eu vejo oportunidades. E nós estamos preparados para receber o comboio. Aquilo que é a nossa dialética, a nossa narrativa, por onde quer que nos desloquemos, é esta: Mirandela já fez o seu trabalho. Exigimos que os outros façam o deles para que isso seja uma realidade.

E a Estação das Artes está preparadíssima para receber o comboio do ponto de vista turístico. E não é este regulamento que vem impedir isso, nada é estanque. Já perceberam qual é a nossa posição. Se houver necessidade de alterar o regulamento amanhã, adaptá-lo, então que se faça. Nada é estanque. Isto não é um regulamento que fica aqui selado para toda a vida.

A mensagem que o Senhor Deputado *Jorge Humberto* retirou foi essa, mas eu lamento profundamente que o regulamento da Estação das Artes possa levar a uma discussão desta natureza. Portanto, nem tão pouco posso concordar com essa questão. Sendo o plano de mobilidade do Tua uma situação muito querida para o nosso executivo, e para todos os mirandelenses, naturalmente, incluindo todos os que estiveram antes de nós e que também contribuíram, ainda que indiretamente, não foi com má intenção e não é isso que está aqui em causa. Nós temos é de nos unir para que as coisas avancem. Não é com este aspeto de desunião que vamos resolver o problema.

No que diz respeito à resposta ao Senhor Deputado *António Martins*, naturalmente que podemos sempre melhorar, não me parece de todo que o regulamento esteja mal concebido. É um regulamento que existe para regulamentar atividades. Pode ser melhorado? Claro que sim. Naturalmente poderá ser alvo de uma revisão futura. Mas não é isso que está aqui em causa, de maneira nenhuma. O que está em causa é termos um documento que não existia e que passa agora a existir. E esta é a nossa forma de trabalhar.

Se tiver de ser melhorado, será melhorado atempadamente e oportunamente. Agora, neste momento, o que se impõe é que haja um regulamento aprovado.

----- Efetuada a votação e estando 52 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 51 votos a favor e um voto contra, aprovar a Proposta de Regulamento de Utilização da Estação das Artes do Município de Mirandela.

4.8 - Proposta de Regulamento do Prémio Literário do Conto Nuno Nozelos do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/03/2026, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a Proposta de Regulamento do Prémio Literário do Conto Nuno Nozelos do Município de Mirandela, conforme proposto.”

----- O Ponto foi retirado da Ordem do Dia.

4.9 - Proposta de Regulamento da Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/03/2026, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Proposta de Regulamento da Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel, conforme proposto.”

----- O Ponto foi retirado da Ordem do Dia.

4.10 - Proposta de Nomeação do Auditor Externo das Contas Municipais.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12/03/2026, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a nomeação como Auditor Externo das Contas Municipais referentes ao triénio de 2026/2028, a Sociedade por Quotas - Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo e Associado, SROC, Lda., conforme proposto.”

----- A Senhora Deputada Municipal *FÁTIMA RIBEIRO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este é um ponto que, sendo técnico, não é menor, porque a nomeação do Auditor Externo não deve ser vista como uma mera formalidade administrativa. Estamos a falar da entidade que vai acompanhar e certificar as contas municipais no triénio 2026/2028. E, por isso, parece-nos legítimo que a Assembleia Municipal queira perceber melhor os fundamentos da escolha agora proposta.

Não basta saber que houve consulta prévia e entidades convidadas. Importa perceber quais foram os critérios de seleção, qual foi a proposta considerada mais vantajosa e que garantias concretas existem de que a entidade escolhida possui independência, exigência e experiência no setor autárquico.

Mais ainda quando vimos um exercício em que o próprio trabalho de auditoria e certificação chamou a atenção para matérias relevantes de controlo interno e de risco patrimonial. Isso reforça a importância desta nomeação. Além disso, há um ponto que não deve ser ignorado. À semelhança do que já referimos, o documento que nos é apresentado contém imprecisões cronológicas que não ajudam à credibilidade formal do procedimento, designadamente referências a datas que, tal como constam no texto, não são coerentes entre si. E isso devia ter sido revisto antes de o processo chegar a esta fase.

Não colocamos em causa a necessidade da nomeação, mas entendemos que a Assembleia Municipal deve exigir mais clareza, mais rigor documental e melhor explicação dos fundamentos da escolha, porque, em matérias de fiscalização externa das contas, a confiança também se constrói pela transparência do procedimento.

Permitam-me uma breve partilha, fruto da minha observação, que confesso pode ser falível. Senhor Presidente da Câmara, reconheço plenamente o peso do seu cargo e a constante exigência do escrutínio público a que está sujeito. É algo que exige enorme resiliência. Contudo, sinto que o diálogo se torna menos produtivo quando as respostas contornam o essencial, sendo essa a única razão pela qual as mesmas questões se repetem duas ou três vezes. Para bem de todos, precisamos de respostas mais completas e diretas, pois a clareza é mais útil do que a evasão.

E agora, para todos os Senhores presentes, mas dirigindo-me em particular ao Senhor Presidente da Mesa, permita-me, com todo o respeito, que lhe diga que reações exacerbadas apenas criam muros onde deviam existir pontes. O nosso escrutínio não é um ataque, mas um exercício de cuidado com aquilo que nos foi confiado. A Assembleia Municipal trabalha de forma resiliente com os elementos que lhe são apresentados e, por isso, as nossas questões não nascem do capricho, mas do dever ético de dar voz a quem também representamos.

Peço que recebam a discordância com a humanidade que lhe reconheço, e com a consciência de que o diálogo transparente e a aceitação do erro são aquilo que verdadeiramente dignifica a função pública. Quem não o fizer não cumpre plenamente o seu papel.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Deputada *Fátima Ribeiro*, muito obrigado pela sua intervenção. Relativamente a esta questão da nomeação do Revisor de Contas, dizer apenas que foi feita uma consulta prévia ao mercado. Pode consultar o procedimento com total transparência. E, por mero acaso, a pessoa sobre quem recai a nomeação é o Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Portanto, parece-me que, quanto à credibilidade, não haverá qualquer questão a levantar.

A consulta prévia foi feita e houve transparência em todo o procedimento, pelo que também não percebi muito bem o que estaria aqui a ser posto em causa. Portanto, se quis atingir de alguma outra forma, confesso que não percebi, nem me senti atingido. Apenas lhe estou a dizer que houve uma consulta prévia, que o procedimento pode ser consultado e que o senhor em causa é, por sinal, o Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Isso significa que Mirandela está bem servida nesta função.

----- A Senhora Deputada Municipal *FÁTIMA RIBEIRO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em momento algum quis atingir de alguma forma, esse não é o meu papel. A observação que fiz foi em termos gerais, e aquilo que eu pretendia era precisamente isso, ter mais noção dos critérios que foram exigidos. Não estou a pôr em causa a credibilidade da escolha. O que estou a pedir é apenas mais esclarecimento sobre aquilo que foi feito. Nem ponho em causa a credibilidade do Senhor Bastonário. O que pergunto é quais foram os critérios utilizados na seleção. É só isso.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os critérios estão todos definidos no procedimento. Portanto, é aí que constam, e não vou agora aqui elencar tudo nem ler o caderno de encargos. Aquilo que fiz foi convidá-la a consultar o caderno de encargos, porque está lá tudo. Nós fazemos tudo com transparência, está lá rigorosamente tudo. Não fugimos a nada. O que fazemos é pelo bem-estar da nossa instituição e para que tudo seja irrepreensível.

E, já agora, só por mero acaso, essa entidade também está na Câmara Municipal do Porto. Portanto, para que se perceba que tem os boas pessoas, recrutamos bem, fazemos bons procedimentos e isso resulta em bons recrutamentos. Muito obrigado. Estarei sempre ao dispor para o que for necessário, mas às vezes não podemos esclarecer mais do que aquilo que já está esclarecido.

Não posso ser mais rigoroso do que aquilo que está escrito. Eu já disse, e vocês perceberam porquê, alguns perceberam, que não quero que nenhuma palavra minha, ainda que bem-intencionada, possa ser mal interpretada e depois dar origem a mais alguma denúncia anónima.

----- Efetuada a votação e estando 52 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor e três abstenções, aprovar a nomeação como Auditor Externo das Contas Municipais referentes ao triénio de 2026/2028, a Sociedade por Quotas - Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo e Associado, SROC, Lda.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *AQUILINO PEREIRA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É simplesmente para proceder à entrega de um requerimento, que vem na sequência da última sessão da Assembleia Municipal, uma colega Deputada Municipal questionou sobre o bairro do Fundo de Fomento e o descontentamento dos moradores quanto ao amianto, e a resposta foi vaga, sem documentos e sem datas. Hoje resolvi entregar este requerimento. É isso que vou fazer à Mesa, e agradeço que Mirandela, já que dizem que era e que deve ser aquilo que está aqui na frente, devia voltar a ser outra vez.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vinha na sequência do documento da manhã, portanto, para terminar as minhas questões. Senhor Presidente, pedia-lhe um bocadinho de atenção, se pudesse ser.

Relativamente aqui aos procedimentos no serviço de educação, preocupou-me aqui uma questão. Há uma prestação de serviço para contratação de 28 postos de trabalho de assistentes operacionais, tem uma dotação orçamental de 388.000 €. Ou seja, a dúvida que eu tenho é se o procedimento de contratação de uma empresa para fazer este trabalho vai custar 388.000 €? Porque, se assim for, para 28 postos de trabalho, vai ficar a 13.818 € a contratação de cada trabalhador, um procedimento. Portanto, há aqui com toda a certeza um lapso na informação. Por isso voltamos aqui a reiterar sempre a mesma questão da qualidade da informação que é prestada.

Depois ouvi falar aí hoje de manhã no bairro do Vale da Azenha. Este executivo não tem 1 m² de construção nova feita em habitação. 1 m² de construção. A obra do Vale da Azenha tem um ano de duração e está interrompido o prazo neste momento. A estratégia da habitação de Mirandela não se resume a 1 m² quadrado de construção nova. Portanto, só para vos deixar essa nota, que é muito importante.

Antecede aqui um pormenor, que é o espólio que foi recuperado pelo tribunal. Não sei se estamos a falar daquele espólio que foi confiscado pela Polícia Judiciária do Alto do Prado Castelo. Portanto, não me respondeu a isto durante a semana anterior. Volto-lhe a fazer esta pergunta e depois deixo-lhe a pergunta para perceber quando é que os trabalhos lá em cima vão ser finalizados.?

Handwritten signature and initials.

E, para terminar, vou-vos levar dois minutos, sobre a carrinha da saúde. Preocupou-me imenso porque nós continuamos a ouvir falar na carrinha da saúde e aqui no serviço de saúde diz uma coisa, que é o seguinte: “*o setor da saúde tem vindo a desenvolver várias ações de literacia em saúde*”. É agora assim que se apresenta esta carrinha. Mas quando vamos ao site da Câmara, diz: “a Câmara Municipal apresenta o projeto itinerante “Mais Saber, Mais Saúde”, que visa a proximidade dos cuidados de saúde às populações de todo o concelho”.

Eu tive a oportunidade de perguntar à Câmara Municipal quem é esta equipa multidisciplinar que a Câmara Municipal fala, e eu, quando vejo uma equipa multidisciplinar, fico sempre a pensar que são várias pessoas a trabalhar em prol de algo. E percebi que isso não é verdade. Ou seja, há uma pessoa que está ligada a este edifício neste projeto e há uma pessoa que tem o 11.º ano que conduz uma carrinha.

E depois percebi que há um protocolo com os Bombeiros Voluntários da Torre Dona Chama para dar o tal apoio da enfermagem. Portanto, eu questiono se esse protocolo com os Bombeiros Voluntários da Torre Dona Chama é para todo o concelho? Porque quando eu faço uma questão destas, é para que me deem uma informação correta. Qual é o cuidado de saúde que esta carrinha está a prestar?

Portanto, não vale a pena termos um relatório que diz que fizeram 500 atendimentos, mas que atendimentos é que fizeram? O rapaz tem o 11.º ano e é motorista, não pode lá picar o dedo para ver se a pessoa tem ou não diabetes, não é? Portanto, tem que alguém me dizer, e aí compete-vos dar essa informação: olhe, o apoio de enfermagem é prestado por esta equipa. É uma pergunta muito clara e essa informação fica sempre escassa. Por isso eu vou reiterar aquilo que eu disse de manhã. Porquê? Porque há pessoas que nos abordam: vale a pena lá ir? E eu continuo sempre a dizer que vale a pena, mas depois, quando vêm de lá, dizem que lhes deram um folheto. Isso não é cuidados de saúde.

Portanto, eu peço até aos Presidentes de Junta, eu já lá estive, não tive a oportunidade de, na altura, ter esta carrinha ainda no meu consulado, como eu digo. Eu adorava, porque eu sei que o centro de saúde se desdobrava em idas à localidade. Sei que esta carrinha vinha com este propósito e eu gostava de perceber se, de facto, há este projeto, se há um projeto de saúde com enfermeiros, se há este projeto com alguém que vai fazer avaliações para depois encaminhar para os centros de saúde.

Mas reparem uma coisa: eu não venho aqui inventar nada. Aquilo que eu estou a dizer é a informação que a Câmara Municipal me presta ou a informação que a Câmara Municipal não me presta. Portanto, eu pedia-lhe esse favor, Senhor Presidente, se pode clarificar isto e, lá está, vamos ter uma Assembleia Municipal em junho, se esta informação pode vir melhorada. Isto é muito importante. Porquê? Porque muita dela fica para memória futura, até para nós irmos fazendo uma triagem daqui para a frente de algumas coisas que vão acontecendo.

E depois, para terminar, passou-se aqui hoje algo que eu não posso aceitar. Ver um Presidente da Mesa da Assembleia Municipal aos berros com um Membro da Assembleia Municipal, que é da minha Bancada, parece uma coisa inconcebível. Portanto, temos que perceber, todos nós que aqui estamos, que tiramos horas de sono à cama, tiramos horas à família, tiramos horas ao trabalho, porque hoje, para estarmos aqui, estamos a faltar ao trabalho para fazer o melhor que sabemos.

E acredito que o PSD, e também as outras Bancadas, mas vou falar pela nossa, tem trabalhado muito para elevar o debate, para trazer ideias, para trazer recomendações. E não o fazemos só nesta sessão. Temo-lo feito ao longo dos meses, quando mandamos e-mails, quando pedimos informação e a partilhamos.

E hoje não gostei de ver o Senhor Presidente da Mesa aos gritos com o meu colega de Bancada *Rui Sá*, a quem presto homenagem e dirijo a minha solidariedade. Eu acho que isto não pode voltar a acontecer. Portanto, nós, se queremos ser respeitados, temos que nos dar ao respeito e o respeito tem que ser recíproco. Acho que nenhum elemento desta Bancada faltou ao respeito ao Presidente da Assembleia, nem a nenhum Membro da Câmara Municipal. E é isso apenas que nós pedimos. Estamos cá para trabalhar, colaborar, dar as melhores ideias que podemos. As intervenções que aqui fazemos são baseadas em documentos que são facultados pela Câmara Municipal. Portanto, nós não inventamos nada disto e aquilo que nós exigimos, e acho que temos o direito de o fazer, é que nos respeitem. Não pode haver mais gritaria como se passou aqui hoje.

----- A Senhora Deputada Municipal *GRACIETE RAMOS* (PS) disse:

Senhor Presidente da Assembleia, senhores secretários, senhores vereadores, senhores presidentes de junta, senhores deputados e público presente.

O assunto que venho aqui abordar é no seguimento da matéria abordada pelo Senhor Deputado *António Martins*, relativamente ao BUPi. Se me permite, e se a memória não me falha, faço apenas um pequeno reparo ao que foi referido. Quando se mencionou “até ao final de 2026”, reforçando e aditando o seguinte: O BUPi é uma ferramenta essencial, fundamental e de extrema importância, pois reside na proteção jurídica dos proprietários e na gestão estratégica do nosso território.

Assim, alerto que o regime jurídico do Sistema de Informação Cadastral Simplificado e do Balcão Único do Prédio foi recentemente alterado, nomeadamente pela entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 87/2026, de 15 de abril, o qual veio clarificar algumas das atuais disposições legais e introduzir novas medidas. Quanto a estas, cingindo-me apenas a um ponto, destaco o alargamento do regime de gratuitidade.

Neste sentido, os atos e procedimentos previstos na Lei n.º 65/2019, de 23 de agosto, são gratuitos até 30 de setembro de 2026. Reforço: são gratuitos até 30 de setembro de 2026. A partir dessa data, os atos e procedimentos continuarão a ser realizados, mas passarão a implicar custos, tanto no BUPi como no registo.

Assim, neste curto espaço de tempo que nos resta até setembro de 2026, torna-se essencial que o município promova a divulgação desta medida junto de toda a população, pelos meios que considerar mais adequados, e que disponibilize também balcões móveis de atendimento, de modo a garantir que o BUPi chega a toda a população o quanto antes, enquanto ainda vigora o regime de gratuitidade, sob pena de a nossa população não usufruir desse benefício.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *FERNANDA GUERRA* (PS) disse:

Senhor Presidente da Assembleia, senhores secretários, senhores vereadores, senhores presidentes de junta, senhores deputados e público presente.

Venho desta forma convidar toda a gente a estar presente na XVI Edição da Feira do Vinho e do Morango, a realizar no dia 9 e 10 em São Pedro Velho. Gostaria que todos os colegas Presidentes de Junta, Deputados e as mesas aqui presentes, estivessem presentes e conto com a presença de todos.

----- A Senhora Deputada Municipal *ELIANA ALVES* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Visto que esta Assembleia Municipal foi diferente, eu vinha preparada de uma forma diferente. Não tive tempo para preparar nenhuma intervenção. Vou simplesmente fazer um requerimento à Mesa, mas tenho aqui algumas palavras a dizer.

Antes do assunto que aqui me traz, quero agradecer a disponibilidade e o envio dos relatórios de monitorização das refeições escolares, elaborados pela nutricionista responsável, bem como o relatório de análises microbiológicas das empresas de refeições escolares. Tomo nota da informação disponibilizada e agradeço a prontidão de resposta à questão por mim colocada, bem como o compromisso de transparência assumido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Informação essa que irei analisar.

Depois, e no que respeita às políticas de saúde do concelho, nomeadamente no que diz respeito ao programa “Mais Saber, Mais Saúde” e ao apoio a idosos carenciados, deixo algumas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara através de um requerimento que agora mesmo entrego à Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Passos *CARLOS MONTEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente da Assembleia, senhores secretários, senhores vereadores, senhores presidentes de junta, senhores deputados e público presente.

Queria convidar-vos para a V Edição da Festa da Serra e Feira dos Produtos da Terra, que vai ser realizada no dia 26 de abril. Um dos pontos mais altos do evento, embora todos tenham a sua importância, é o Campeonato Nacional de *Skyrunning*, uma prova de atletismo de montanha onde irão estar atletas de norte a sul do país, das ilhas Açores e Madeira. Agradeço a vossa presença e conto convosco na Freguesia dos Passos no dia 26 de abril.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu espero que não seja contagiado por aquilo que vou referir agora, porque fiquei a saber hoje, que foram retirados dois pontos da Ordem de Trabalhos, a seguir ao meu pedido de retirada do ponto que tinha a ver com o Regulamento da Casa das Artes. E que fique claro: no Regulamento da Casa das Artes não existe um ponto em que fale da estação de comboios. Não há um ponto.

Portanto, fiquei a saber hoje, e estamos sempre a aprender, que, quando me dirigir ao Senhor Presidente, terei de me dirigir com muita eloquência.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (INDEPENDENTES) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao concurso, falou de forma diferente há pouco. Não quis interromper porque já estávamos na hora de almoço. Hoje já falou em interno, mas de outra forma, certo? Já disse “função pública” na intervenção anterior não disse. E estão gravadas as declarações.

E a outra situação é que, com a minha humildade com que costumo reivindicar obras para a freguesia, com a mesma humildade tenho de agradecer efetivamente ao executivo pela realização de uma obra que vai ser feita, não uma reabilitação, mas sim uma Açude nova, que vai ser feita na jusante da Ponte de Frechas. Obrigado.

Permita-me uma breve nota sobre a forma como o próprio município comunica um dos seus principais ativos estratégicos.

No convite da Feira da Alheira, no último parágrafo, dizia o seguinte, passo a citar: “*um dos maiores eventos do concelho*”, chegando mesmo quase a comparar com a Feira dos Ramos e dos Morangos. Estamos a falar de um certame associado a um produto que já foi designado como uma das sete maravilhas da gastronomia, com reconhecimento nacional e crescente projeção internacional, e distinguido com o prémio Cinco Estrelas na categoria de produtos regionais pelo quinto ano consecutivo.

Falamos de um evento associado a um produto que, ano após ano, atrai milhares de visitantes a Mirandela, dinamiza o comércio local, a restauração, o alojamento e promove o território e o concelho de Mirandela. Perante esta realidade, a formulação utilizada no convite não é redutora, como revela o proponente falta de ambição política.

A Feira da Alheira não é apenas “um dos maiores eventos do concelho”; deve afirmar-se, com clareza, como um dos maiores eventos, senão mesmo o maior, de Trás-os-Montes. Senhor Presidente da Câmara, quem tem a responsabilidade de liderar não pode desvalorizar aquilo que distingue o Concelho de Mirandela. Pelo contrário, deve assumir, valorizar e projetar os seus principais ativos com convicção e visão estratégica. Se não formos nós a afirmar a centralidade e a relevância do nosso maior evento, dificilmente alguém o fará por nós. É isto que se exige.

Em relação à Feira dos Ramos de Frechas, permitam-me fazer a seguinte consideração. Na organização deste evento foi dirigido um convite formal ao executivo, a todos os Membros da Assembleia Municipal e a todos os Presidentes de Junta. Nessa sequência, tive uma resposta que me foi dada por alguém da Câmara, não sei qual a função, colocando a seguinte questão: “*se é uma intenção que o executivo municipal esteja presente no evento ou se seria apenas necessário assegurar o apoio logístico?*” Senhor Presidente, esta formulação não é apenas infeliz, é reveladora. Reveladora de uma visão distante daquilo que deve ser a relação entre o município e as freguesias, e de uma postura que desvaloriza iniciativas locais e quem as organiza.

Desde quando é que um convite institucional precisa de ser “validado” quanto à intenção de presença? Desde quando se questiona se é necessário marcar presença quando se fala de eventos que mobilizam a comunidade? A realidade é simples, e não admito rodeios: o convite foi efetuado com toda a clareza e consideração institucional. O executivo municipal não esteve presente, não por falta de convite, nem por falta de informação, mas porque assim o entendeu. Essa decisão é legítima, o que não é legítimo é tentar diluir essa ausência em formalismos ou ambiguidades administrativas.

Já o mesmo não se passou com o fotógrafo da Câmara Municipal, que, sem ser convidado, apareceu para fazer trabalho político. Se não vejamos: em cerca de 50 fotografias, o Presidente da Junta de freguesia, que esteve mais de 13 horas no local, aparece duas vezes e mal. Já o Senhor Vice-Presidente, que acabou por aparecer, esteve 13 minutos no recinto, aparece em três fotografias, em evidência.

Senhor Presidente, a proximidade às freguesias não se proclama, pratica-se. Não se inscreve em respostas formais, demonstra-se com presença, respeito e compromisso com a população. E quando essa presença falha, não é quem convida que deve questionar; é quem decide não estar presente. E as atitudes pesam ou não na consciência de quem as pratica.

----- O Senhor Deputado Municipal *TITO RESENDE* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou ser muito breve, era só mesmo para responder à intervenção do Deputado *António Martins*. Eu sei que não perguntou nada, mas quando vejo desinformação e até discriminação, isso incomoda-me, até porque é um serviço.

Acho uma falta de elegância julgar o motorista por ter o 11.º ano. Vi aqui duas vezes isso e ele é um colega meu, acho mesmo triste isso. Desconhecia também que era importante para o motorista da Unidade Móvel de Saúde a sua escolaridade. Eu posso dizer que já conduzi a carrinha da Unidade Móvel de Saúde e posso garantir que todos os tratamentos de saúde são feitos por enfermeiros, sempre, e pude constatar com os meus próprios olhos a importância desse serviço, algo que nem eu fazia ideia.

Portanto, dizer que é o motorista que faz a triagem e os tratamentos e venho intervir nesse sentido, para repor alguma justiça, porque o colaborador faz o seu trabalho. Só quis repor aqui alguma justiça, porque me incomoda também, por fazer parte dessa divisão, saber o esforço que o colega faz todos os dias: conduz a carrinha de saúde e dá apoio à equipa de enfermagem.

Eu próprio já fui fazer férias dele, portanto pude constatar isso. Os serviços de saúde são todos assegurados pelos enfermeiros, como é lógico. O que foi dito aqui há bocadinho deu a ideia de que não era assim. Portanto, foi só para repor a desinformação e também mostrar o meu desagrado pela discriminação porque foi dito, duas vezes, que o colega que conduz a carrinha tem o 11.º ano. Acho que julgar as pessoas pela sua escolaridade é muito mau. É só isso.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em nenhuma intervenção minha dirigi a palavra a quem quer que fosse aqui da plateia. Fiz questões com base na documentação que me foi fornecida, mas acho que alguém não quis ouvir isso. Agora, há duas questões que são evidentes. O que foi disponibilizado é que a equipa é composta por duas pessoas. O currículo de uma dessas pessoas está lá, e o currículo da outra pessoa também está lá. É um facto real.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer ao Senhor Deputado *Aquilino Pereira* o facto de ter entregue o requerimento. Naturalmente, ele irá ter a resposta adequada. Obrigado por isso, por essa forma de atuar, que é muito eficiente. Da mesma forma, agradecer à Senhora Deputada *Eliana Alves*, igualmente a simpatia que teve em reconhecer o nosso trabalho.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *António Martins*, no que respeita aos procedimentos, vou verificar a questão do valor referido aos Assistentes Operacionais para a educação e perceber o que está em causa, se existe algum lapso ou não. Sendo um procedimento, estará na Base.Gov, estará disponível, e estará tudo ao alcance de todos para que possam verificar de forma inequívoca, à semelhança do que têm feito.

Se forem precisos mais documentos, peçam. Estamos disponíveis para fornecer tudo, porque tudo fazemos com o maior rigor e transparência. E, se há algum erro, porque às vezes acontece, não é intencional nem, muito menos, com o objetivo de prejudicar o que quer que seja. Relativamente à construção nova no nosso concelho, aconselho a estar atento às questões que vão acontecer.

Em relação à Senhora Deputada *Graciete Ramos*, a questão do BUPi que colocou é muito interessante, sobretudo no que respeita à data de gratuidade. Iremos fazer o nosso melhor, naturalmente, mas também não é menos verdade que muitas pessoas estiveram duvidosas durante algum tempo e, agora, com a aproximação do fim do prazo em que passará a ser pago, as questões vão acelerar. Não sei se teremos capacidade de resposta para todos, provavelmente não. Atrevo-me a dizer que não conseguiremos, mas iremos fazer o nosso melhor.

Agradecer à Presidente de Junta *Fernanda Guerra* pelo convite para a Feira do Morango. À Senhora Deputada *Eliana Alves*, também já respondi relativamente às refeições escolares e ao programa “Mais Saber, Mais Saúde”, responderemos por escrito, conforme solicitado. Agradecer também ao Presidente de Junta *Carlos Monteiro* pela atividade da V Edição da Festa da Serra.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, ele é sempre eloquente nas suas intervenções, não precisava de ser referido, porque já o é. Ainda assim, ficou um pouco sensibilizado com isso.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor *José Carlos Teixeira*, eu esperava que tivesse reconhecido o conteúdo da intervenção na Feira da Alheira, onde foi elevada a feira e assumida a candidatura a património cultural imaterial da humanidade pela UNESCO. Isso é que importa referir, é valorizar o nosso produto e aquilo que temos de melhor. Pensei que iria falar disso, mas não. Pegou apenas num pormenor que, sinceramente, não lhe retiro razão, mas que me passou. Não é esse o essencial. O

essencial do discurso, aquilo que devíamos valorizar, era precisamente a afirmação e valorização do que temos de melhor, e colocá-lo muito acima disso.

Relativamente às festas, estive na festa de verão, na sua freguesia, em convívio com a população. Não tive ocasião de o ver lá, por mero acaso. Na Feira dos Ramos não pude estar, como é do seu conhecimento, pois estive ausente, estive em Nanterre, acompanhando também a nossa diáspora. Caso contrário, teria estado presente, como sempre estive e como estive no ano passado.

Se houve alguma situação com alguém do executivo ou dos órgãos, terá sido informal, porque não estou a ver nada de relevante. O pedido de esclarecimento não me suscita qualquer problema. Na Festa dos Ramos, esteve também o Senhor Vice-Presidente, que assistiu ao encerramento da festa promovida pelo nosso conterrâneo *Amílcar Moreno*, pessoa convidada para o efeito.

2.º Período de Intervenção do Público

6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Para finalizar, temos ainda a última intervenção do público. Pergunto se alguém se quer inscrever para intervir? Não havendo inscrições, quero agradecer a vossa paciência e o vosso esforço em prol de Mirandela, porque isto foi mais uma maratona, na certeza de que, com a colaboração de todos, devemos arranjar uma estratégia para isto terminar a tempo e horas.

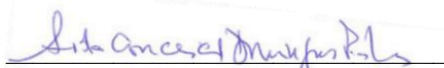
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelas Senhoras Secretárias.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 20 horas e 20 minutos.

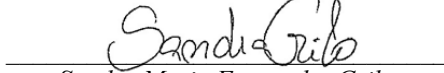
O Presidente da Assembleia Municipal;


Luís Augusto de Melo Guimarães

A 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal;


Aida da Conceição Domingues Palas

A 2.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal;


Sandra Maria Fernandes Grilo